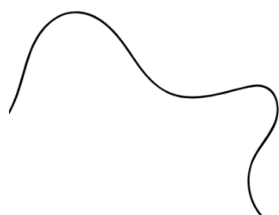
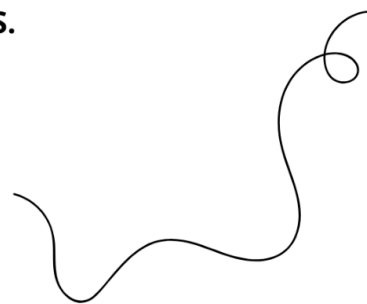


UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE



TECELÃS DE MUNDOS

HISTÓRIAS DO MATERNAR-
MIGRAR, CIRCUNDAR
RECOMEÇOS, FIAR
EXISTÊNCIAS.



Roberta Moreira Maforte

NITERÓI, RJ
Julho 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE

TECELÃS DE MUNDOS:

**HISTÓRIAS DO MATERNAR-MIGRAR, CIRCUNDAR
RECOMEÇOS, FIAR EXISTÊNCIAS.**

ROBERTA MOREIRA MAFORTE

NITERÓI, RJ

Julho 2024

ROBERTA MOREIRA MAFORTE

**TECELÃS DE MUNDOS:
HISTÓRIAS DO MATERNAR-MIGRAR, CIRCUNDAR
RECOMEÇOS, FIAR EXISTÊNCIAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**.

Orientador: ANA CABRAL RODRIGUES

NITERÓI, RJ

(Julho 2024)

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ESTUDOS DA SUBJETIVIDADE

**TECELÃS DE MUNDOS: HISTÓRIAS DO
MATERNAR-MIGRAR, CIRCUNDAR RECOMEÇOS, FIAR
EXISTÊNCIAS.**

ROBERTA MOREIRA MAFORTE

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: _____

PROFA. DRA. ANA CABRAL RODRIGUES

Universidade Federal FLuminense

PROFA. DRA. ANA CLAUDIA MONTEIRO

Universidade Federal FLuminense

PROFA. DRA. FLÁVIA ARAÚJO

Universidade Federal de Alagoas

A quem me confiou um tanto de si, aos que
fiaram um tanto de mim: cá estamos.

AGRADECIMENTOS

Dedico meu agradecimento àqueles que teceram comigo as linhas desta pesquisa e que de maneira direta ou indireta permitiram que ela se concretizasse. À meu companheiro, Diego, por seu afeto e por seguir comigo no exercício cotidiano de abrir espaço para a pesquisa enquanto criamos nossas crianças, trabalhamos, cuidamos da nossa morada, vivemos. À minha orientadora, Ana, que manteve a luz acesa para que eu pudesse ver o caminho, por sua dedicação e carinho. À banca de qualificação Marcia Moraes e Daniele Caron, por suas contribuições afetuosas e rigorosas a este trabalho. À banca de defesa, Ana Claudia e Flávia, pela acolhida ao convite e parceria. Ao Grupo de Pesquisa em Desutilidades Urbanas (PPG-UFF) com o qual pude caminhar e aprender. À Helena e seu suporte valioso. À minha amiga Julia, por compartilhar comigo sua coragem. À Pierrette, que acreditou em mim e investiu neste processo. À minha mãe e minha avó, que juntas teceram ninho para mim. À minha irmã, que por existir já faz tudo ficar melhor. Aos meus filhos, que de tantas formas fazem meu mundo girar.

RESUMO

Este escrito é um dizer-migração desde a experiência corporificada de uma maternidade vivida em contexto migracional, diante da qual se convocam, por uma perspectiva interseccional, incontáveis silenciamentos e violências que incidem sobre os corpos de mulheres-mães-migrantes de tantas e diversas experiências contemporâneas. Assim, a pesquisa adentra o campo temático desde uma perspectiva situada, a partir das narrativas da pesquisadora, para com isso fazer comparecer histórias vividas, ouvidas, (re)contadas e (re)memoradas e, *com* elas, tramar formas de compor com dizeres-migração como caminho de pesquisa e interrogação àqueles que a dizem como fato, dado ou realidade desde um universalismo e neutralidade a atar modos de vida e corpos denegados por uma História de sentido único. Com a escrevivência como aposta e exercício metodológico, fazem-se ver nuances do maternar migrante em concomitância com o pesquisar para, enfim, explicitar engrenagens do trabalho reprodutivo de identidades, redes de pertencimento e culturalidades. O que salta desses dizeres e fazer textual - ele mesmo como parte dessa experiência de dizer migração - são os fios de uma fazedura de mundos das quais o exercício psi não pode estar senão implicado.

Palavras-chave: Migração feminina. Maternidade. Escrevivência. Interseccionalidade. Trabalho reprodutivo.

RÉSUMÉ

Ce texte est un dire-migrations à partir de l'expérience incarnée d'une maternité vécue en contexte migratoire, devant laquelle la convocation d'une perspective intersectionnelle se fait présente, évoquant les innombrables mises en silences et violences qui insistent et persistent sur les corps des femmes-mères migrantes dans de nombreuses et diverses expériences contemporaines. Ainsi, la recherche explore le domaine thématique à partir d'une perspective située, avec des récits de la chercheuse, pour faire apparaître des histoires vécues, entendues, racontées et remémorées, et ainsi tisser des manières de composer des dire-migrations. De telle façon, la recherche interroge ceux qui considèrent l'immigration et la maternité comme des faits, des données ou une réalité à partir d'un universalisme et d'une neutralité qui engorgent des modes de vie et des corps niés par une Histoire à sens unique. Avec l'*escrevivência* comme enjeu et exercice méthodologique, des nuances du maternage migrant se font voir en simultanée avec la recherche pour enfin expliciter les rouages du travail reproductif des identités, des réseaux d'appartenance et des culturalités. Ce qui émerge du dit et de la textualité - eux-mêmes faisant partie de l'expérience de dire-migration - sont les fils d'une composition de mondes dans laquelle l'exercice psi ne peut être qu'impliqué.

Mots-clés: Migration féminine. Maternité. *Escrevivência*. Intersectionnalité. Travail reproductif.

SUMÁRIO

Prólogo	10
Introdução	12
Capítulo I - Migrações e estudos de gênero	29
1- Outras histórias, outras perguntas	30
2- Outras histórias, outros dizeres	36
3 - Outras histórias: Mulheres-migrantes	38
Capítulo II: Produções de saber	42
1 - Mulher-mãe-migrante-trabalhadora pesquisa	42
2 - As histórias das histórias	49
3 - Dos modos e modos de contar	59
Capítulo III: Imigração feminina em Montreal, Quebec, Canadá	65
1 - Outras histórias pisando esse chão	65
2 - Mais da metade não é maioria	67
3 - Outras histórias, outras dores	70
4 - Na encruzilhada: outras histórias de violência conjugal	74
Conclusão	78
Referências bibliográficas	95

PRÓLOGO

É preciso que eu diga, antes de tudo, que as linhas aqui escritas enfileiram palavras que, uma a uma, cortam minha carne. É preciso dizer, pois não é sem isso que teço a presente reflexão sobre o que vivem, vivemos, nós as mulheres que por ventura, sina ou desejo, vieram a migrar. É preciso dizer que não é sem dor que reconheço nas estatísticas o miúdo dos meus mais doloridos dias. É impossível não ser remetida a meu próprio arranjo familiar quando leio acerca das mulheres há tanto entendidas como migrantes passivas, seguidoras de seus maridos e amparo para os filhos que carregam nos braços. É impossível não reviver a angústia de me ver entre a cruz e a espada, ao me deparar com as opções indecentemente restritas de, seja fazer face à desvalorização da minha força de trabalho, seja consagrar-me ao trabalho não remunerado intrafamiliar. Faz-se ver um nó que amarra um comum, íntimo a mim e a tantas outras mulheres migrantes.

A cada leitura feita, uma leitura sobre mim. Aos dezoito em pensava cursar Biologia... teria sido menos árduo estudar morcegos e ouriços do mar? Pois fui estudar humanos. E ainda, não por acaso, caí de estudar a humanidade que experimento em mim. Se teorizar a experiência vivida pode ser uma sorte de cura, como me faz acreditar bell hooks¹, esqueci-me de lembrar que o remédio é amargo. A cada leitura feita, uma releitura de mim.

Hannah Arendt², em texto, me fala sobre o deslocar judeu e de repente tenho mais em comum com este povo do que pudera imaginar minutos antes.

Helma Lutz³ discorre páginas a fio seu vasto conhecimento sobre gênero e processo migratório e minha vontade é de abraçá-la e agradecer.

Mirjana Morokvasic⁴ que eu poderia dizer que antes mesmo de eu nascer já estava aí praticamente escrevendo para mim, para esse eu que não é só meu, que somos nós.

Finco os pés: a pretensa neutralidade científica é uma falácia besta. O alvoroço interno do processo de pesquisa e escrita deve constar, ainda que rasurado, em algum canto carcomido dos velhos livros... me parece impossível fazer ciência sem sujeitos-cientistas implicados diretamente com seus objetos de estudo. Seja por simbolismos, significâncias,

¹ Autora estadunidense, ativista, feminista e negra, bell hooks é mundialmente conhecida por sua obra acerca das interseções entre raça, gênero e classe social. Cito aqui marcadamente seu livro *Ensinando a transgredir*, lançado originalmente em 2009 e publicado no Brasil em 2017.

² Filósofa política, autora e sobrevivente do Holocausto, Arendt é considerada uma das teóricas políticas mais influentes do século 20. O texto citado foi originalmente publicado em 1943, no *The Menorah Journal*, cujo título encontro traduzido livremente como “Nós, os refugiados”

³ Professora de estudos sobre mulheres e gênero na Alemanha, Helma Lutz é reconhecida internacionalmente como uma acadêmica líder em gênero, migração e trabalho doméstico.

⁴ Professora na França, Morokvasic pesquisa e leciona a temática desde a década de 70.

enlaces de qualquer natureza, seja pela linearidade de ser em si próprio um tanto daquilo que investigamos. A cada leitura feita, uma leitura sobre mim, mesmo que não se trate de mim.

A colega que, grávida, se debruça sobre luto neonatal... a analista negra que se coloca a investigar relação interracial entre paciente e psicóloga... eu, entre uma mamada e outra da minha pequena-gringuiha, escrevendo projeto de pesquisa e tecendo minha maternidade migrante simultaneamente... estamos a escancarar um íntimo jogo. Qual o desdobramento de estarmos tão visceralmente envolvidas em nossas pesquisas? Há de se dar lugar a isso. Há de se olhar com rigor e seriedade para o processo ele próprio de revirar-se do avesso ao produzir conhecimento. É preciso dar lugar e constituir um corpo que se deixe atordoar, que se deixe desalojar, para enfim experimentar na carne o que produz nosso pesquisar, e é daqui que parto.

Conhecer as entranhas daquilo que se pesquisa só poderá ser uma posição privilegiada, um ponto de vista estratégico que mira nos olhos daquilo que está à sombra, intocado pela luz dos iluministas, dos discursos ortodoxos. Como nomeia Patricia Hill Collins em seu texto sobre a riqueza do olhar das *outsiders within* (Collins, 2016): pesquisar e enfim escrever *de e para* mulheres-mães-migrantes, *de e para* mulheres-psicólogas-negras que têm mulheres brancas deitadas em seus divãs, *de e para* mulheres-mães-gestantes que se deparam com o medo da finitude da vida de seus fetos. Nós sabemos do que falamos, sabemos porque aprendemos nas salas de aula mas sabemos também com cada fibra dos nossos corpos. E queremos saber ainda mais, é por isso que pesquisamos. Nós conhecemos as garras da dor e saltamos com ela. Nós rugiremos mais alto que os velhos leões, e quem decifrará o enigma da esfinge seremos nós.

INTRODUÇÃO

A ela, não seria permitido encolher-se. Isso significaria sua aniquilação. Disso já sabia.

Mas antes, lá naqueles dois traços que anunciaram o que estava por vir, todas as vezes que tentou se acomodar, o chão tremeu.

Canadá, assistência pública para partos domiciliares... *heaven!* Só que não. Da sonhada casa de parto ao hospital de referência. Uma trombose, história antiga, merda nova. Merda!

Se oriente, mamãe, ouvia um silencioso imperativo vindo de seu ventre.

A vulva avistada na ultrassonografia tornava a sentenciar: se oriente!

Se não parteira, negociaremos doula... uma, duas, nenhuma! Merci COVID-19.

Eram quase 5 da manhã e o pijama estava molhado. Uma hora depois e diziam ser inadiável uma avaliação no tal do hospital.

Caça amigo pra guardar o menino que parira anos antes. São 6 da manhã, ninguém atende! Mas há meninos que acordam às 6, e os pais destes meninos atendem! Eles vêm!!!

Talvez o alívio ele mesmo tenha permitido a bolsa romper de vez. Um chuí, um riso de nervoso... o menino nervoso... tá tudo bem filho, sua irmã quer chegar!

As contrações galopantes, beijo meu menino, a gente já já se vê de novo. Te amo.

O hospital. As contrações... tá tudo bem, ela dizia a si própria. Você tem um excelente controle da dor, dizia a enfermeira com seus doces olhos claros. Oito e trinta... Não há registro do nome daquela mulher, mas uma vívida memória tátil do corpo dela contra o seu.

Estava tudo bem, só havia começado... ela seguia dizendo para si.

Contrações galopantes!

Que assim seja, venha logo, minha menina. Quanto mais rápido você vier, mais rápido estaremos em casa com seu irmão. Ambas assentiram.

Saíram do chuveiro.

Calor, frio, o homem... frio, calor, o pai...

Uma grande bola pra apoiar... socorro! Temeu não ser capaz.

Contrações galopantes!!!

Socorro, me anestesiem, pediu. *Sorry, trop tard.* Ela está vindo, não há tempo.

Eu sei, ela está vindo, eu chamei.

Ainda outra vez, não era possível acomodar-se. E no desconforto, se fazia ir além.
Deita! Não quero.
Você precisa deitar.
Não quero.
Deitou.
Empurra com pulmão cheio, outro jeito de dizer "não grite".
Ela já está aqui, coragem!
Coragem.
Ela tem cabelo? Perguntou. Nada sabia sobre aquele bebê, tão outro. Tão seu e tão deles.
Mais um par de contrações e ela veio, pros braços, sem escalas.
Um olhar imenso! Imenso! Do tamanho do segundo maior país em extensão do mundo.
Uma menina, há muito esperada.
Uma menina, e jamais seria possível acomodar-se.
Abençoada seja, minha filha.

*

Partimos de uma compreensão: mais que um aspecto a ser considerado (como economia, política ou religião), gênero configura um princípio organizador dos fluxos migratórios e dos processos de (des)(re)territorialização de pessoas e coletividades migrantes na contemporaneidade. Devendo, pois, este conceito “ser arrastado da margem ao centro das análises, ao lado da racialização e do colonialismo” (LUTZ 2010, p. 1651). Se esta compreensão é aqui tomada como inescapável não o é por mera constatação de que ocorre um aumento no número de mulheres que migram ao redor do mundo, tampouco porque este número estivesse simplesmente invisibilizado em estudos realizados até um determinado momento. Aquilo que nos coloca diante da necessidade de um deslocamento do modo como migração vem sendo estudada é, em um primeiro plano, o reconhecimento da urgência de que os modos de narrar, analisar e produzir políticas migratórias não perpetuem ou amplifiquem violências, sobretudo para corpos que se encontram mais fragilizados e marginalizados nesses

processos. E, em uma perspectiva que toca visceralmente este trabalho, o deslocamento de análise aqui proposto sustenta *a* e aposta *na* potência epistemológica de constructos epistêmicos forjados *COM* (MORAES, 2010) e *a partir das* narrativas de mulheres (e mulheres mães) - em seus mais diferentes pertencimentos e experiências - que têm suas vidas marcadas pelos movimentos de migrar. Apontando que a feminização deste fenômeno é antes de tudo uma mudança nos modos de *dizer migração* (ARAÚJO, CABRAL et al., 2012) por onde recolhem-se outras formas de se produzir perguntas, outras demandas, outras imagens, outros efeitos que então caminham junto a nossos ferramentários de análise-intervenção. Em especial aqueles efeitos que vão dizer do lugar a partir do qual as mulheres emergem por essas narrativas: tecelãs, fiadoras e desfiadoras de mundos e saberes. O que, na contramão das perspectivas universalizantes e pautadas numa racionalidade única e central, abre caminho para se fazer ver e falar existências singulares. Essas que antes de serem tomadas como exemplos "dos diferentes" ou das "diferenças" identificáveis a partir de um conhecimento que se assenta e anuncia sempre um *mesmo, uma mesmidade (A migração)*, convoca o conhecimento a se dizer por sua posicionalidade ao mesmo tempo em que assume a injunção ética de um olhar desde as margens (CARON, 2004).

*

Ainda que, em absoluto, não nos pareça inverídica a afirmação de que pessoas seguem se deslocando em movimentos migracionais desde tempos imemoriais, nos interessa mais - desde já - sinalizar que há algo na contemporaneidade que confere contornos e complexidades flagrantes à imigração, apontando para uma diversidade nos fluxos, intensificação de volume e diversidade de pessoas que se deslocam. Vemo-nos diante de uma maior amplitude dos conflitos e tensões postos em jogo nesta dinâmica. Mais do que nunca, cruzar bordas fronteiriças diz do trans-bordar de políticas sistêmicas globais.

Tal cenário de tensões e uma leitura das políticas que então se dizem como globais convergem para a promulgação do migrar como direito humano contido no artigo 13 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, adotada em em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU, 1948): *Todo indivíduo tem o direito de circular livremente e escolher a sua residência no interior de um Estado*. Para além de uma constatação de uma realidade "desde sempre", a migração, então, adquire um lugar distinto no mundo que, efetivamente, demandará atenções e políticas correlatas. No que tange esse direito, a integração dos migrantes, a diversidade cultural, a convivência e o diálogo intercultural no cotidiano social e

no espaço urbano deverão assentar-se em, pelo menos, dois direitos fundamentais: o direito à cidade, enquanto espaço coletivo, promotor da participação e de integração de todos na vivência local; e o direito à diferença, enquanto promoção e valorização da diversidade, da comunicação intercultural e da alteridade (RAMOS, 2019). A imbricação com outras questões e direitos, a frequência, a quantidade e a diversidade tanto de pessoas quanto de destinos torna necessário, atual e urgente o olhar atento a esta temática no âmbito social, na gestão pública, na economia, na saúde, na educação, nas relações interculturais, de gênero, nas coletividades em geral. Da mesma forma, a importância de dedicar atenção à temática nas formações e instrumentação de profissionais, o desenvolvimento de pesquisas científicas, projetos, planos de ação e de intervenção se confirma por diversos motivos, incluindo o fato cru de se tratar de uma significativa parcela da população mundial.

No que tange às políticas públicas, é esperado que elas possam gerir a mobilidade populacional e a diversidade cultural, além de integrar práticas individuais e coletivas, e ainda, claro, promover saúde, qualidade de vida e bem-estar aos indivíduos e aos grupos, garantindo assim direitos fundamentais. Contudo, ainda que seja considerada legítima a exigência de políticas públicas eficazes relacionadas aos movimentos migracionais e atenção ao indivíduo migrante, a figura do migrante é constantemente considerada como uma ameaça, seja à economia local, seja à preservação da cultura (estampada na lógica xenófoba em suas expressões mais vorazes), seja à manutenção de um status quo etnicoracial (escancarado pelo racismo cotidiano). Um *problema* enunciado de maneiras sutis e nem tão sutis, a ser supervisionado “em nome do bem e da segurança nacional”, como denunciam as pesquisadoras Mirna Safi (2023), Grada Kilomba (2019), Ghayda Hassan (2013), Irene Gedalof (2007), dentre outras.

Estudos sobre as migrações vêm apontando o aumento dos deslocamentos populacionais desde a década de 1950. Este incremento, é marcado por uma maior diversidade étnica, de classe e de gênero. Da mesma maneira, faz-se notar uma maior multiplicidade nas relações que os imigrantes estabelecem entre a sociedade de destino e a de origem. A esta altura, não está se falando mais apenas dos europeus brancos partindo da Europa para as Américas (que caracterizavam cerca de 90% dos fluxos do século XIX), mas também trabalhadores imigrantes de diferentes origens etno-culturais, partindo de países periféricos e dirigindo-se para os Estados Unidos, Canadá e países da Europa (ASSIS, 2007), além de refugiados de guerras e catástrofes climáticas.

É curioso escrever sobre isso sendo eu a bisneta de uma italiana cuja família, face à pobreza e à falta de perspectivas, migrou para o Brasil no fim do século XIX. Me faz rir um

riso tímido pensar que sou bisneta de uma migrante europeia nas Américas e hoje ser uma sulamericana migrante no Norte Global. Minha história não é (só) minha. Os olhos verdes que seguiram o ramo de árvore genealógica desta bisa até mim, me olham de volta. Em baixo deles, desses olhos, há um “nariz de batata” cujo rastreio foi apagado neste retraçar de passado mas se impõe, bem no meio da minha cara. Ele não parece europeu, esse nariz. Apesar da história recontada ser do continente colonizador, eu sei, este corpo que hoje habita o hemisfério Norte, traz em si o mundo. Feita de muita andança, tenho os pés encardidos de muitas terras. Transito os espaços por onde tivemos selo para passar, eu e os que vieram antes de mim. Sou feita dos encontros que a vida desenhou por continentes e oceanos. No fim, um caminho nem tão autêntico assim e só me resta rir meu riso tolo.

Diferentes contextos demográficos, ambientais, laborais e políticos vêm contribuindo para o aumento da quantidade de pessoas que se propõem a migrar. O envelhecimento populacional nos países do Norte Global, a maior demanda no setor de serviços (especialmente o de cuidados), o turismo internacional, e ainda outros fatores, aliam-se ao surgimento de políticas migratórias mais favoráveis, à uma maior facilidade de deslocamento, às crises econômicas e seu decorrente desemprego, configurando um cenário relativamente mais propício às migrações. Acrescem-se ainda as novas modalidades de mobilidade estudantil, os novos meios de comunicação e acesso à informação e ainda o desenvolvimento de redes entre países baseadas em laços históricos, familiares e/ou culturais.

Penso mais uma vez na minha bisa italiana, cuja família empobrecida deu um jeito sei lá qual de entrar num navio rumo ao Brasil. Por outro ramo, há em algum lugar do meu passado um ancestral que eu desconheço totalmente mas cujo sobrenome carrego: diz a história da região onde nasci que os *Maforte* eram heróicos caçadores de onças e por isso tornaram menos amedrontadora a empreitada dos suíços trazidos ao Brasil como parte do projeto de substituição da mão de obra negra escravizada nos cafezais da região (BON, 2004). Há ainda a história não contada do meu bisavô negro, com o qual a bisa italiana se casou e por isso foi desligada da família européia. Pense, essa minha avó, filha dessa italiana e deste homem negro do qual sei tão pouco, me viu entrar num avião e ir estudar lá do ladinho da terra da mãe dela. Eu fui e voltei, e ainda liguei pra ela de lá, por vídeo chamada! Ela me viu **lá** e eu ainda me lembro da cara de espanto dela. Ela não me viu entrar num avião de novo e vir para cá, pra outra ponta do continente. O tempo não nos concedeu essa fabulação, mas eu gosto de imaginar, numa certa poesia, que minha avó está no vinco que não deixa quebrar a dobra dessa virada nos modos de migrar. E eu vejo um passaporte carcomido

que eu compartilho com esse povo todo, apinhado numa árvore (genealógica) que parece um cajueiro de tanto galho, espalhado grande por esse lado da Terra que chamam Ocidente.

Do ano de 2000 para o ano de 2017, o mundo pôde assistir a um aumento de 49% na população que vive fora de seu país natal. Em 2017, contava-se 258 milhões de indivíduos migrantes, o que representa 3,4% da população mundial. Em relação aos refugiados, estima-se que haja mais de 60 milhões deles no mundo, número que aumentou em 2014 e 2015, representando o maior número de pessoas nessa condição depois da II Guerra Mundial. (UNHCR - THE UN REFUGEE AGENCY, 2013)

Apesar do observável aumento da escolarização, da diversificação e da heterogeneidade da população migrante, em sua maioria, este grupo de indivíduos continua sendo posto a lidar com a desqualificação profissional, a inserção tendenciosa em setores específicos do mercado de trabalho, a precarização e a instabilidade dos vínculos empregatícios, salários comparativamente mais baixos, além, é claro, da complexidade imposta pela vida desprovida de sistemas de proteção social, os altos índices de isolamento e de exclusão (RAMOS, 2019). A precarização social e econômica não resultaria em outra coisa que não a vulnerabilização desta população. Tais suscetibilidades tornam os indivíduos migrantes particularmente expostos a riscos, evidenciando outra vez o caráter de interesse público do assunto.

Tornar viável um projeto migracional, a execução deste e, por fim, como se dá de fato a chegada no local de destino, coloca em jogo aspectos de diferentes ordens que se amalgamam e se fazem presentes de diferentes maneiras. Aspectos psicológicos (a saúde mental do migrante), sociais (redes de apoio tanto no país de origem quanto no de chegada), econômicos (acessos e restrições), jurídicos (vistos, direitos, etc) e políticos (políticas públicas mas também agenciamentos diversos), ditam como se desenhará o acolhimento, a integração, as condições de saúde e a qualidade de vida dos indivíduos e famílias migrantes nas sociedades receptoras. A verdadeira trama sobre a qual o sujeito que migra se põe a compor estratégias e a lançar mão de recursos mais ou menos acessíveis, está direta ou indiretamente ligada a elementos de sua história pessoal, sim, mas igualmente (se é que seja de todo pertinente pensar por tais dualidades) a fatores da macroeconomia global e de marcadores socioeconômicos, étnicos, religiosos, geográficos, e de gênero, que dizem inclusive da facticidade de uma migração voluntária ou não. Ainda neste sentido, é importante atentar que a primazia dada ao caráter de projeto pessoal a uma migração, ou a um certo caráter de “habilidade inerentemente humana” das migrações, abre caminho para o

entendimento das migrações involuntárias e forçadas como exceções, circunstanciais, erros ou infortúnios, perspectiva da qual não somos signatários.

Embora o processo migracional seja constituído por uma multiplicidade de agentes (o sujeito que migra, o local de onde se sai, onde se chega, etc) muito dele se opera como uma experiência singular. Sempre haverá expectativas e desejos intransferíveis, alimentados por histórias únicas, pessoas que chegam oriundas de todas as culturas, com suas crenças, valores, histórias de vida e uma condição de imigrante igualmente singular. Mais uma vez, o fenômeno da imigração se faz múltiplo, complexo e heterogêneo, fortemente tensionado, tomando para cada sujeito uma forma particular, podendo ser experimentado como sorte, mas também como desventura ou única chance.

As severas rupturas, imperiosas transformações, as diferenças culturais, linguísticas, laborais, ambientais e políticas, dentre tantas, por vezes agravadas por estereótipos e preconceitos, discriminações, constrangimentos e violências podem fazer parte do cotidiano do sujeito migrante, colocando-se reiteradamente a minar sua capacidade de resiliência. É exaustivo, sabemos. Contudo, agencia-se qualquer parte uma composição de fatores que renova e sustenta o projeto migracional. Desejo, teimosia ou sobrevivência, alguma coisa baliza e ao mesmo tempo conduz estes corpos a moverem-se.

Quando falamos de *projeto migracional* entendemos que, antes de qualquer coisa, há um movimento que dirige o emigrar, ou seja, sair de onde se vive, do território de pertença. É preciso antes de tudo um desenlace, um afrouxamento de cordas. Para se lançar no que virá a ser uma vida migrante, há de se tatear as possibilidades de fazer, desfazer e refazer certas amarras, a serem mantidas, modificadas ou desatadas.

Ao nos aproximamos de materiais que produzem uma certa especificação do que podemos entender por migração nos deparamos frequentemente com o entendimento de que essa seria

...uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (*aculturação*)⁵ no local de chegada. Os motivos da migração tanto

⁵ Quanto ao termo *aculturação*, guardamos seu sentido aproximado a uma “aclimação” cultural.

podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas (KLEBA LISBOA, 2007, p. 807)

Não é difícil reconhecer que migrar coloca em jogo um transitar que extrapola questões geográficas. Para além das novas ruas, estabelecimentos, rotas, o processo de (des)(re)territorialização colocado em jogo neste mover-se se estende por âmbitos que ultrapassam substancialmente a localidade ela própria. Estamos falando de novos códigos, novas inscrições, novas materialidades (que passam pelo alimentar-se, pelo vestir-se, e vão mais além), sem deixar de citar os efeitos de se ser uma minoria (visível ou não) apartada de certas esferas de poder. Ainda, dentre as tantas coisas das quais abre mão a pessoa que deixa seu local de origem, ao migrante cabe também deixar um tanto de si. Aquele que migra despoja-se de sua ancoragem, desata laços sociais e coloca-se numa certa errância (CERTEAU, 1994) e reinvenção de si enquanto sujeito no mundo.

Os estudos acerca das migrações apontam hoje diferentes motivações para o *emigrar* (partir), destacando indivíduos e famílias que se retiram de sua terra natal, deixam redes familiares e o lugar de origem como estratégia para enfrentar a pobreza, a violência e a opressão (seja dentro do próprio núcleo familiar ou comunitário), as desigualdades sociais e de gênero, conflitos étnico/culturais, religiosos ou políticos, guerras e catástrofes ambientais, bem como por motivos laborais, acadêmico-científicos, ou ainda pelo desejo de emancipação, de concretizar sonhos, de alcançar autonomia e independência financeira, ou por fim, como uma das vias de oferecer melhores condições de vida à própria família. (RAMOS, 2019).

No entanto, é interessante notar que este entendimento da complexidade quanto aos fatores que levam uma pessoa a emigrar é relativamente recente e tem relação direta com a inclusão da perspectiva de gênero nos estudos de migração. A inclusão da análise da variável gênero faz notar fatores fortemente relacionados à condição feminina e o que disso vem a determinar sobre o migrar (MOROKVASIC, 2022, RAMOS, 2020, KLEBA LISBOA, 2007, MARINUCCI, 2007).

Em uma pesquisa pioneira, a pesquisadora Mirjana Morokvasic publicara em 1984 estudos que traziam motivações não econômicas sendo relatadas majoritariamente por mulheres. Seriam estas razões: a transgressão de limites rigidamente impostos, a violência conjugal, o insucesso matrimonial, a imigração como alternativa a um impedimento de divórcio, discriminações especificamente dirigidas e a insegurança decorrente delas. Houve um momento em que se distinguiu a emigração feminina como sendo motivada predominantemente por fatores individuais, privados, familiares, enquanto a emigração

masculina resultaria de razões externas, econômicas ou de ordem pública. Não seria precipitado dizer que tal análise explicita uma mentalidade marcada pela segmentação da sociedade segundo marcadores de gênero e o cerceamento dos papéis destinados a cada um dos lados desse binarismo.

A dualidade dos fatores econômicos *versus* fatores não-econômicos e a insistência em traduzir tantas complexidades em termos de custos, benefícios, e valores monetários se mostra gravemente limitante. Isso se torna evidente quando os relatos de mulheres vem apontar maciçamente a migração por motivações diversas - em especial pelo rompimento com uma sociedade discriminatória nas quais estariam em posição subordinada (MOROKVASIC, 1984). Efetivamente as novas ondas de migração não podem ser entendidas apenas pelos fatores de atração e repulsão de mercados de trabalho. Elas se baseiam em redes complexas de motivações, de diversas ordens, e é somente com a formulação de outras perguntas, de outras formas de interrogar e ouvir, incluindo a perspectiva de gênero, que tal entendimento pode emergir, fazendo serem contadas outras histórias, outros dizeres-migração.

Se por um lado sabemos que, por motivos diversos, pessoas se deslocaram e seguem deslocando-se pelo mundo ao longo da história, escolhendo ou vendo-se levadas a sair de suas terras, moradas, referências, para buscar por novos territórios (possíveis, prometidos, sonhados, forçados...), realocando-se e reestruturando modos de vida. Por outro sabemos também que dizer desses movimentos de um lugar que os inscreve sempre nesta grande História da humanidade que parte de tempos imemoriais e nos alcança nos dia de hoje, conduz-nos a um olhar sobre esses corpos e essas vidas encontrando reiteradamente universal, cujas diferenças são pouco mais do que variações, modulações de um mesmo. Assim, podemos dizer que não nos interessa aqui esse fenômeno como parte da natureza desse humano que sempre se deslocou pelo globo dos mais diversos modos e por uma longa lista de motivos. Além de uma perspectiva por demais generalizante, ele pouco ou nada diria desse fenômeno enquanto experiência, política e invenção que pode falar a nossos dias, pode interpelar nossas questões e ressoar em nossos corpos não abstratos.

Fazemos aqui um esforço para operarmos um corte nessa narrativa histórica, de modo que ela não se diga como fluir das épocas que se sucedem umas às outras, e sim faça saltar a diferença e os embates do tempo em que os dizeres aqui presentes se situam. Diremos, pois, da migração como um fenômeno moderno. Explicamos: tomamo-lo como algo que compõe a experiência e a realidade sócio-histórica da modernidade, e da própria modernidade como

uma experiência (CHARNEY e SCHWARTZ, 2004) e, além de tudo, como uma violência ela mesma, conforme propõe Enrique Dussel (2005)⁶. A leitura do filósofo argentino nos permite adentrar o pensamento de que o projeto da modernidade é também o projeto civilizatório que haveria de circunscrever todas as terras conhecidas, habitadas, pisadas, conquistadas a partir da evidenciação de uma centralidade (a Europa⁷, então assim inventada), do reconhecimento correlato de sua periferia e da eliminação e/ou dominação, racionalmente justificadas, daqueles que se oporiam - por ato ou simples existência - à sua superioridade (os chamados bárbaros). Inscrever a migração nessa leitura crítica da modernidade, significa arrancá-la de uma narrativa universalizante e não permitir que ela seja subsumida no mito do próprio tempo em que ela se inscreve, podendo, pois, dialogar (e se entretecer) com a Alteridade negada (DUSSEL, 2005) desse mesmo tempo que ela conclama e, igualmente, coloca em análise. Tal análise se dá por aquilo que ela foi e é capaz de engendrar a partir de sua racionalidade, fazendo, pois, evidenciar um tensionamento com as lógicas que sustentam o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado. Dizê-la moderna é, então, reconhecer as contradições de um projeto vigente a partir dos corpos que migram, sobretudo dos corpos denegados que fazem saltar tal experiência como força contestatória e capaz de operar descentramentos e contra-movimentos.

A partir das questões com as quais pretendemos dialogar, apontamos para o entendimento de que estudos que têm a migração como questão se farão tão pertinentes e consequentes quanto puderem dar lugar às exigências ético-político-epistemológica da interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 2021; AKOTIRENE, 2019) naquilo que elas apontam para uma indissociabilidade entre rigor e justiça social (CABRAL, 2023)⁸. Pois é por uma atenção às questões deflagradas por um olhar e método interseccional que a complexidade e a cotidianidade das formas de opressão, e das experiências ali inscritas coletiva e singularmente, evidenciarão o fenômeno da migração marcado por uma localização e implicação junto às composições de categorias que são acionadas de maneira inextricável, e que, mais do que se juntam ou se justapõe, se (re)significam mútua e continuamente.

Se a interseccionalidade é para nós um conceito fundamental para dizer migração e gênero a um só tempo, é ele também constituinte de um lugar de onde pretendo colocar-me em jogo narrativamente e analiticamente enquanto corpo-história-pesquisadora-migrante que não pode se ver senão implicado nos reconhecimentos desses marcadores (de raça, classe,

⁶ https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624093038/5_Dussel.pdf

⁷ O ocidente, o Norte

⁸ escrito a partir do espaço de orientação com a profa. Ana Cabral.

gênero etc) e na sustentação ética de sua radicalidade forjada em lutas avessas aos embranquecimentos e assepsias academicistas.

Assim, pois, dizer-migração comparece aqui como uma exigência que nos chega a partir da categoria de gênero trazida ao centro de uma problemática e de uma perspectiva analítica, onde essa categoria tem sustentada sua pertinência, urgência e rigor na medida em que se faz ver e emerge junto às lutas antiracistas, anticapitalistas e anticapacitistas.

Os dizeres migração que trazemos à tona circundam os sentidos daquilo que nelas entendemos por:

...uma ação social de caráter individual ou coletiva, espontânea ou forçada, que ocorre através de um deslocamento interno (do campo para a cidade, de uma cidade para outra, no mesmo país), ou externo (de um país para o outro); envolve cruzamento de fronteiras administrativas e políticas (territórios), e fixação de nova residência, bem como um processo de desenraizamento do local de origem seguido de novo enraizamento (*aculturação*)⁹ no local de chegada. Os motivos da migração tanto podem ter causas socioeconômicas e políticas como também estar associados a dimensões subjetivas (KLEBA LISBOA, 2007, p. 807)

Migrar coloca em jogo um transitar que extrapola questões geográficas. Para além das novas ruas, estabelecimentos, rotas, o processo de (des)(re)territorialização colocado em jogo neste mover-se se estende por âmbitos que ultrapassam substancialmente a localidade ela própria. Estamos falando de novos códigos, novas inscrições, novas materialidades (que passam pelo alimentar-se, pelo vestir-se, e vão mais além), sem deixar de citar os efeitos de se ser uma minoria (visível ou não) apartada de certas esferas de poder. Ainda, dentre as tantas coisas das quais abre mão a pessoa que deixa seu local de origem, ao migrante cabe também deixar um tanto de si. Aquele que migra despoja-se de sua ancoragem, desata laços sociais e coloca-se numa certa errância (CERTEAU, 1994) e reinvenção de si enquanto sujeito no mundo.

Sigamos para o segundo campo ao qual o objeto da presente pesquisa se enreda: o materno. Humanos seguem se reproduzindo e se organizando coletivamente para a manutenção da vida de sua prole. Mulheres exercem suas maternidades de maneiras diretamente (e profundamente) relacionadas a suas inserções sociais, culturais, econômicas, num constructo codificado por incontáveis nuances. A concomitância na contemporaneidade de tais eventos, o migrar e o materno, é onde a presente pesquisa pretende ater-se.

⁹ Quanto ao termo *aculturação*, guardamos seu sentido aproximado a uma “aclimação” cultural.

O evento migratório coloca em jogo um transitar que extrapola questões geográficas. Para além das novas ruas, estabelecimentos, rotas, o processo de (des)(re)territorialização colocado em jogo neste mover-se se estende por âmbitos que ultrapassam substancialmente a localidade ela própria. Estamos falando de novos códigos, novas inscrições, novas materialidades (que passam pelo alimentar-se, pelo vestir-se, e vão mais além), sem deixar de citar os efeitos de se ser uma minoria (visível ou não) apartada de certas esferas de poder. Ainda, dentre as tantas coisas das quais abre mão a pessoa que deixa seu local de origem, ao migrante cabe também deixar um tanto de si. Aquele que migra despoja-se de sua ancoragem, desata laços sociais e coloca-se numa certa errância (CERTEAU, 1994) e reinvenção de si enquanto sujeito no mundo.

Somado a isso, temos o tornar-se mãe, que longe de um destino natural e universalmente desejável, apresenta-se como um evento significativamente desafiante para o indivíduo mulher, exigindo não só uma grande mudança em sua organização psíquica e afetiva, como uma importante reestruturação em seu corpo social - como nos aponta a pesquisadora Orna Donath (2017) em sua pesquisa acerca do arrependimento relatado por mulheres quanto a escolha (ou concessão) de ter filhos.

Assim sendo, a interseção dos eventos da maternidade e da migração configura um evento no qual múltiplas camadas de adversidades se acrescentam. A mulher-mãe-migrante estaria, nestas três instâncias, de partida, triplamente desafiada. Na arena a qual é lançada, ela encontra-se compulsoriamente posta a bater-se com forças patriarcais, misóginas e xenófobas, as quais podem ainda se agregar o racismo, o colonialismo, o capacitismo, o classicismo, o etarismo, e etc. Entretanto, a totalidade desta conjunção não é igual a soma simples de seus fatores. Ocupar o cruzamento de diferentes vias de marginalização produz marcas ímpares, tendo como efeito processos de subjetivação representativos do que é habitar tais lugares (BILGE, 2009). O viver compõe-se assim por elementos diversos, que interagem entre si, se combinando de maneira própria, fazendo aparecer as peculiaridades de um lugar onde singular e coletivo coincidem, fazendo exstiro que nela é só seu e o que nela somos todas nós.

Na desterritorialização radical de ambos os processos, do tornar-se mãe e do migrar, a mulher-mãe-migrante pode ainda encontrar-se com uma escassez de recursos, ferramentas e pessoas particularmente complicadora, com a qual não teria de lidar se estivesse posta a se haver com estes processos de maneira isolada.

Em pesquisa feita na cidade de Montreal (SINCLAIR et al., 2020), dados indicam que dentre as grávidas acompanhadas na cidade, as imigrantes relatam um nível de estresse

significativamente mais elevado. Dentre os desafios com os quais depara-se uma gestante expatriada, encontramos como principais fatores de risco: o processo próprio de tornar-se mãe; a construção simbólica que se coloca em jogo no fenômeno de identificação ao bebê, acrescida do marcador de tratar-se de um “bebê estrangeiro”; o plano de fundo de um acompanhamento médico marcado por referências culturais diferenciadas e o possível desconhecimento da rede de atenção à saúde materno-infantil; a fragilidade da rede de apoio com a qual a mulher conta, dentre outros.

Sobre o tecido social no qual circula a mulher-mãe-migrante, formam-se rugosidades, dobras e pregas que dizem não só de um aspecto ou de outro dentre os tantos com os quais ela se vê enredada, mas sim do intrincado arranjo que eles formam entre si. Do que se serviriam então essas mães para edificarem seu maternar? Como constroem caminhos possíveis para si e seus rebentos frente a contrariedades como redes de apoio diminutas, carência de recursos (seja de ordem social, psico-afetiva ou material), ou um mercado de trabalho desfavorável, que a rechaça (no mínimo) triplamente, por ser mulher, imigrante e mãe (se não se somarem ainda outros atravessamentos como raça, religiosidade, deficiência, etc)?

Perguntamo-nos: Como, neste emaranhado, fiar fios com os quais compor suas maternidades, compor-viver sua própria existência e a de seus filhos? Como, daí, partir um processo criativo, afirmativo e inventivo? É com este tecer exercido pela mulher-mãe-migrante, *na e por meio da* interseccionalidade que incide sobre elas, que a presente pesquisa quer compor. São os fiapos de pertencimentos, fragmentos identitários, composições de mundos, tradições (re)forjadas por estas mulheres que nos interessam. À margem da cidade, das práticas e do discurso vigente, a mãe forasteira está à beira. Mas é da beira, contudo, que se faz travessias. Sigamos com elas.

Quanto ao devir mulher-mãe-migrante há de se considerar a possibilidade de tal experiência desdobrar-se num potente ponto de inflexão. Não vamos ignorar o maquinário que insiste em cercear mulheres mães, mas há de se considerar que, não raro, mulheres persistem em encontrar potência de vida na maternidade. Para além do aspecto da produção de novos sujeitos-futuros-cidadãos, na maternidade muito de uma nova invenção de mundo está posta. A recém mãe vê a vida que experimentara até então em ruínas. Ela parte dos escombros para reedificar a si e constituir mundos para/com o novo e pequeno ser que acabara de chegar. Neste sentido, maternar e migrar podem vir a se assemelhar: circundando recomeços, inventando modos de vida, compondo mundos.

Em estudo publicado em 2015, as pesquisadoras Sandra Roberto e Carla Moleiro fazem notar que os estudos de imigração da última década vêm concentrando-se nas dificuldades inerentes ao fenômeno, dando pouca visibilidade ao potencial inventivo, estratégias e recursos agenciados por aquele que migra (ROBERTO e MOLEIRO, 2015). Os saberes, as resistências e a criatividade agenciados por pessoas migrantes acabariam, sob tal perspectiva, eclipsados pelos entraves encontrados ao longo dos processos migracionais.

Se por um lado queremos saber mais do que as mazelas que atravessam pessoas migrantes, por outro, nos interessa igualmente romper com as maneiras tradicionais de produção de conhecimento e os modos nefastos de interrogar o campo. O que nos motiva é dar visibilidade da construção contínua e inacabada dos processos de subjetivação tensionados nas territorialidades postas em jogo em processos migratórios. Para isso, seguimos as pistas da narratividade deste indizível, ininteligível, inominável saber que mulheres-mãe-migrantes tecem, em suas políticas cotidianas de invenção de vida.

Leituras feministas acerca da descolonização do pensamento (VERGÈS, 2019, KILOMBA, 2019) nos conduzem a apostar na quebra com o modo de formular perguntas que repetem estruturas coloniais, patriarcais, etc. Torna-se assim indispensável romper com a dicotomia que nos colocaria entre destacar as belas coisas ou destacar os processos de violência que se abatem sobre os corpos, feito vítimas esfarrapadas ou vencedores triunfantes de um jogo dualístico.

Ao incluir a narratividade como modo de dizer-escrever-pensar não pretendemos apenas capturar o que muitos estudos não capturam, mas sim co-fiar, co-criar uma outra política do conhecimento que, ao abrir-se para a *construção ativa de significância*¹⁰, traz consigo os dizeres-experiências de migração-maternidade-feminino e que com isso requer outros instrumentos, outros crivos que não os objetificantes e duais, inscritos pelos lugares tradicionais de enunciação do conhecimento. Ainda, ao incluirmos narrativas de vida e dimensões de uma intimidade vivenciado pelo meu corpo mulher-branca-mãe-migrante sustento um lugar de pesquisadora com a presença dessas histórias com a intimidade-extimidade dessa escrita, com a singularidade-coletividade dessa experiência, e não a despeito ou ao largo delas. Faço isso, não sem embaraços, tropeços, dúvidas, alternâncias de vozes, gaguejos, tateios, que ora se encontram nas linhas que fiam e desfiam memórias do parto de minha filha, ora se encontram nos labirintos de estudos e dados de

¹⁰ Incluímos aqui o aspecto de que ao narrar (através do ato de narrar ele próprio), dá-se significação ao vivido, ao experienciado. Ao abrir espaço para essa “construção ativa”, apostamos na ampliação dos modos de produção de conhecimento *com e através da* narratividade, incluindo ela como processo do pesquisar.

outras pesquisas que me invadem os dias e o desejo de dizer do que vivemos eu e outras tantas mulheres-mães-migrantes, ora com o tatear dos fiapos de histórias de vidas que se emaranharam à minha, colocando-me diante de mim mesma no visceral comum que nos forja e na radicalidade das distâncias e diferenças que nos exigem cotidianos exercícios éticos. Faço e fazemos isso, mulheres pesquisadoras, mulheres militantes, mulheres das lidas cotidianas a partir da convicção de que não há discurso neutro, de que não há saber que não seja enunciado a partir de algum lugar, história, agenciamento; de que não há dado evidenciado que não seja a partir de um modo de indagação ou pergunta que se faz a um mundo que se entende ser passível de modo de conhecimento; de que não há escrita, artigo ou texto que não seja também uma história que está sendo contada - e, como toda história, é matéria e fruto de montagens. Estamos assim incluindo no discurso acadêmico, no estofo desta dissertação, o fato de que toda e qualquer pesquisa parte de um tempo e lugar específicos, de encontros e de uma história e uma realidade específicas das quais não se desvencilha.

Nos ocuparemos enfim da investigação do saber engendrado por estas mulheres em seus modos de maternar, suas composições de territorialidades, de modos de vida e transmissão, em processos de subjetividade tensionados por questões sócio-políticas peculiares ao contexto migracional. Compreendemos tratar-se de mulheres detentoras de histórias a serem ouvidas e de um saber acerca dos modos de maternidade (em disputa), dignos de serem recolhidos. A escuta destas narrativas vem confrontar o silenciamento que insiste em marginalizar mulheres-migrantes numa maternidade dita forasteira, peculiar, exótica, e, no limite, inadequada.

Como nos lembra a professora e pesquisadora Ana Cabral Rodrigues: em se dando lugar à narrativa destes modos de dizer subjetividade, dá-se lugar a “modos de experiência, saberes e transmissão de povos/culturas que se vêm violentados pelas práticas coloniais” (CABRAL, 2020). No compromisso ético de testemunhar (GAGNEBIN, 2009) tais narrativas, tecem-se enlaces, insiste-se na sustentação da transmissibilidade, e enfim, irrompem-se “visões de mundo e modos de vida” (SIMAS, 2019). A afirmação do estatuto político da subjetividade (CABRAL, 2015) como efeito de disputas, tensionamentos e inventividade é a bússola que servirá ao mapeamento da escuta das histórias ouvidas e (re)contadas pela presente pesquisa. Evidenciar os processos pelos quais mulheres mães migrantes fazem-se tecelãs de mundos por seus fiapos, é o caminho que nos dispomos percorrer junto a essas narrativas.

*

Das revoluções que a chegada de um filho pode instaurar na vida de uma mulher, o dela havia inaugurado, dentre outras, uma nova significação do comer. Passou a se preocupar com o que passaria por sua placenta, e depois com os nutrientes com os quais seu corpo comporia seu leite. Mais tarde, quando o menino começou a brincar de comer comida, passou a dirigir toda uma atenção para aquilo que consumia como alimento. Recém leitora de rótulos, achava absurda a quantidade de *coisas* que compunham seu prato, mas que enquanto ingrediente mesmo, jamais entrariam em uma cozinha ordinária. *Coisas* que mal podia pronunciar o nome e que só o Capital poderia explicar o porque, estavam se tornando comida. Travou então uma empreitada: uma recusa o mais contundente possível ao consumo de ultraprocessados e um autêntico esforço por uma alimentação baseada naquilo que as suas ancestrais também tivessem conhecido como comida.

Passou a fazer bolos. Semanalmente fazia bolos. Com o tempo passou a inventar receitas. Uma alquimia que experimentava com prazer. Escolhia suas farinhas como quem escolhe amigas. Com cada uma, uma textura diferente, um sabor, leveza, densidade. Mas aquela alegria em compor as misturas era sempre interrompida pelo fermento químico. Fermento químico sobre base de amido de milho transgênico sabor desgosto. Tinha ali a revolta de não encontrar nunca, jamais, nenhuma opção ao menos não transgênica. Até que teve a brilhante ideia de recorrer às redes sociais para pedir que sinalizassem uma rota de fuga. “Preciso de algo honesto pra fazer meus bolos crescerem!” As redes tinham lhe criado uma belíssima bolha de mulheres mães com quem se afinava e o tiro foi certo. Cremor tártaro, disseram. Tecnicamente, bicarbonato de potássio, um subproduto da produção de vinhos. Misture com bicarbonato de sódio, vai funcionar! Lá foi ela então ser feliz com seu fermentinho alternativo. Informação e acesso, estava tudo garantido.

Passam-se quatro anos. Ao migrar, nem como nomear *fermento* ela sabia. Não ensinam isso nas aulas do cursinho de língua. O supermercado foi um dos primeiros grandes desafios. Tinha se tornado uma pessoa criteriosa e renunciava até mesmo a marcas que haviam financiado campanhas políticas questionáveis. Dessa forma, macarrão com molho de tomate nunca era somente macarrão e molho de tomate. Podia levar horas para realizar uma compra que alimentaria a família por alguns poucos dias. Cremor tártaro? Nunca mais foi visto... talvez não exatamente por ser uma iguaria complicada de se achar, mas porque nesse

tempo, seu corpo não dispunha do necessário para se colocar nesta busca. O *Indiana Jones* que morava nela não estava disponível. Estava ocupada demais com outras tantas expedições ao mundo que a cercava.

A vida segue. Informação e acesso já não são mais os mesmos, mas ainda assim o repertório de marcas-amigas-da-sua-consciência se enriquece. Ela já não encontra o tempo, a energia nem o prazer que já teve em cozinhar, mas guarda em si o valor do bem nutrir que lhe foi tão caro.

Muita água passaria por debaixo daquela ponte até que pudesse assimilar a obviedade de onde buscar por aqueles produtos “alternativos” que sentia prazer em consumir. Alternativos à grande indústria alimentícia, alternativos à padronização das formas de se alimentar. *Vias alternativas* nada evidentes para quem está intensamente preocupado em caminhar sem se fazer atropelar. Ela colheu elementos em conversas despreziosas, observou a cidade e mapeou curiosidades, até que em dias que se seguiram ela furou o tempo da corrida trabalho-casa para atravessar portais ornados das palavras “zéro déchet” (lixo zero). Sinos imaginários tocaram, passarinhos alçaram voos, e ela, que não tem nenhuma afeição por princesas, rememorou cenas Disney de mocinhas encantadoramente felizes. Corredores e mais corredores de grandes potes etiquetados, pacotinhos de papel e balanças digitais: eram lojas de produtos à granel! Das farinhas ao sabão, tudo lhe fazia crer estar reencontrando partes de si há tempos sob escombros. Uma arqueologia de quem foi e ainda era. O cremor tártaro? Lá estava o cremor tártaro que nunca foi só bicarbonato de potássio, mas símbolo de rede, de rota de fuga, de autenticidade e poder. Nunca se tratou somente de fermento para bolo, mas de fazer crescer em si a potência de modos outros de estar no mundo e de se relacionar com ele. E naquele vidrinho, pelo qual pagou 3 dólares e 57 centavos, coube uma cidade inteira. Porque naquele potinho cabia um imenso *território*.

Capítulo I - Migrações e estudos de gênero

A decisão fora tomada no corredor do apartamento. O medo dos tiros fez catar o menino, que de tão pequeno cabia entre os braços. Sentada no chão, tinha as paredes para proteger a si e a si para proteger a criança. Não quero, não preciso, e não irei viver isso. Vamos embora. Ela anunciou. Meio ano depois estavam longe da cidade grande, numa casa cercada de mato e contornada por um riacho. Tinham grama, gato solto, um manjeriço de um metro e meio de altura e uma arruda que florescia. Mas tinham também um repugnante candidato à presidência subindo nas intenções de voto. À época, chocava saber que 18% dos brasileiros considerava votar naquele homem declaradamente misógino e racista que como político era não só nocivo mas também desqualificado. Se por um lado o miúdo dos dias era saboreado com simpatia, a incerteza do futuro não se desfazia no ar puro das montanhas.

Aquele com quem escolhera compartilhar a vida, anos antes, havia escolhido uma profissão promissora. Trilhou um caminho raro, apreciado pelas grandes empresas, grandes negócios. Privilégios de gênero, classe e raça pelos quais o mérito real do homem foi ter feito bom proveito. O menino criado a base de Lego virou engenheiro. E o moço desde o início foi bom nisso: tinha bons resultados, boas relações que viraram bons contatos. Ainda tinha aprendido outras línguas, de outros colonizadores, o que falava de novo a seu favor. Os convites para juntar-se à multinacionais chegavam de tempos em tempos. Alguns suscitavam curiosidade, outros nada. Um dia, despretensiosamente, ele comentara sobre um em particular ao qual já tinha respondido negativamente, mas que aos ouvidos da mulher pareceu interessante. Espera, vamos ouvir mais sobre isso, disse. E entre o ouvir mais sobre isso e assinar um contrato, correu outro meio ano.

Quinze de março, o dia que deveriam dar uma resposta final à mineradora que queria o contratar, o inimaginável assassinato da deputada Marielle Franco. Mulher, militante, defensora dos direitos humanos, amiga de amigos em comum, desumanizada pela frieza e crueldade de pessoas como aquele candidato à presidência. E se a gente fica e ele ganha? A pergunta martelava na cabeça. E foi daí que veio o primeiro ímpeto de coragem (assim como naquele “vamos ouvir mais”). Foi a primeira a dizer sim. Embarcariam para um país onde jamais haviam posto os pés antes: Canadá, um dos maiores índices de qualidade de vida no mundo. Será? Veriam.

A história íntima do casal, de quem foi que seguiu o sim de quem, foi contada sem rodeios a quem perguntasse. Era sabido pelo entorno deles que quem tinha bicho carpinteiro era ela e que ele, apesar de uma certa relutância, gostava mesmo de embarcar nas aventuras que ela propunha. Uma sorte de Eduardo e Mônica com mochila nas costas - ou mala de rodinhas, tanto faz. Alguns diziam que era por conta das estrelas no céu quanto ela nasceu. Outros, que ele viu nela a ousadia do desassossego que ele sempre quis ter. Mesmo assim, mesmo que a história contada fosse uma, a história marcada era outra: estão indo porque ele recebeu um convite. Ela vai porque ele vai, que em seguida virou ela veio porque ele veio.

O visto dela era atrelado ao dele. Ela só tinha acesso à saúde pública porque ele, trabalhador convidado, deveria ter (honra concedida àqueles que se quer cativar). Ele, trabalhador requisitado, ela trabalhadora de que mesmo? - Não, espera, aqui não. A desvalorização profissional era o que a aguardava, enquanto ele tinha pacote de benefícios. Um expert estrangeiro, sua esposa e filho. Ela disse sim, mas não sabia o que viria junto da realocação. Desavisada, ela sonhou que estudaria, mas descobriu ao chegar que as condições não eram favoráveis a isso. E o que se seguiu foi a certeza de ter saído perdendo. Sua arruda já não florescia mais.

1.1- Outras histórias, outras perguntas

A invisibilidade histórica da migração feminina nunca foi sobre ser este um fenômeno irrisório ou desprezável, mas fruto de um aparato epistemológico, produto (e produtor) da lógica patriarcal, que pouco quis saber ou fazer ver a experiência feminina de migração. Não foi por uma insignificância ou por não ter sido notada que a migração de mulheres não se fez objeto de análise, mas sim por métodos, pressupostos e políticas que não tinham interesse em se haver com tal realidade.

Um dos pioneiros na elaboração de modelos explicativos das migrações, Ravenstein (apud ALBUQUERQUE, 2005), ainda no século XIX, trazia dentre o conjunto de leis por ele elaboradas, uma que se referia diretamente à certa particularidade quanto à migração feminina. O autor postulava à época que as migrações de curta distância seriam majoritariamente feitas por mulheres. No entanto, apesar desta análise não ignorar o papel das mulheres no fenômeno migratório, a literatura científica continuou a tomar a imigração feminina no quadro das migrações familiares e não enquanto migrações autônomas até meados dos anos de 1970. Esta escolha pode ter se dado em parte pelo fato de que, ainda

nesta época, a migração masculina era dominante no cenário global. Contudo, estudos feministas trazem argumentos contundentes que apontam outras direções para entender o apagamento da migração feminina, para além da questão quantitativa (LUTZ, 2010, ALBUQUERQUE, 2005).

A visibilidade das mulheres enquanto imigrantes, segundo Albuquerque (2005), teria enfim se evidenciado no desencadear de processos de reagrupamento familiar, fortemente investidos na Europa dos anos de 1973 e 1974, fazendo vir as mulheres e crianças dos trabalhadores anteriormente instalados em países como França e Alemanha. Ao mesmo tempo, desenvolviam-se os primeiros grandes estudos feministas nas ciências sociais (meados da década de 70 e início da década de 80), fazendo bascular as análises da posição das mulheres na estrutura social.

A ausência das mulheres em grande parte da pesquisa sobre migração durante o século XX fez com que Mirjana Morokvasic, fizesse o seguinte comentário (tradução livre):

Em vez de 'descobrir' que a migração feminina é um fenômeno pouco estudado, é mais importante ressaltar que a literatura já existente teve pouco impacto na formulação de políticas, na representação de mulheres migrantes, mas também na literatura sobre migração, onde o viés masculino continuou a persistir... apesar da crescente evidência da participação das mulheres na movimentos migratórios. (MOROKVASIC, 1984, p.899)

Helma Lutz, importante pesquisadora das migrações e dos estudos femininos e de gênero, reitera em 2010 - portanto 25 anos mais tarde - que ainda parece apropriado examinar de perto a teorização da migração feminina. Segundo Lutz (2010), durante o século XX, as mulheres tornaram-se mais visíveis nas pesquisas sobre migração, mas isso ocorreu de uma forma particular: elas foram definidas como passivas e seguidoras de seus parceiros masculinos. Durante esta época, da mesma forma que as crianças, mulheres foram sistematicamente entendidas como migrantes involuntárias.

O levantamento de dados históricos aponta que os argumentos estatísticos por si só não fundamentam a invisibilidade da imigração feminina ao longo dos séculos. Homens não representaram sempre a maioria dos fluxos internacionais, porém mesmo quando havia predominância de mulheres, elas não tiveram suas experiências tratadas como objeto de análise.

A predominância das mulheres nos fluxos internacionais legais foi explicitada em diferentes ocasiões, como no caso dos irlandeses para os Estados Unidos no século XIX (ASSIS, 2007). Ainda segundo Assis, diferentes fontes confirmam que de 1857 até 1922, os homens dominaram os fluxos totais para os Estados Unidos; porém, no período de 1930 a 1979, as mulheres representaram 55% de todos os imigrantes para o país e passaram os homens em mais de um milhão. Tais dados demonstram não apenas a presença feminina nos fluxos migratórios para o país no início do século, mas exemplificam também o crescimento da participação feminina nas migrações internacionais observado na segunda metade do século XX. Desta forma, se deflagra um fator crucial para o entendimento da invisibilidade da migração feminina: a perspectiva teórica era ‘cega’ em relação às diferenças de gênero, não somente por desconsiderar seus aspectos quantitativos e qualitativos mas também, e talvez principalmente, por seus princípios epistemológicos, métodos e pressupostos permanecerem assentados sob uma perspectiva marcada pelo patriarcalismo.

Neste sentido, a formulação teórica acerca da *feminização das migrações* não pretende fazer referência exclusivamente ao aumento da quantidade absoluta de mulheres migrando. O termo vem sendo utilizado para se referir às recentes tendências da progressão numérica de mulheres migrantes em termos quantitativos e também qualitativos. Ele pretende sobretudo dar visibilidade e a devida importância do público feminino no conjunto de populações estrangeiras, como sujeitos ativos nos processos migratórios, detentores de saberes, de modos de ser e de relacionar-se, que (re)colocam, (re)significam e (re)situam o fenômeno e a experiência migratória. Seu objetivo último é tensionar os discursos e abrir campo para a investigação de como a feminização se apresenta e se intersecciona com outros pertencimentos e marcadores (como classe social, raça, cultura, nacionalidade e estatuto migratório).

Voltando à Lutz, a autora aponta argumentos explicativos possíveis para a longa ausência das mulheres nos estudos teóricos e empíricos sobre a migração, dos quais os dois principais resumimos aqui: o primeiro aponta para o pequeno interesse de investigar a declaração de Ravenstein sobre a propensão migratória das mulheres, em particular pelo fato de que o foco nos homens era considerado “natural”. O segundo argumento trata da ampla ausência de pesquisadoras mulheres em campo e nas formulações teóricas e científicas ao longo de séculos.

Ainda segundo Lutz (2010), outro importante fator para o viés de gênero nos trabalhos de cientistas sociais e economistas remonta ao conceito de “trabalho” ele próprio. As consequências de entender *trabalho* como sinônimo de emprego remunerado/assalariado,

em contraste ao cuidado doméstico, são amplas. Sendo esta segunda categoria um dos principais campos de ocupação feminina, a mulher se encontraria fadada a um setor “improdutivo”, inferior e subordinado à importância do trabalho dito “produtivo”. Tal assimetria explicaria o fato do trabalho doméstico ser continuamente eclipsado, ainda que constitua a espinha dorsal do desenvolvimento moderno. As mulheres participantes dos movimentos de migração em massa na virada do século XIX para o século XX, obviamente, em sua maioria, não foram trabalhar nas fábricas dos países de acolhimento. Elas foram destinadas ao trabalho doméstico ou dos campos. Supõe-se assim que o trabalho das mulheres migrantes foi ignorado também devido à sua localização na esfera privada e à sua caracterização como “trabalho familiar”, enquanto o “trabalho real” seguiu sendo realizado por homens. Aproximamo-nos aqui do que trabalha a autora Silvia Federici, ao abordar este fazer feminino há tanto apartado do universo laboral (FEDERICI, 2019) porém estruturante da sociedade moderna. Embora a lógica que circunscreve mulheres a tarefas de cuidado (remuneradas ou não) siga operando amplamente, há hoje um esforço instaurado em direção a romper com esta invisibilidade.

De maneira geral, o que está posto em jogo na inclusão da perspectiva de gênero para a análise das migrações (assim como em qualquer campo de estudo) é a importância de levar em conta estes marcadores sociais como **princípio classificatório que atravessam o movimento migratório por inteiro** e que, juntamente com outras categorias como classe e etnia, configuram de maneira diferenciada as oportunidades que se apresentam a mulheres e homens migrantes.

A partir de sua instauração mais consistente, o interesse pela migração feminina se fez presente nos estudos teóricos em diferentes estágios ao longo das últimas décadas. O primeiro movimento caracterizou-se por um esforço *compensatório* e comprometeu-se a tornar as mulheres visíveis, demonstrando padrões típicos da migração feminina, bem como aspectos característicos dos processos migratórios de mulheres. Uma segunda onda se qualifica como *contributória*, procurando abordar a participação e o papel feminino no contexto das migrações, assim como contemplar as experiências femininas. Num terceiro estágio, as pesquisas puderam se debruçar sobre as diferentes relações de poder postas em jogo na migração contemporânea.

Sob influência direta do feminismo negro norteamericano, pesquisadoras passaram a se indagar não mais tanto sobre o que de semelhante viviam as mulheres migrantes, mas sim sobre as nuances impostas pelas diferenças de posicionamento social e o impacto das desigualdades decorrentes dos diferentes estatutos de cidadania, das disparidades econômicas

e diferenças culturais, por exemplo. Peça chave desse debate, a compreensão da interseccionalidade das diversas forças opressivas e o entendimento de que as relações de gênero são inevitavelmente mediadas por outras categorias socialmente construídas (como raça, etnia, classe e etc) ganha valor central nos estudos de imigração e gênero.

Com este novo paradigma e a perspectiva da interseccionalidade, as assimetrias entre indivíduos passa a ser compreendida como produto da ordem social ao mesmo tempo que opera sua própria manutenção. A interseccionalidade de diferentes marcadores sociais, dentre eles o gênero, passa a tensionar o questionamento da construção social da masculinidade e da feminilidade, das atribuições relativizadas quanto às esferas pública e privada, a divisão dos trabalhos, dos papéis intrafamiliares, etc. É somente com a abertura deste leque de análises que podemos nos deparar com os meandros da experiência de migração.

Ainda que a imigração feminina em seus processos e sentidos sigam marginalizados, nos últimos anos houve um expressivo aumento nos fluxos migratórios globais de mulheres. Cada vez mais, mulheres saem de seus países de origem para trabalhar como cuidadoras, enfermeiras, assistentes de serviços domésticos ou ainda como profissionais do sexo, atendendo a demandas que se configuram numa complexa rede de relações decorrentes dos contextos socioeconômicos e culturais, tanto nos países de origem como nos receptores (KLEBA LISBOA, 2007). A segmentação das oportunidades de trabalho flagrante neste retrato está diretamente associada a aspectos culturais amplamente estruturantes, mas também a fatores que baseiam a economia global. Olhando mais atentamente, se observamos experiências de vinculação trabalhista das mulheres em condições de desfavorecimento socioeconômico, não é difícil concluir que muitas vezes é a força de trabalho destas que permite suas empregadoras de seguirem seus projetos emancipatórios, se desfazendo de suas próprias atribuições no trabalho de cuidado intrafamiliar. De tal forma, a demanda por trabalhadoras em função de cuidado aparece como um dos principais fatores disparadores do aumento das migrações femininas, traduzindo-se no que poderíamos chamar de uma “importação” de mão de obra feminina subalternizada para alimentar o maquinário produtivo nos países de acolhimento. Por outra via, há vantagens também para o país que cede estas trabalhadoras, já que estas, estatisticamente, tendem a enviar remessas de dinheiro para suas famílias ainda baseadas no país de origem, incrementando a economia local. Desta maneira, uma vez mais, a variante do gênero assenta-se como nodal para o entendimento da migração contemporânea.

Retomamos aqui a afirmação de Lutz: “o gênero não é apenas um 'aspecto' no estudo de pessoas em movimento, como a economia, a política ou a religião...mas um princípio

organizador central nos fluxos migratórios e na organização da vida dos migrantes.” (2010, p. 1651), devendo ser este conceito arrastado da margem ao centro das análises, ao lado da racialização e do colonialismo.

*

Ela parecia um passarinho. Sentada, encolhida na cadeira, abraçada a uma bolsa de mão. A pronúncia de seu nome já era um desafio: dois fonemas estranhos à língua portuguesa. Faço o meu melhor.

A primeira imagem que se constrói desta mulher é de um ser frágil que recolhe forças no impossível para pedir ajuda, pedir um teto, um pouso onde possa recobrar um sopro do que pode vir a ser fôlego. Sem saber como avançar, pede-se para que fique. Até que mais que isso seja possível, fique. E o ficar acaba sendo muito, demasiado muito. Porque para ficar eram precisos esforços colossais: era preciso contar sua história, era preciso *ser e estar* quando existir era limiar.

No abrigo para mulheres em situação de vulnerabilidade haviam formulários, entrevistas, regulamentos, e códigos, muitos códigos. Havia uma ficha a preencher, que em média levava uns trinta minutos para ser percorrida em dupla pela mulher em exercício da função e a mulher abrigada. Ela tomou dois encontros, quase três horas. Um incansável exercício de esquivas, o reverso da fragilidade do passarinho abraçado à bolsa de mão.

Em um determinado momento não se sabia mais de que ordem era aquilo que emperrava nem exatamente o que é que estava emperrado ali. Se era a língua ou a contrapartida do abrigo. Pedíamos o inimaginável: o regulamento sobre a hora de usar a cozinha, o jantar coletivo, as portas não trancadas. Comia na hora que tinha fome. Se não trancava, barrava a porta com a cômoda do quarto. Chegava depois do horário limite para entrar. Repetidas vezes.

No primeiro dia, ela ouviu que seu casamento havia sido forçado. Não, respondeu. Sim, insistiram. Havia se casado com o homem a quem foi atribuída. Atravessou o oceano, deixou o Senegal e seguiu para Alberta, província anglófona canadense, onde conheceu aquele que já era seu esposo. Não falava a língua local, era esposa e mãe em tempo integral. A casa era sua circunscrição. Fez filhos, cuidou da morada e do homem. Até que o homem enfim intenciona fazer valer seu *direito adquirido* de engajar uma segunda esposa. Ela : Não! Sou a primeira e pretendo ser a única. Ele: Não! Você perdeu o juízo. Volte ao Senegal, leve os filhos, irão consertar isso que se quebrou em você. Voltam o homem, a mulher e os filhos

às terras africanas. Ele retoma o Canadá, segunda esposa: check! A primeira está estragada, a família se ocupará. Ele jura que volta para buscá-la, mas passam-se oito meses sem notícias. A família: Não! Aqui você não fica, vá buscar seu homem, se acertar. Deixe as crianças aqui, *first things first*.

Seriam três escalas, mas o último voo teve sua cadeira vazia.

Ela abandona?

Ela desiste?

Ela rompe?

É essa enfim sua migração?

Não sei. E nunca saberei. Porque ela não me disse.

Ela se recusa?

Ou ela também não sabe?

Não sei. E nunca saberei.

Sua estadia no abrigo foi encerrada, pedíamos o impossível.

1.2- Outras histórias, outros dizeres

Os estudos de gênero mostram-se inegociáveis para a compreensão do fenômeno da migração como um todo, mas também para enfim fazer visível o protagonismo feminino nesse processo, conhecer as motivações que fazem emigrar, os meios e formas de inserção econômica, as dificuldades enfrentadas para adaptação à nova realidade social, bem como para mostrar as particularidades dentro a pluralidade de vida migrantes. Estamos falando de mulheres de diferentes origens, culturas, etnias, que possuem diferentes percursos, idades, escolaridades, ocupações, etc.

Essa visibilidade é fundamental ainda para que as diversas dimensões da vida social possam ser consideradas, estando posto que as relações de gênero permeiam todas as esferas da vida em sociedade e extrapolam a dualidade homem/mulher. A partir de tal perspectivação, pode-se observar as relações assimétricas de poder e principalmente a divisão hierárquica em que as categorias gênero, classe, cultura, etnia, geração e nacionalidade, dentre outras, se entrelaçam. Desta forma, é possível articular a maneira desigual como tal categorização delinea lugares, papéis e significações das relações de poder na vida das pessoas de ambos os sexos.

Não se pode perder de vista o caráter arbitrário da categorização dos gêneros. Vale lembrar que os marcadores de gêneros eleitos socialmente seguem classificando e organizando os corpos a partir de determinados elementos (visíveis ou não, físicos ou não), regulando não só gestos, posturas, vestuários, mas também lugares e papéis, proferindo modos de se viver, sonhar e ser no mundo.

A condição de migrante numa sociedade organizada a partir de marcadores como os de gênero, classe e etnia, por exemplo, impõe irremediavelmente que seja a partir deste lugar que se parta para toda e qualquer direção a ser tomada nos diferentes aspectos da vida. A justaposição destes signos não está posta à parte para a mulher migrante quando esta faz frente a condições habitacionais com as quais têm de viver, as condições laborais e econômicas (muitas vezes precárias ou de risco), o desenraizamento e isolamento social característicos da vivência da imigração, as dificuldades em compreender a língua, em adotar as normas socioculturais da sociedade receptora e em integrar-se a um novo estilo de vida. Da mesma forma, a situação de irregularidade migratória, as atitudes de preconceito, racismo e discriminação, vêm reforçar a exclusão social e cultural, reduzir as possibilidades de inserção na vida coletiva, aumentar as dificuldades de recurso às estruturas de apoio (sociais e de saúde) além de acentuar os fatores de estresse, risco e vulnerabilidade, afetando a sua saúde mental e física e a qualidade de vida.

Ao se incorporar a categoria gênero na análise dos fluxos migratórios, a migração deixou de ser vista apenas como uma escolha racional de indivíduos avulsos e emerge envolvida em redes de relações sociais tanto ao nível de projeto como na sua vivência propriamente dita. Nesta mesma corrente, a partir da análise das diferenças vividas por ambos os gêneros, pôde-se observar que apesar das desafiadas empreitadas investidas por mulheres migrantes, em suas experiências, elas relatam com maior frequência o aumento do sentimento de empoderamento. Apesar das dificuldades enfrentadas, mulheres migrantes apresentariam um mais significativo aumento do nível de autonomia, experienciando com maior frequência algum tipo de crescimento pessoal (ASSIS, 2007). Em contrapartida, algumas pesquisas, como a da antropóloga Katharine Charsley (2005), demonstraram as tensões e o sofrimento de homens que referem determinada “perda” relativa a paradigmas de masculinidade que pressupõe a dependência feminina para a afirmação de seus papéis socialmente prescritos. Podemos afirmar que tais apontamentos demonstram a importância de que os discursos normativos de gênero nas sociedades de origem e de acolhimento compareçam, sejam investigados e confrontados nas análises das experiências e práticas sociais dos migrantes.

Em resumo, a sólida relevância da análise de gênero sobre o campo dos estudos das migrações faz-se notar em diferentes esferas, como na categorização proposta por Lutz (2010) da qual nos valem aqui como arranjo estratégico:

- No que poderíamos chamar de nível macro, é a partir da perspectiva de gênero que se faz possível a observação de que migrantes são alocados em segmentos do mercado de trabalho atribuídos segundo marcadores de gênero. Sob tal circunstância o trabalho doméstico aparece como o principal a absorver mulheres, da mesma forma que o setor de construção seria globalmente o destino mais comum para o gênero masculino.
- No que seria um nível meso, esta perspectiva traz à luz a forte ligação dos modelos de cuidado e expectativas de desempenho atribuídas segundo o gênero para a organização familiar, mas também agindo sobre as redes e estruturas sociais, assim como sobre as oportunidades dispostas.
- Num nível micro, vêm à tona as práticas da vida cotidiana, tensões e arenas corriqueiras e sutis (ou não), o jogo das atribuições distribuídas segundo os gêneros e sua interseção com idade, classe e etnia no seu engenhoso esquema.

1.3 - Outras histórias: Mulheres-migrantes

A imagem daquela mulher atravessando a rua dificilmente se apagará da memória. Negra, escura, alta e magra, equilibrava sobre si complexidades inomináveis que eu não seria capaz de decifrar. Cercar os sentidos que aqueles tecidos em torno do corpo tentavam recobrir seria impossível. Uma cena fragmento estético. A mulher vestia uma capulana amarela, grená e preta, que fazia o vestido e fazia o turbante. Belíssima. Por cima, um casaco de inverno que só faz sentido nestas terras ao norte do Norte. De uma cor escura indistinguível, pêlos no entorno do capuz. Botas de neve. Há anos a memória desta mulher atravessa a rua Mont-Royal de novo e de novo. Saia longa de tecido fino, uma desutilidade fundamental. Neve caindo, ela atravessa, o ônibus passa. De novo e de novo. A insistência vencida dos vestidos e os meses que eles passam aguardando na gaveta. De novembro a abril, sem vestidos nem sandálias, nada balançará ao vento, pois até os cabelos estarão atados dentro de uma touca espessa. E aquela mulher atravessa a rua, de novo e de novo. Uma mulher, um

obelisco alto e negro. Ela está ereta, ela caminha e ela atravessa. Alta e negra. Atravessando. De novo e de novo.

*

Não raro, encontro estudos que retratam a mulher migrante como uma espécie de vítima passiva de um projeto alheio a si. Me rasgo de raiva. Nos encontros com esses enunciados, preciso repetir pra mim mesma que não é bem assim, pelo menos não pra mim, não pra todas. Eu quis estar aqui, um plano coerente com meus valores e ambições, sigo apostando em ficar e na realidade não há um impedimento circunstancial que me impossibilite de voltar. Mas a raiva não é um sentimento do qual eu não seja íntima, verdade. Muita coisa nessa vida me aciona a raiva. Mas mesmo assim, vez ou outra eu duvido que vir era a melhor opção para nós como família. E eu sinto raiva de mim, de tudo e de todos, tenho vontade de botar fogo no parquinho, no homem e nos navios também. A dupla face da moeda que vitimiza a mulher, cristaliza o homem como vilão, e eu já quis esganar o meu. Fato.

O apagamento do protagonismo feminino nos processos migratórios muitas vezes me pega, mas o pesquisar me abre os olhos e me tira da nuvem de fuligem do que meu ódio queima. Na contra-mão, pesquisas vêm lançando olhar sobre padrões da migração feminina, os motivos que têm levado mulheres a engajar-se numa migração e o caráter estratégico, emancipatório e até mesmo disruptivo que uma migração pode tomar.

Em um levantamento feito pela pesquisadora Mirjana Morokvasic ainda em 1984, mulheres relatavam, sim, migrar por motivos circunscritos ao casamento, porém muitas vezes apontavam esta como uma decisão estratégica familiar, posta em prática em conjunto pelo casal para a viabilização de uma migração econômica (me enquadro aí, diria). Mas outro fenômeno observado pela pesquisadora apontava a imigração de jovens mulheres como estratégia de sobrevivência também para aqueles que ficavam, ou ainda, mulheres que se propõem a “abrir caminhos” para os familiares que viriam a migrar em seguida. Estes movimentos, apesar de não necessariamente poderem ser lidos como movimentos independentes ou autônomos, já apontam para um olhar diferenciado da migração feminina. Lutz tece um curioso comentário sobre o assunto. A autora afirma que a migração feminina independente parece não ser vista como problemática desde que restrita a mulheres jovens e

solteiras, mas é vista como uma ameaça para a coerência social no que diz respeito às mães de crianças pequenas (LUTZ, 2010).

Se por um lado, elementos macroestruturais são compreendidos como desencadeadores de ondas migratórias, por outro, as famílias e as redes sociais entrariam como fatores determinantes quanto a quais membros dos domicílios e das comunidades realmente estariam habilitados a partir. Nesse contexto, a migração vai deixando de ser vista apenas como decisão ponderada por um indivíduo ou núcleo familiar, para ser entendida como uma estratégia de grupos em que as mulheres inserem-se ativamente.

Pesquisas como a de Glaucia de Oliveira Assis (2007) demonstram a existência das “redes migratórias” que viabilizam e apoiam movimentos de indivíduos pertencentes a determinados grupos. Os agenciamentos destas redes fariam transitar inclusive indivíduos cujo capital social pode efetivamente sobrepujar recursos financeiros, formação, experiência profissional, etc.

Um forte exemplo deste fenômeno é observado em concomitância à maternidade transnacional, quando mulheres mães se articulam para deslocar-se para outros países como forma de prover melhores condições de vida para os filhos e familiares que permanecem no país de origem (CARPENEDO e NARDI, 2017). Estas mulheres, que geralmente já são as provedoras do lar, acionam redes de contatos e suporte para articular a migração que virá a ser estratégica para prover estabilidade financeira à família.

Assim sendo, ainda que a migração possa significar a ruptura com certos padrões e novas possibilidades de vida, o caráter normativo da socialização feminina, muitas vezes será transposto junto com ela, da sociedade de origem para a de acolhimento, mantendo a mulher sob chancelas já conhecidas. Vemos desenhar-se um paradigma que delinea quem serão aquelas de quem será socialmente aceito migrar. Mulheres jovens e solteiras, esposas e seus cônjuges, mães zelosas e suas famílias. Fora destes padrões, as insubordinadas, as desbravadoras e as desventuradas.

O modo como mulheres são, em geral, sociabilizadas, as maneiras que aprendem a se relacionar e a tecer redes, as acompanha em seus deslocamentos transnacionais. Mary Garcia Castro (apud ASSIS, 2007) ao analisar a literatura sobre mulheres migrantes latino-americanas e caribenhas, ressalta que estudos demonstram como as mulheres teriam maior habilidade na criação de redes de apoio mútuo em contexto migracional, usando a seu favor os benefícios de saberes tipicamente femininos. Segundo a pesquisadora, a experiência das mulheres se destacaria não apenas por viverem a experiência migratória de forma própria, mas também por serem agentes influentes nas comunidades migrantes. “Migrar como uma

garota” pode enfim ser algo a se almejar?! A perspectiva de gênero ressignificaria assim, também, as construções de redes que articulam e operam migrações.

Nos estudos clássicos de migração, por muito tempo, mulheres foram descritas como aquelas que acompanhavam ou aquelas que esperavam por seus maridos numa incursão a um novo território. Ao invisibilizar a participação das mulheres nos movimentos migratórios, também se apagou a articulação feminina das redes múltiplas que não só motivam como sustentam vidas migrantes inteiras em sua complexidade. Como descreve Assis:

...ao se incorporar a categoria “gênero” na análise dos fluxos migratórios, a migração deixou de ser vista apenas como uma escolha racional de indivíduos sozinhos e emerge envolvida em redes de relações sociais, como uma estratégia de grupos familiares, de amigos ou pessoas da mesma comunidade. Nesse contexto, as mulheres e os homens, em diferentes momentos, aparecem como os elos que ligam “aqui e lá” redes sociais que ajudam nos primeiros momentos na sociedade de emigração e na manutenção dos laços com o lugar de origem. (ASSIS, 2007, p.768)

Em contrapartida, da mesma maneira que a sociabilização de mulheres e a maneira como se relacionam podem jogar a favor da integração à economia e a sociedade do país de origem, os sulcos formados pela prescrição de papéis segundo o gênero faz incidir insistentemente forças nem sempre favoráveis à mulher migrante. As atribuições de gênero, tarefas de cuidado, responsabilidades, lealdades exigidas e enlacedes familiares muitas vezes compulsórios, fazem com que mulheres que migram se deparem com condições de vulnerabilidades múltiplas, de ordem psicoafetivas mas também financeiras e legais, dentre outras. A submissão ao gênero dominante pode se fazer atroz quando redes de apoio e rotas de fuga são particularmente restritas. Com status legais de migração frágeis, vínculos empregatícios delicados e uma particular instabilidade nos âmbitos gerais da vida, a mulher migrante pode se encontrar em condições extremas de desamparo, sendo um alvo exposto a diferentes formas de violências e abusos.

Ainda que haja pesquisas apontando evidências de que mulheres migrantes podem fazer da opressão presente em suas vidas cotidianas um disparador para seu empoderamento e reinvestir em suas habilidades de resistência e liberação, a intensificação da subordinação de gênero e raça segue sendo um fator de adoecimento. Fatores de proteção e de vulnerabilidade seguem em sua maioria fora do alcance voluntário de mulheres postas a compor com aquilo que dispõe ao alcance das mãos.

Capítulo II: Produções de saber

2.1 - Mulher-mãe-migrante-trabalhadora pesquisa

A justaposição das palavras mulher-mãe-migrante-trabalhadora é a tentativa de nomear elementos que compõem a *situação* desta pesquisa. As palavras aqui costuradas, hifenizadas, contíguas, se tornam uma só, da mesma forma que a experiência de ser mulher e mãe e migrante e trabalhadora se dá ao mesmo tempo, sem pausa, sem intervalo, sem borda. É a mulher-mãe-migrante-trabalhadora que se coloca a tecer o que aqui se faz pesquisa.

A composição da área de interesse sob a qual esta pesquisa dirige sua atenção, assim como o problema com o qual ela se depara (das mesmas perguntas feitas, das mesmas histórias contadas, de um “olho Big Brother” que tudo vê e tudo sabe sobre um *outro*) estão profundamente ligados à minha maneira de transitar os caminhos que percorri e os lugares (sobretudo os imateriais) que habito. A construção do que venho a tecer neste trabalho segue uma linha desenhada rente a mim, da qual sinto incapaz de me dissociar. Por isso, a relevância de situar aqui tanto o ponto de onde parto quanto as lentes pelas quais meu olhar fita a questão a ser abordada. Meu lugar de fala (RIBEIRO, 2019) e os agenciamentos que meu corpo mobiliza em campo. Dessa forma, reafirmo romper com a crença de uma possível neutralidade científica que desconsidere o corpo-pesquisador.

Nascida numa cidade do interior do estado do Rio, experimentei alguns movimentos migratórios ao longo da vida adulta. Mudei de cidade e de país mais de uma vez. Esse deslocar do meu corpo no mundo me trouxe uma vivência encarnada de (des)(re)territorialização que ainda hoje busco recursos que me ajudem a nomear. Entretanto, as sementes iniciais das interrogações aqui dispostas datam do ano de 2013, quando passei a inclinar meus estudos e prática profissional sob o feminino. Em uma pesquisa desenvolvida por mim junto à Coordenação de Saúde Mental do município de Niterói, que objetivava a coleta, análise e visualização de dados referentes aos usuários da rede de saúde mental do município, foi possível encontrar fortes correlações entre os dados quantitativos levantados, ligando aspectos de gênero à diagnósticos, usos da rede, prescrições e etc. Deflagrado tal cenário, volto, nesta oportunidade, minha atenção às demandas e conduções relativas ao público feminino atendido nos diversos serviços da rede municipal de atenção em saúde mental.

Não muito depois, me torno mãe. O intrincado jogo de forças estabelecidas que insistem em oprimir e apartar a mulher-mãe não tardou a disparar em mim uma profunda mudança, uma reorganização do meu corpo político e subjetivo, da minha maneira de habitar meus mundos enquanto sujeito singular em seus atravessamentos coletivos, reperspectivando minhas relações inclusive profissionalmente. Desde então, inclino-me sobre o estudo e escuta clínica de mulheres.

Anos depois, mudo-me para Montréal, no Canadá. A vivência enquanto mulher imigrante latina mãe não-francófona não-anglófona e talvez não mais tão branca assim, marca mais uma vez meu corpo, num jogo de engrenagens que define minha inserção nos espaços onde circulo e também onde não encontro circulação.

Em 2019, encontro-me novamente gestante. Gero agora um bebê canadense. A disputa sobre este bebê se coloca de maneira sutil porém de forma alguma imperceptível. O cerceamento no poder de escolha quanto ao pré-natal e ao parto do meu bebê presentifica um grau de ingerência que marcará todo o ciclo de gestação, parto e pós-parto. Obviamente, toda minha maneira de (re)constituir-me enquanto mãe está relançada, atravessada desta vez por questões sociopolíticas bastante específicas à realidade posta a uma mulher migrante - na pluralidade do que isso se demonstra ser sobre os diferentes corpos, mas também na marca homogeneizante que se faz sensível.

Concomitantemente à gestação, dedico-me ao trabalho junto a um abrigo para mulheres em dificuldade e/ou vítimas de violências. Meu cargo ocupa-se de oferecer acompanhamento psicossocial a imigrantes como eu, dentre elas, três mães e uma gestante. A escuta destas mulheres, minha vivência pessoal, leituras e relatos de outras expatriadas me fazem pinçar trilhas deste *algo particular* que se estabelece quando geramos “um filho gringo, na gringa”. Este *algo* não aparece nos espaços de atenção materno-infantil dos quais tenho conhecimento. A gestante que acompanho resiste em fazer seus exames pré-natais, adia-os de maneira inexplicável até que indago se tais exames fazem sentido para ela, em seu referencial de acompanhamento médico de uma gestação. A resposta negativa não me surpreende. No Haiti, segundo ela, gestar é esperar. Esperar que o bebê se forme e nasça. Sem mais. Após essa conversa, em menos de uma semana, ela faz a coleta de sangue que tanto adiou. Em meu pré-natal, eu dizia à minha médica: venho de um país com alto índice de violência obstétrica e estou com medo de parir com uma equipe médica que desconheço. Mas o que eu queria dizer não era ouvido e assim segui com meus medos até a sala de parto.

O caráter de saúde pública contido na temática é flagrante. É sabido que o estresse pode representar um fator subjacente às disparidades de condições de saúde que incidem e

persistem, com base em características como raça ou etnia, condição socioeconômica e educação. Somada a isso, a imigração pode configurar uma importante fonte de angústias. Estudos mostram que mulheres imigrantes correm maior risco de adversidades em sua saúde psicossocial do que os homens imigrantes (RITSNER et al. 2001), e que a gravidez pode exacerbar esse risco devido principalmente aos desafios no acesso a cuidados pré-natais, falta de familiaridade com os sistemas de apoio disponíveis e diminuída rede de apoio social (KHANLOU et al. 2017; KINGSTON et al. 2011). Pesquisas concluíram inclusive que imigrantes recentes no Canadá têm maior risco de depressão durante a gravidez do que mulheres nascidas no país (KINGSTON et al. 2011; MISZKURKA et al. 2010).

Vivi em mim aquilo que descrevo. Poucos meses depois de dar à luz, o humor depressivo que me acompanhava desde os meses iniciais da imigração se desdobra em uma depressão pós-parto. Psicoterapia, psicofármacos e fazer da queda passo de dança: mergulho na busca pela compreensão teórica daquilo que experiencio, apostando na cura das minhas dores através da tessitura de saberes que colho aqui e lá, nos textos que leio, nas mulheres a quem me ponho a escutar, em fragmentos e fiapos, espreitando brechas por onde fazer surgir um modo de vida que me corresponda e acolha. Cá estou, pesquisadora e amassadora do barro que é ser uma mãe forasteira.

Desta forma, me debruço hoje sobre a maternidade de mulheres migrantes, buscando ao mesmo tempo adquirir e produzir conhecimento, assim como dar lugar a “acontecências”. Tomo como objeto de pesquisa *o fazer e o saber* com os quais mulheres compõem suas vidas migrantes e suas maternidades, que chegam pelas tramas narrativas de histórias outras e histórias minhas. Nas pistas encontradas, sigo apostando na investigação do que serve para mim e para a pesquisa, nesse nó indistinto do que diz da minha vivência íntima e o que nela é coletivo, é tecido compartilhado. Na busca de como abordar esta dobra entre singular e coletivo, encontro, finalmente, na escrevivência de Conceição Evaristo, na “escrita de nós” descrita por ela, uma maneira possível de dar lugar às histórias ouvidas e vividas, a serem (re)contadas no memorar que aqui se faz método.

Mais ainda, Conceição vem somar sobretudo naquilo que aporta sobre resistência e subversão do povo negro brasileiro, sobre oralidade e transmissão, experiências caras também ao processo de migração. Sei que minha branquitude me preservou de certas coisas que hoje minha brasilidade me desprotege (minha brasilidade faz furos no escudo que ser branca constitui). Mas ouvindo teóricas negras como Conceição, sei que tenho muito a aprender sobre tomar a palavra roubada, e é nisso que pretendo me aliar autora.

Neste sentido, antes de tudo, os escritos de Conceição Evaristo vêm atestar, para mim mesma, que tenho o direito de ter algo a dizer e que posso reivindicar esse direito. Ao migrar para um país com não só uma, mas duas línguas oficiais nas quais não me sinto em casa, perdi a destreza com as palavras. Além de ter perdido também meu habitual lugar de fala - e o privilégio de ser ouvida. Expressar-me não é mais tão “simples e natural” como sempre foi. E se por fim, língua é poder, o domínio aqui me escapa mais uma vez. Contudo, quando mestrandando, volto à minha casa-Uff, onde me graduei, onde aprendi códigos, eu posso enfim falar e ser escutada. Retorno à minha casa-Brasil, à minha casa-língua-portuguesa e alço enfim o lugar privilegiado daqueles aos quais são dados ouvidos.

Lendo Conceição, entendi ainda que seria nesse falar/escrever sobre o migrar que poderia perseguir os sentidos das vidas migrantes. Faço então pela necessidade de investigar e expor as engrenagens que se movem em mim e nas tantas outras mulheres que eu ouvi contar seus viveres, apostando mais uma vez que é nas histórias que a teoria corre liberta, entra e sai pelas frestas e de repente nos salta aos olhos. Assim como Conceição, seguirei com elas, as histórias.

Quando migrante deixo de ser psicóloga. Contudo, continuo exercendo o fazer laborativo de ouvinte atenta de histórias. Inscrita profissionalmente como “interventora psicossocial” (tradução livre para *intervenante psychosociale*), acompanhei nos últimos anos, em diferentes serviços, mulheres migrantes, mulheres abrigadas, mulheres mães, mulheres em sofrimento, mulheres sob a chancela de distúrbios psiquiátricos. Ouço suas histórias e questionamentos. Me fascina ouvir sobre a tessitura do ordinário de cada dia, acontecimentos comuns que expressam profundas amálgamas, os territórios provisórios forjados no miúdo do possível. A cidade-arena e o tanto que ali se dá. Assim como Conceição, tenho a sensação de que reside em mim um amontoado de gente que, de alguma forma, me confiou algo de si. Acredito trazer em minhas perguntas de pesquisadora uma soma de mulheres-migrantes com as quais me relacionei, que acompanhei por vias profissionais ou cruzei pela via da empatia ou da amizade.

Entendo, a partir de Conceição, que a escrita pode me permitir enlaçar o fugidio entre os relatos que me chegam e a análise teórica. Uma tentativa de capturar aquilo que escapa entre o que ouvimos (do nosso lugar de escuta), o que apreendemos e o que dizemos sobre. Me parece que somente a literatura (a arte) pode circundar esse hiato. Tomo então a escrevivência como estratégia para, quem sabe, rodear o acontecimento, percorrer a narrativa e experimentar a investigação teórica.

*

Me ligaram da escola e eu fui buscá-lo. Chamei um motorista pelo aplicativo, para ir e voltar de carro, mais conforto pro menino. Veio me pegar um senhor bom de papo vindo de fora também, certamente. Ao saber o que eu estava indo fazer, se demonstrou solícito, me oferecendo uma gama de conselhos e hipóteses pro mal estar da criança. Insistiu em algo sobre infecção urinária que ele mesmo viveu com um rebento seu.

Quando cheguei na escola, meu garoto estava sentado na secretaria, chorando copiosamente. Me espantei. Perguntei o que havia acontecido. No telefone não tinham me dado muita informação. A funcionária me respondeu que em sala ele disse estar enjoado e ali ele estava chorando porque estava com medo de eu não ir buscá-lo. Estranhei. Assegurei a criança e voltamos para o carro que nos esperava do outro lado da rua. O que você está sentindo, meu amor? O que aconteceu? Ele seguia chorando e me disse: em casa eu vou te contar. Meu coração gelou. Era algo sério. Um abuso? Uma humilhação? Eu, que achava que ele estaria “só” passando mal, temi pelo que iria ouvir.

Ao sairmos do carro, em frente de casa, ele me disse: eu caí. Um amigo me pegou e me deixou cair, eu bati com a cabeça no chão. Certo, menos mal, foi um acidente. Mas a estranheza daquilo tudo não se desfez. Moramos no segundo andar. Três lances de escada. Tive que apoiá-lo pra subir. As pernas fraquejadas se embolavam. Desconfiei. Um passo pra dentro da porta, o menino se põe de quatro no chão e vomita. Hospital! O reflexo foi pedir a ajuda da vizinha... tonta, ambulância não é algo com o que se conta muito lá de onde eu venho, mas aqui não é assim e eu nem lembrei onde estava. As cenas que se seguiram voltam em flashes. Ele estava confuso, zozzo, e me perguntou se iria morrer. Não. Isso não é uma possibilidade. Hospital, ficha, espera. Meu filho não está gripado ou com dor de barriga, não podemos esperar. Tem que esperar. Não tem não. O segurança, a recepcionista, tinham as instruções deles, eu tinha a minha urgência. Com quem eu falo? (Deusas! E se eu não falasse a língua dessa gente?) Aqui, espera, vou chamar a enfermeira... ela vem, explico, entramos. Ele caiu, está confuso, vomitou, perda de coordenação motora. Ela faz perguntas simples que ele saberia responder, mas ali não sabe. O pai está vindo, eu estou *out*. Piloto automático... vamos para a “sala de reanimação” e eu sequer processo o que esse nome significa. Plugam o menino, ele continua meio fora de si, está com sono. As médicas permitem que durma e ele apaga. Eu ali, de pé do lado da cama. Sem pensar. Estatelada. “Pode ser só uma comoção

cerebral”, a médica chefe diz... **só uma comoção?** Nada faz sentido, nada se liga a nada, tudo está suspenso. Pelo telefone vão chegando mensagens de apoio. Não sei bem como mas em algum momento eu pedi reza aos de reza e suporte aos de suporte. Eu não estava sozinha... Seguimos para uma ressonância, um menininho numa grande maca onde caberíamos os dois. Ele entra sozinho numa sala branca e a porta se fecha. O medo me assalta. Meu menino... o que pode acontecer daqui pra frente? Meu menino.

Devolvidos à sala de reanimação, o pai nos esperava lá. Ele chora e eu o proíbo de derramar uma nova lágrima. Eu sou uma rocha. Eu nunca tinha sido uma rocha. Mas ali não há outra coisa que eu possa ser. Rocha. Passam-se muitos minutos até que a médica vem. Era, de fato, “só uma comoção”. Sem sangramento, nenhum sinal de hemorragia... e pela primeira vez se desenha algo pra depois da cortina de fumaça que se plantou perante mim... o que poderia ser mais que uma comoção.

Fomos encaminhados para uma pequena salinha de parede de vidro. A arquitetura pode mesmo inventar coisas geniais. A sala de tratamentos de emergência era feita de várias dessas salinhas com paredes-vitrine, todas voltadas para uma ilha central por onde circulavam os profissionais. Estávamos a sós, mas estávamos assistidos. A ambiguidade do amparo/desamparo era quase palpável. A fragilidade da vida e a força dos laços. A fé e o choque do inesperado. Passamos várias horas ali, eu, o menino e o pai. De tempos em tempos vinha uma enfermeira tentar falar com a criança que hora não acordava, hora não respondia coisa com coisa... pouco a pouco ele foi voltando. Meu menino. Até que lançou: quando vocês estiverem dispostos, eu já me sinto pronto pra ir pra casa. Numa doçura que é só sua. Meu menino... voltou!

Situações de crise são oportunidades de constituir ou consolidar redes de cuidado. Um sistema de saúde que atende... Eu deveria ter chamado uma ambulância... serviços que eu pago por meio de impostos e não de boletos. É assim que deve ser. Por hoje, vale a pena estar aqui. Enquanto ainda não sabíamos de nada, uma avó já sabia que poderia chegar em pouco menos de 24h. A outra avó já tinha acionado uma brigada de santos e anjos da guarda. Amigos se encarregavam da pequena e enfermeiras estavam atentas à rocha... quer dizer, à mãe. E assim, no imprevisto, uma rede se fez ver. Uma rede que não tínhamos tanta clareza da existência, nos segurou dessa queda lenta e silenciosa, como uma cena muda de cinema. Enfim, não estávamos tão só assim nessa vastidão de grandes países e longos continentes. Uma dobra no mapa chamada amor.

*

A escrevivência e seu aparato me encorajam a insistir em romper com o silenciamento de uma vida forasteira, numa “autoinscrição no interior do mundo” (EVARISTO, 2020). Botar pra girar o amontoado de histórias recolhidas ao caminhar e falar daqui, da dobra entre o eu e o outro, entre o coletivo e o singular. É neste emaranhado que o recurso da escrevivência vem a se consolidar como ferramenta para esta pesquisa, fazendo possível o tecer de histórias de pertencimentos múltiplos, difusos e fluidos, para com ele fazer comparecer histórias não contadas, aqui entrelaçadas, num esforço por fazer ouvir vozes que jamais se calaram mas cujos ecos se perdem em labirintos de silenciamento.

Como sabido, em sua perspectiva histórica, o conceito da escrevivência se fundamenta na história vivida pelos afro-brasileiros, em especial mulheres negras brasileiras. Entretanto, o comprometimento desta formulação com a vivência, mostra-se altamente relevante e coerente com o compromisso ético metodológico da pesquisa. Tal teorização dialoga fortemente com o uso que se pretende fazer das narrativas recolhidas ao longo do percurso da pesquisadora em seu fazer profissional e experiência pessoal. Na escuta aguçada pela própria experiência e pelo saber teórico-clínico, enquanto pesquisadora coloco-me então a pinçar retalhos de histórias, fios a desfiar, fragmentos, que serão por fim retomados como campo na construção da pesquisa e escrita da dissertação.

A escolha pelo aparato proposto pela escrevivência, alia-se ainda, ao "ato empreendido por mulheres negras, que historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites” em que “escrever adquire um sentido de insubordinação.” (EVARISTO, 2020). Num contexto social em que migrantes devem mandatoriamente adaptar-se, olhar para *o saber e o fazer* de mulheres-mães-migrantes é, de partida, subverter com os espaços que nos são atribuídos. Seguiremos então, sem *exitar*¹¹, pela via da insubordinação.

Como pude ir compreendendo ao percorrer os escritos de outras pesquisadoras do tema, , não data de muito tempo que gênero seja considerado em estudos de migração. Mulheres, enredadas a profissões de cuidado, custodiadas na função privada de zelo

¹¹ Vale aqui uma nota que fala da peculiaridade da escrita de uma pessoa que em sua vida cotidiana utiliza três línguas diferentes. No tempo desta escrita, falo português, francês e inglês a cada dia e, não raro, me sinto inábil nas três línguas. Escrevi *exitar*, quando queria escrever *hesitar*. Mas o que se segue ao erro fala de outra coisa, não da confusão, mas da co-construção de sentido. Na ocasião da qualificação desta pesquisa, uma das avaliadoras questiona o sentido que eu pretendia com a palavra *exitar*, mas antes que eu respondesse conta ter se intrigado como em vez de dizer que eu “não oscilava” na escolha da insubordinação, eu poderia dizer que “não saía” dela. A remarca virou contribuição: eu não sairia desta via.

(FEDERICI, 2019), ao migrar encontram-se na interseção de múltiplas vias de opressão e silenciamento (BILGE, 2009) . Contudo, é desse lugar, dessa junção, que partem para compor mundos, tecer fiapos e fazer surgir redes complexas de memória, tradição, ancestralidade e pertencimento. Enfim, mulheres que exercem em suas maternidades a potência da transmissão e da inventividade, da manutenção e das mudanças identitárias. É com o esteio do caminho aberto por mulheres que chegaram antes (como Conceição Evaristo), que venho versar em pesquisa e em histórias a contar.

2.2 - As histórias das histórias

“Alguém te estende uma caixa com deliciosos chocolates ou biscoitos. Instintivamente, você estende a mão e pega uma guloseima direto da embalagem como sinal de aceitação. No entanto, a tradição mongol tem uma abordagem diferente. Eles tocam respeitosamente a caixa, recipiente ou embalagem antes de pegar um item. Este gesto traduz o seu apreço pelo recipiente que guarda o chocolate ou o biscoito, garantindo a sua conservação e frescura. Reconhecendo que sem um recipiente, consumir qualquer alimento se torna difícil, eles optam por expressar gratidão primeiro à fonte.”¹²

Eu não conheço a mulher que escreveu este texto. Mas eu ouço suas histórias. Ouço porque alguém próximo a mim se interessa por elas e me conta com brilho nos olhos depois. Uma mulher, nascida na Mongólia, mãe de um menino, esposa de um outro mongol, trabalhadora recém-chegada em uma empresa mineradora no Canadá. Essa história especificamente me chega simultaneamente à leitura do livro *A teoria da bolsa da ficção*, de Ursula K. Le Guin, escrito em 1986. A consonância entre este relato e o livro é estrondosa, e faz minha carne vibrar.

¹² Texto original, escrito em inglês pela mulher supracitada a pedido do nosso interlocutor em comum: “Someone presents you with a box with delicious chocolates or cookies. Instinctively, you reach out and pluck a treat straight from the package as a token of acceptance. However, the Mongolian tradition takes a different approach. They respectfully touch the box, container, or pack before retrieving an item. This gesture conveys their appreciation for the vessel that safeguards the chocolate or cookie, ensuring its preservation and freshness. Recognizing that without a container, consuming any food becomes difficult, they choose to express gratitude towards the source first.”

No livro em questão, Le Guin nos faz uma proposta: se contássemos histórias diferentes daquelas do herói caçador, do conquistador poderoso, talvez tivéssemos mais pessoas interessadas na manutenção da vida, e menos na dominação. O convite da autora nos leva a uma reflexão fantástica. Ela parte do princípio de que na história humana anterior às civilizações, não se fazia necessário à subsistência nada muito além de sementes, raízes, folhas, frutas e pequenos animais pegos em arapucas, coisa que demandaria cerca de quinze horas de trabalho semanais.

“Quinze horas por semana para subsistência deixa muito tempo para outras coisas. Tanto tempo que talvez os inquietos que não tinham um bebê por perto para animar a vida, ou habilidade em fazer algo, cozinhar ou cantar, ou pensamentos muito interessantes para pensar, resolveram ir caçar mamutes. Os habeis caçadores então voltavam cambaleando com um carregamento de carne, muito marfim e uma história. Não era a carne que fazia a diferença. Era a história.” (p. 27)

Para Le Guin, as histórias de heroísmo, de perigos, de medo, morte e poder regeriam desde então as formas de organização social, processos de subjetivação e criação de mundos. A história do caçador produziria simultaneamente fascínio, medo, e a conseqüente sensação de que era preciso ser um caçador ou ter um por perto. O prestígio da astúcia, do abate, da dominação vem na seqüência. E é claro, as histórias dos caçadores não são as mesmas histórias das coletoras. Elas têm impactos distintos. E elas compõem mundos diferentes.

Donna Haraway dialoga diretamente com Le Guin no prefácio escrito para o livro: “importa que histórias contamos para com elas contar uma outra história.” (HARAWAY, p. 10, apud LE GUIN, 2019) Podemos tirar duas importantes conseqüências da frase. Primeiramente que o centro da proposição não é outro senão *as histórias contadas*. Não é o ato da caça em si que importa, mas o que se diz sobre e o que disso transborda sobre histórias outras. Em seguida, evidencia-se a importância social do contador de histórias. Desta forma, a autora nos atenta que há uma escolha a ser feita e uma marcada responsabilidade quanto às histórias que escolhemos contar, ouvir e propagar. Ecoar ou escoar histórias é um ato político. Compreendemos aqui que histórias são potentes dispositivos, podendo constituir-se como transformadores sociais, disparadores de novos padrões, inaugurar novas possibilidades de formas de ver, entender e compor mundos.

O costume mongol relatado no início deste capítulo nos lembra que qualquer coisa que seja mantida ou carregada estará em uma profunda relação de dependência com o recipiente que a porta. Da mesma forma, importa as histórias que carregamos. Os fragmentos que escolhemos recolher, os grãos, os pedacinhos de mundo, já que sem um alguém ou um algo que as carregue, mantenha e proteja, essas histórias estarão fadadas a perecer. Se somente as histórias dos caçadores forem contadas, nada saberemos sobre as coletoras. Mais ainda, continuaremos a produzir mais e mais caçadores e fazendo sonhar com a caça aqueles que circulam pelo mundo coletando, sem que eles ouçam os ecos da importância do que fazem. Como nos aponta Le Guin, se faz enorme a necessidade de conferir a devida importância às bolsas, há muito eclipsada pela importância dada às armas e apetrechos de defesa e abate. Me alegra saber que num pedaço de terra entre a China e a Rússia (na Mongólia), essa importância vive. Esta pesquisa se pretende tecido, se pretende bolsa, se pretende recipiente, posto a carregar outras histórias e outros dizeres migração. Histórias essas que, pouco importa se minhas ou de outras, não comparecem como elementos recolhidos sobre as quais se propõe falar, analisar, explicar... Mas histórias em seus enovelamentos, histórias COM as quais nos propomos a caminhar, dizer e re-dizer migração.

A escrita aqui é trama *escrevívda*, pano de atar ao corpo-mãe e carregar criança, mantendo as mãos livres para fazer o mundo girar. Escrever, fiar histórias e urdir arenas.

Em "O perigo de uma história única", Chimamanda Ngozi Adichie (2009) analisa, como o título diz, os perigos da não pluralidade nas histórias que povoam e produzem mundos. A autora nos lembra que assim como no mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio organizador do poder: "como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder." (p. 23) Não é que as histórias dos caçadores não importam, mas existem outras histórias que não são sobre matar e morrer, e é importante podermos falar sobre elas. Narrativas organizam e dão sentido a experiências de vida. Dentre os muitos produtos das narrativas dominantes, elas fazem crer à minoria que sua vivência é inválida, inadequada, irrelevante. Um exercício de poder mortífero. É para quebrar com esta letalidade que escolhemos carregar outras histórias, as não contadas, as não ouvidas.

As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada... quando rejeitamos a história única, quando percebemos que nunca existe uma história única sobre lugar nenhum, reavemos uma espécie de paraíso. (ADICHIE, 2009).

Carregar estas histórias para o âmbito acadêmico não é tarefa simples. Muitas das histórias sistematicamente inviabilizadas, resistem e mantêm-se vivas através da oralidade, meio que a academia tradicional costuma ser incapaz de dar lugar. A escrita enquadrada pelas normas acadêmicas corre um fluxo diferente do saber transmitido oralmente. Alargar os usos destes ferramentários significa ampliar as possibilidades discursivas, ampliar as práticas em torno da escrita, abrindo vias onde possam circular modos de falar, de ouvir e de existir distintos. Da mesma maneira, outros operadores teóricos podem ser postos em jogo, possibilitando, quem sabe, uma polifonia de vozes a ocupar os espaços acadêmicos, assim como levar reflexões altamente intelectualizadas para fora dos muros universitários. A porosidade pretendida deste escrito encontra sobretudo em autoras, mulheres pesquisadoras e artistas que vêm percorrendo esses caminhos e produzindo infiltrações urgentes

Como escreve Fernanda Felisberto (2022), o repertório produzido por e para mulheres negras dentro da academia pôde construir fundamentos teóricos alinhados com realidades territoriais, de enfrentamento ao racismo, de gênero e econômicas que “reordenam novas latitudes epistemológicas” (p. 167). A produção intelectual de mulheres da diáspora africana abre vias por onde pode circular a diversidade das histórias de vidas marcadas pelas dinâmicas sociais de opressão e marginalização. O ativismo acadêmico destas mulheres funda um universo possível onde encontraremos, por exemplo, a escrevivência proposta por Conceição Evaristo, mas também outros conceitos fundamentais a esta pesquisa, como o de interseccionalidade (CRENSHAW, 1989; COLLINS, 2021; AKOTIRENE, 2019) (REFS).

A escrevivência como método se inscreve no projeto acadêmico-político decolonial, apontando a evidente colonialidade do poder, do ser e do saber, e apostando em estratégias de escrita comprometidas com a transformação social. Em nosso modo de fazer e sustentar pesquisa perseguimos, tateamos, nos experimentamos a partir de tais valores, sem esquecer do oportuno enlaçamento que esta conceituação permite ao agregar em si a importância de sempre dizer-se de um lugar, de uma posicionalidade, de um modo de se apresentar: uma mulher mãe migrante que através se permite não só descrever mas escrever sobre¹³ uma experiência vivida, vívida, escre*Vivência*.

O costume mongol trazido anteriormente nos sinaliza a relação de dependência entre o conteúdo e o recipiente que o mantém. A teoria da bolsa de Le Guin nos convida a olhar para “aquilo que carrega” (a bolsa, a mochila, o pano) como dispositivo primordial para a

¹³ Abro aqui duas formas de interpretação deste *escrever sobre*: escrever acerca do experienciado mas também, ao fazê-lo, sobrescrever, rasurar, reinventar a experiência vivida.

subsistência humana. A oralidade fia e confia histórias e saberes a serem portados, carregados, levados a alhures. No caminhar dessa escrita, do lugar desse corpo que escreve e carrega memórias de encontros, trabalhos, vidas confiadas, histórias vividas, fabuladas, escolho carregar histórias junto a mim e fazê-las texto, partilha, interrogação, convocação.

*

Esse texto nasce de uma colisão. Há primeiro uma cabeça frouxamente equilibrada sobre um corpo, numa tentativa de des-existir jogada num sofá em frente à tevê. Depois, o choque. O texto poderia, mas não é disparado por dizerem que a ginecologia tem pai. Um tal senhor que la pelas bandas de 1840, no interior dos Estados Unidos da América, decidiu que podia (e então iria) ousar inovações sobre corpos femininos, no caso, corpos femininos negros e suas genitalhas.

“Ela sofria de uma forma grave de raquitismo, estava grávida e em trabalho de parto há três dias. Sua pélvis desfigurada, tornava o parto impossível. O bebe nasceu morto. Depois de parir seu bebe morto, a jovem de 17 anos e escravizada, que sofria de uma forma grave de raquitismo devido à desnutrição e deficiência de vitamina D, foi levada até o homem em severo sofrimento causado pelas fístulas provocadas pelo trauma que enfrentou durante o parto. Sua situação era comum entre mulheres escravizadas na época.”¹⁴

No aplicativo de conteúdo sob demanda eu assistia inadvertidamente a minissérie que revisita um filme de 30 anos antes e que a princípio era sobre duas irmãs, gêmeas, obstetras. A cena, cujo excerto transcrevo no trecho anterior e nos dois que seguem, me arrebatou. Uma mulher negra reivindica a história da jovem em questão:

“A jovem, que tinha 17 anos, que foi escravizada e sofria de uma forma grave de raquitismo, tinha a pélvis desfigurada e tinha dado à luz um

¹⁴ Tradução nossa do texto da cena de BAICHWAL e POWERS, 2007

bebê morto aos 17 anos e escravizada. Foi operada mais de 30 vezes por esse homem, ao longo de cinco anos, a cada vez sem anestésicos, embora a anestesia tivesse se tornado disponível recentemente. Se chamava Anarcha, tinha 17 anos e havia sido escravizada. Foi obrigada a parir seu bebê morto, foi operada 30 vezes sem anestesia, tinha a pélvis desfigurada, sofria de uma forma grave de raquitismo, 17 anos e escravizada. E somente sabemos disso pois um homem branco, especificamente o homem branco que torturou a jovem de 17 anos, fez experimentos nela para ser nomeado Pai da Ginecologia, homenageado com estátuas e medalhas, e ter exames e instrumentos médicos com seu nome.”

O homem insistiu em possuir o corpo de Anarcha como objeto manipulável, moldável, reiteradamente desumanizado.

“O que esse homem escreveu é a única informação que temos sobre a jovem de 17 anos, que foi escravizada e sofria de uma forma grave de raquitismo, tinha a pélvis desfigurada e tinha dado à luz um bebê morto. Não sabemos quem ela realmente foi, o que sentiu ao segurar seu bebe morto. Não sabemos o que ela mais temia. Podemos tentar adivinhar, com base no trauma que ela foi obrigada a suportar, mas não a conhecemos. Não sabemos como ela se movia ou o que comia, o que amava, o que a fazia chorar, o que ela sentia no corpo que era dela.”

Um corpo que era seu, uma história que era sua. Atravessada por multidões de complexidades, enxames de imperativos, manadas de violências. Anarcha, assim como tantas outras no seu tempo, assim como tantas outras nos tempos de agora e ainda outras tantas no tempo que há de vir. Objetos. Corpos objetos, abjetos.

*

Nossa chegada se justapôs no tempo e no espaço. Era fevereiro de 2023 e tudo parecia meio sem lugar, num “pós pandemia” que não tinha tanta cara de *depois* assim. Tomamos nosso tempo. Chegamos. Há ali a viva necessidade de reconhecermos um território

comum a nós, no inverno canadense, um espaço onde caiba a África do Norte e a América do Sul. A cada duas semanas sentamos juntas, e da conversa fiada vai surgindo lã, novelo... vamos nos enredando e bordando juntas ornamentos que enfeitam o vivido com novas cores, novas texturas.

Ela chegara ao Canadá 15 anos antes de mim. Veio se juntar ao primo do marido de uma prima, seu novo marido. A despeito de sua discrição e simplicidade, sua diferença é exuberante. É uma mulher alta, um nariz que se desenha entre o real e a fantasia. Eu descobriria com o tempo que, inverno ou verão, ela vestiria véu e túnica. Meses depois, ela sentada à minha frente, fitei meus dedos dos pés, nas minhas sandálias de tiras, e me senti nua.

Ela começa me contando muito sobre sua cultura, seu país, sua fé, depois um tanto sobre os filhos, o pai, mas nem tanto sobre si. Pouco a pouco surge a violência conjugal de um homem perverso e a coragem que precisou ter para separar-se. Ele decidiu que não me deixará ter paz e lança sobre mim feitiços de mau agouro, ela conta. Com ele, teve três filhos, motivo pelo qual aceitara o infortúnio do matrimônio.

Como psicóloga ou interventora psicossocial, sou uma *ouvidora de histórias*. E este fazer compõem o que vem a ser minha própria história. Se das minhas andanças e da minha bagagem se valem aqueles que me confiam seu fiar, de minha parte, eu me enredo. Co-fiamos um fio-novelo. E depois, das histórias inexatas que me ponho a re-contar, des-conto um tanto que se perde e um tanto que se acrescenta. (Re)contar, (des)contar, (con)fiar histórias. Eu não sou o Pai da ginecologia, nem o pai de ninguém.

Ela me contou que se casou outra vez. Além de mim só ela, Deus e o noivo sabem. Descobri que seu nome significa “aquela em quem se pode confiar”. Eu me alegro quando a vejo chegar e quando ela parte, eu sigo com aquilo que dela a mim é confiado.

Eu não sou o Pai da Ginecologia. A ciência que me interessa não se faz sobre corpos. Estejam eles jogados num sofá, sob uma maca, deitados em um divã ou sentados confortavelmente na poltrona do meu consultório. Eu não proponho manobras, não invento instrumentos, dificilmente algo disso tudo poderia levar meu nome. Porque não é meu. Me foi transmitido um conhecimento específico sobre o fazer de articular, ligar vida vivida e teoria. Pinçar aqui e lá, ligar os fios, virar do avesso e mostrar de volta, com outra cara, o que tantas vezes já estava ali. Se chama Universidade o lugar em que se aprende isso. Mas antes de tudo, e sobretudo, não é *meu*. . Sementes dispersadas por profissionais de ensino, algumas por ventura em mim vingaram. Por meio do que se faz eu, materializa-se a profissão: materializa-se intervenção, materializa-se pesquisa, materializa-se texto. Eu me alegro ao ver

ela chegar e de com ela compor o ato de ser *sendo interventora psicossocial*. É *com* esta mulher que sou interventora, é *com* esta mulher que sou pesquisadora. E isso faz da minha história um tanto dela e da dela, quem sabe, um tanto minha.

*

A escrevivência de Conceição Evaristo abre um caminho de empoderamento frente à escrita convencional, uma rota alternativa que concede fluidez mas também apropriação. Ela dá lugar e importância a saberes localizados sócio-político-historicamente, ligados a memórias, a oralidades e a narrativas comumente ofuscadas. “Ao colocar o pensamento e a vivência desse conjunto de vozes na cena literária e intelectual, a autora (Conceição) inscreve um pertencimento, uma propriedade intelectual e interseccional, negra, feminina e oriunda das classes populares” (FELISBERTO, 2022). Fernanda Felisberto remarca a importância de enunciar para quem o conceito foi pensado e porque, para que se caminhe sempre na direção contrária da invisibilização, já velha conhecida das mulheres negras pobres latino-americanas.

“Construir novas latitudes teóricas tem sido uma reparação epistemológica e uma verdadeira revolução, e o percurso de trazer as escrevivências para o mesmo pódio dos outros gêneros de textos acadêmicos concede a distinção de convocar a autoria a se fazer presente em primeira pessoa, sem modalizadores, fazendo com que essas novas produções sejam textuais, mas também sensoriais, pois têm som, têm cheiro, têm paladar, têm aconchego, mas também têm dor, e expurgar a dor é fazer as pazes com o presente.” (FELISBERTO, 2022)

Neste ponto, Conceição dialogaria com bell hooks (2017), quando ambas localizam a potência curativa da escrita/teorização. O poder e a liberdade conferidos pela escrita podem ser bálsamos. Ao rasgar o silêncio imposto, por meio das ferramentas inventadas, mulheres têm podido escrever sobre experiências de vida, articulando-as a teorias acadêmicas, se fazendo ouvir e fundamentando seus discursos por seus próprios dizeres, evidenciando a relevância de suas vivências. A escrita aqui nasce do cotidiano, das lembranças, do experimentado por si e pelos seus. Por fim, a trajetória de quem escreve importa. Sobre o que se escreve, de onde, para quem e com quem se escreve ganha lugar central. É a conquista de um território. Território-texto que pretende, acima de tudo, re-conhecer.

O uso deste ferramentário se coloca, enfim, a serviço da urgente tarefa de descolonizar a forma eurocêntrica de classificar conhecimentos. Sabemos que certos parâmetros vêm determinando quais conhecimentos são válidos e quais não são, desenhando uma linha para fora da qual outras formas de saber vem sendo continuamente rejeitadas, sob o argumento de não constituir ciência credível. A maneira como a ciência vem sendo feita forjou-se numa política que reproduz relações raciais de poder e que segue ditando o que deve ser considerado verdadeiro e em quem se deve acreditar (KILOMBA, 2019). Adentrar a arena discursiva acerca das migrações munida da escrevivência, é incluir o que não é o avesso do impessoal, o que só é privado por não ser de ordem pública, o que se trama na borda dos pertencimentos e escancara o estatuto político dos processos de subjetivação. Trazer o pessoal e o íntimo como parte do discurso acadêmico é situar esta pesquisa à margem e, ao movimentar-se entre o centro e a fronteira, empurrar as barreiras que a delimitam, tensionando clássicas dicotomias que opõem e excluem o território do pessoal como parte e modo de fazer ciência. Um exercício árduo porém emancipador de incluir-se dentro, ao passo concomitante de romper com a opressão imposta. O pessoal aqui não é privado, a história de si não é subjetivismo que se opõe à objetividade.

Como escreve Hannah Arendt (1994, apud FREIRE 2014): “é bem possível que nos seja difícil compreender nossa própria história se nascemos em 1771, em Berlim, e essa história já tenha começado dezessete séculos antes, em Jerusalém”. Se deslocamos isso para o recorte muito específico do nascimento desta pesquisadora, em 1986, no interior do estado do Rio de Janeiro, e sua chegada à Montréal, província do Québec, Canadá, em 2018, estamos na confluência de uma história global onde se cruzam rios e mais rios de vidas, de passados coloniais, de racialização, de imperialismos, etc., etc., etc., daqui, de lá, mas também de Áfricas e Europas. Uma história provavelmente irretraçável. A posição que assumimos nesta pesquisa insiste em afirmar que é através das narrativas que se pode marcar este lugar, suas convergências e contingências, numa encruzilhada que não é tão individual e privada quanto pode parecer. É nas histórias contadas que podemos enfim perseguir os sentidos, entrever as nuances de ser mulher, de migrar, de maternar e de tudo isso simultaneamente. Fazem-se ver aos olhos atentos os tantos fios desse tecido e, quem sabe, as diferentes cores e texturas dessa trama composta por elementos que nasceram muito antes de nós. Recontar essas histórias é mais uma vez entrelaçar seus fios e me fazer enfim tecelã neste texto-mundo.

*

O que seria a imigração se não uma ruptura radical na cadeia de pertencimentos? Cortar os fios identitários a golpes de uma lâmina infalível, pairar no ar, suspensa em uma grande bolha de vazio, cercada da vastidão de um mundo que lhe é alheio? Caio ao chão, num som surdo e seco, e me desfaço em mil pedaços. Meus cacos, as únicas coisas que tenho em posse para remontar algo para ser. Pedacinhos do que sempre fui, mas que agora se re-empilham, botando de pé uma outra coisa. Re-monto a mim.

Ela me perguntou primeiro qual tinha sido minha primeira experiência de migração. Conteí de quando alcei voo de uma cidade à outra, Serra abaixo. Ela me contou de quando sua família foi incapaz de suprir suas necessidades básicas e ela, aos quatro anos de idade, a mais velha de três irmãos, foi acolhida em um outro lar. A cidade era a mesma e ela se via pela primeira vez *fora*. Sua primeira experiência de não pertencimento. Seu primeiro grande movimento de adaptação.

Vieram outros depois. De novo e de novo. Ainda uma outra família, dessa vez judia como ela, porém... esse porém foi ela quem me explicou: há os judeus europeus e há os judeus africanos. Ela era uma judia marroquina. Nascida no Canadá, descrente de toda e qualquer religião, mas ainda assim, veja bem, uma judia marroquina. A segunda família (terceira em sua vida) era judia, mas não era magrebina e, finalmente, nem francês falavam. Despertencimento. Judía, pero no mucho. Canadense, mais ou menos. Filha, nem sempre.

Aos 25 anos de idade, o pai havia saído do Marrocos. Parece que alguns familiares se dirigiram à mesma época para a Europa. Ele escolheu o Canadá. Anos depois volta ao país de origem e se casa com uma jovem de 17 anos que acabara de conhecer. Retornam, então, à terra que acolherá agora o homem e a jovem. Aos 21 anos esta mulher, sua mãe, já carrega consigo três filhos e um diagnóstico de esquizofrenia. Um casal imigrante, três crianças e a dureza de todas as pedras.

De tantos fragmentos de pertencimento, ela moldou seu ser. Um custoso trabalho de idas e vindas que incluíram de migrações à pesquisas em bibliotecas, uma expedição infinita e meticulosa que só a arte enfim pôde dar lugar. Ela me disse sem vacilar: de tudo com o que eu poderia forjar minha identidade, foi como artista que eu enfim pude ser quem eu sou.

Meu encontro com ela tinha durado pouco mais de uma hora, me parece. Éramos quatro ali. Depois daquilo eu segui num estado entre inebriada e atordoada. A agenda me laça eu já me via pêga por outra coisa quando ela bate na porta e diz que quer me mostrar uma obra. “Vê, essa tela fala sobre imigração. Eu quis pintar o barco que trouxe meu pai. Ele veio de barco... Mas aqui você vê o vazio... Eu não consegui ir além...” Essa imigração não começou em você então? Não.

(Eu tenho uma bisavó. Uma bisavó migrante. Italiana. Minha filha tem o nome dessa bisavó. Minha filha, canadense leva o nome da trisavo italiana. Essa migração não começou em mim. E por hora, também não posso ir além.)

A mulher-artista me fala de cadeia de filiação, de transgeracionalidade... um projeto de migração herdado mas também um projeto identitário. Inscrita à sua revelia em grupos e códigos que ela ora reconhece ora se distancia ferozmente. Me conta que o pai não era judeu praticante, mas enviou os filhos à Israel para que eles pudessem valer-se desse pertencimento e que fossem acolhidos na utopia de uma terra prometida, pelos pares que ele um dia fantasiou ter. A mulher-artista me conta das violências e discriminações que viveu em Israel. Viver eu não vivo nesse lugar, decidi, então com 19 anos de idade. Era partir ou morrer. Partiu.

*

2.3 - Dos modos e modos de contar

Donna Haraway, umas das principais teóricas a pensar epistemologias na atualidade, tem uma vasta obra de publicações onde problematiza as idéias de neutralidade e objetividade científicas como entendidas comumente. A autora enfatiza a importância da responsabilização pelos agenciamentos e movimentos de poder da ciência, pois somente dessa forma poderia de fato atualizar seu compromisso com o rigor e a ética, sem desconsiderar as mediações que opera e através das quais compõem conhecimentos e concepções de mundo. Desta maneira, Haraway propõe uma perspectiva diferenciada do lugar da/o pesquisador/a (e da própria pesquisa), assumindo de partida e inegociavelmente sua inscrição frente ao pesquisar.

Em “*Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*” (1995), a autora chama atenção para o “lugar nenhum” do olhar do cientista. Para Haraway, ao mesmo tempo que este *lugar nenhum* pode, hipoteticamente, ser habitado por toda e qualquer pessoa, na realidade não é habitado por ninguém (pois não é um lugar a se habitar), e sim um lugar de vazio, de coisa alguma. Este “olhar de cima”, neutro e objetivo, que vê sem ser visto, que representa sem ser representado (HARAWAY, p. 18), despreza o caráter ficcional do que propõe, ignorando não só a existência própria da pessoa pesquisadora quanto dos artefatos que maquina para fazer aparecer certos aspectos da realidade que manipula, deixando outros à sombra. Numa retórica que lhe é particular, a

ciência como tal atuaria no campo de poder da fabricação de mundo sem nomear seu caráter de invenção.

A ciência feminista sobre a qual Haraway discorre, comporta em si as contingências históricas do conhecimento e dos sujeitos cognoscentes. Haraway parte do princípio evidente de que perspectivas são perspectivas, por tanto, pontos de vista, por natureza parciais e consequentemente incapazes de capturar um todo global. Haraway afirma justamente que a capacidade de produzir, compreender e traduzir sentidos é necessariamente parcial e localizada (socialmente, historicamente, tecnologicamente), agenciada por uma corporificação específica e particular. Não existiria então, para a autora, outra maneira de constituir uma pesquisa objetiva se não em se dando lugar central à parcialidade (à parcela de realidade) da qual ela se ocupa.

O lugar não marcado da ciência tradicional, este lugar “neutro”, que opta por não nomear de onde parte, que outorga uma homogeneidade compulsória àquele que pesquisa, não condiz com o compromisso ético político do qual a presente pesquisa pretende-se signatária. Entendendo as limitações e fronteiras de sua localização, mas também as potencialidades dos encontros que agencia, esta pesquisa responsabiliza-se e carrega em si aquilo que aprende continuamente a ver e ouvir junto a mulheres-tecelãs-de-mundos. Esta pesquisa abre e não torna a fechar a questão de sua localização histórica-geográfica-econômica-social-racial. Trata-se sobretudo de apostar na possibilidade de construção de mundos e saberes menos organizados por eixos de dominação, apostando ainda na potência da criticidade (potencial analítico indagador) dos posicionamentos. Insistimos na afirmativa de que somente a partir de posicionalidades politicamente engajadas que se podem tecer redes que componham “melhores explicações de mundo, **isto é, ciência**” (HARAWAY, 1995 - grifo nosso).

*

Eu estava falando da raiva da outra, mas a raiva se tornou minha. Foi na época do abrigo. Uma das mulheres que passou por lá enquanto eu trabalhava no lugar sentia muita raiva. Muita mesmo. Era tanta raiva que sobrava, transbordava, inundava. Era vulcânica aquela raiva. Explodia, nada passava impune. E com tanta raiva, algumas passavam a sentir raiva de volta, dela. Isso incluía as profissionais. Conhecendo um pouco da história de vida da tal mulher, eu entendia que aquela raiva toda era cadeia reativa de uma exposição até que mais ou menos retraçável. Mas acho que àquela altura só eu mesma entendia isso. Achei que

dava pra falar disso com minhas colegas de trabalho, mas os olhos arregalados em resposta ao que foi dito não só confirmaram a hipótese que eu levantava como me fizeram experimentar em mim mesma a raiva da qual falávamos. “Não sentir raiva é um privilégio. E esse privilégio pode ser enfurecedor para quem não o tem.” Minha sentença caiu como um meteoro na mesa de reunião. Eu não posso falar do que elas fizeram com o que eu disse, mas o esforço para dar lugar a isso me fez ver que realmente, não sentir raiva era um grande privilégio, não saber disso nas próprias entranhas também, e não ficar muito furo com a paz interior dos abençoados mais ainda. Eu senti um cado de raiva nesse dia. Internamente chamei todas de paspalhas. Quis mandá-las às favas. Bando de qualquer coisa! E não passou.

*

Em “Pesquisando a dor do outro: efeitos de uma escrita situada”, a autora Sofia Ricardo Favero nos traz importantes reflexões sobre as repercussões de “ser quem se é”, como ela diz, e os efeitos disso no campo. Sofia discorre sobre pesquisa realizada por ela, e, recorrendo a autoras como Anzaldúa, Butler, Haraway e Hill Collins, atenta ao fato de que não se trata somente de nomear o lugar de onde se fala, mas de dar centralidade ao que *ser quem se é* encaminha, agencia, arranja, dá passagem. Ser uma coisa (e não outra) abre espaços (e não outros) por onde o pesquisar se produz.

Dizer de onde viemos, por onde passamos e para onde vamos com uma pesquisa é localizá-la, situá-la. Significa dar lugar a nossa implicação frente a um objeto artificialmente e provisoriamente recortado; significa um compromisso ético com quem ouvimos e pra quem escrevemos, o que fazemos com aquilo que testemunhamos. É habitar esse entre e *Staying with the Trouble*, permanecer com a encrenca (HARAWAY, 2016). Seguir pesquisando, no gerúndio de uma ação prolongada, ação em desenvolvimento continuado, em presença do outro - que nem sempre será tão *outro* assim. Deixar-se interrogar pelo campo, desalojar-se um tanto para perceber-se sendo ora uma coisa ora outra, na aliança ética, estratégia articulatória que se dá na prática (FAVERO, 2020). Nas engrenagens dos múltiplos atores e atrizes de um pesquisar, se trama a pesquisa, nesse maquinário feito de gente, de método, de história-tempo, de história-pra-se-contar. Apostamos de novo e mais uma vez que é somente trazendo à cena todo esse complexo arranjo que podemos ser objetivos e, quem sabe, tecer uma compreensão mais ampla do que se dá no mundo. Há de se escancarar “qual é o rolê”.

Favero enuncia ser uma psicóloga *travesti*, e nos traz os agenciamentos que seus traços identitários criam, em uma articulação específica com o campo. Uma articulação

fronteiriça que a permite transitar entre a psicóloga *travesti* e a *travesti* psicóloga, mas que para além disso não lhe garante muita coisa. Sua história e seu lugar de fala talvez lhe confirmem uma entrada, uma motivação, um comprometimento diferenciado com o tema, mas as repercussões desse engendramento versam outras composições que somente se fazem vivas em campo, no encontro e no fazer. Por fim, em suas escolhas éticas, políticas e epistemológicas. Favero diz: “... a forma que pesquiso transexualidade, sendo trans, produz resultados bastante característicos, uma vez que estes se originam de uma perspectiva corporificada” (FAVERO, 2020) Me permito a parafrasear: a forma que pesquiso imigração, sendo imigrante, produz resultados bastante característicos, uma vez que estes se originam de uma perspectiva corporificada.

Vale incluir que não só o lugar de fala é marcado pela experiência, mas também o lugar de escuta. As histórias que ouço caem nestas orelhas e não em outras, e nesta cabeça vão se enganchar em outras histórias vividas e escutadas, nesse receptáculo que vem a ser a minha pessoa. São ouvidas por alguém com uma história atravessada e marcada por agenciamentos específicos, públicos e privados, coletivos e particulares, que se singularizam na pessoa que sou. E eu não sou outra. Tais histórias que me são contadas, que me são confiadas, não são lançadas ao vento e caem no meu quintal. Elas me chegam pelo emergir espontâneo e contingencial da prática cotidiana profissional, ou por vias outras, mais estritas e pessoais que, irremediavelmente, levam em conta minhas inscrições e as fazem comparecer. Desta forma, a relevância da pessoalidade se desloca para o campo, para o encontro, para as trocas estabelecidas neste *entre* localizado. Esse hiato que não sou eu nem a outra mas *no qual* somos, ambas. O solo onde se situa a pesquisa é intervalo-arena, campo poroso e semi-desfeito em que por fim não haverá nós e eles pois sabemos, tudo isso é invenção.

Subvertidas as maneiras de pensar objetividade e campo, há de se chegar também a outras maneiras de se pensar método. Sustentar a força de uma ética engajada, quebrar muros e trazer para a academia outros referenciais, sobretudo os decoloniais. Outras maneiras de pensar e, enfim, de escrever. É neste sentido que a escrevivência de Conceição Evaristo se firma como método de produção de saber que parte da posicionalidade e aporta consigo outras narrativas, plurais e diversificadas. A tradição oral que a escrevivência comporta em si permite ainda recursos rítmicos, de entonações e semânticas que podem desacomodar a escrita acadêmica, de dentro da barriga do monstro, como nos propõe Haraway. Desta maneira, a ferramenta se mostra mais uma vez um importante instrumento para viabilizar narrativas, principalmente aquelas que apontam coletividades densas (SOARES e MACHADO, 2018).

A escrevivência supõe um comum entre aquela que escreve e a protagonista da história contada. Há na escrita, na ficcionalização, uma reinvenção que não são de uma ou de outra mas que lhes é próprio. Como nomeiam Soares e Machado (2018), aparece em texto uma maneira de re-existir, uma maneira de se re-afirmar no mundo, um modo de reconstrução e renegociação das divisões de poder e existência. Torna-se evidente a dimensão ética exercida por meio de uma escrita que evoca vozes historicamente silenciadas, através deste *nós* compartilhado, nos diferentes meios que circula e no alcance dos textos produzidos. Compartilho minha existência no tempo e no espaço com mulheres de uma diversidade inimaginável, e compartilho com elas o ato de tecer saberes que se desdobra igualmente em estratégia política de denúncia em suas instâncias ética e poética. Expor com esta escrita os furos e os puídos, mas também as costuras e os bordados, os fiapos e as tapeçarias. Apostar no caráter inventivo das mulheres-mães-migrantes, não tomá-las como objeto passivo de uma pesquisa, é também uma escolha ético-política.

A metodologia escolhida visa fazer aparecer o miúdo das estratégias corriqueiras de invenção de si, as políticas cotidianas de produção de modos de existência (CABRAL 2022), os jogos e tensões postas em movimento na alteridade de se ser estrangeiro. O método proposto, recolhe daquilo que é transmitido oralmente, a emergência de modos outros de experiência, saberes e transmissão, de indivíduos repetidamente violentados por práticas coloniais que interrompem sentidos de existência ditos forasteiros. A violência abrupta que pode se transmutar a experiência da migração, segue sendo (re)presentificada pelas reiteradas vezes em que desmancham-se territorialidades a pena construídas, destituem-se saberes ancestrais, invalidam-se memórias não compartilhadas. Ana Cabral Rodrigues (2022) escreve sobre as *Histórias que não se ouvem*: das experiências estilhaçadas, poder recolher cacos, fragmentos, para deles fazer uso, e para, disso que resta, ver saltar algo novo. Dar lugar às histórias que surgem no fortuito de encontros contingenciais, entre pessoas migrantes daqui e de lá, num comum *outsider*, é fazer dos encontros território de passagem, desenhado a partir do que se passa, justamente. Reconhecer que ali uma história está sendo contada, que um modo de vida está se enunciado, se dizendo em sua dignidade. A *intervenante*-pesquisadora corpo-território que testemunha, ouve, não se esquivava, recolhe e faz uso de histórias dignas de serem ouvidas e (re)contadas.

Como nos apontam Marcia Moraes e Alexandra Tsallis em "Contar histórias, povoar o mundo: a escrita acadêmica e o feminino na ciência" (2015), contar histórias é uma forma de relatar uma pesquisa. Histórias encarnadas que permitem colocar em cheque as histórias únicas (ADICHIE, 2009), e ainda, explicitar as mediações que tornam possível o saber tecido

ali. Diferente dos modos de fazer ciência que supõe o corte e o distanciamento entre sujeito e objeto, aqui falamos de uma ciência que se faz no laço, no vínculo. Dar lugar às conexões que um campo agencia é abrir espaço para as diferentes afetações - afetos - que elas mobilizam. Uma maneira de portar-se perante os encontros que estancia o COM , uma ciência que se faz *no e pelo* encontro.

Este modo de manejar uma pesquisa tem história, e é uma história movida por mulheres, tocada por feministas que antes de nós bradaram a importância de não se apagar as marcas, de não se aplainar as topografias de terrenos complexos como gênero, raça, classe, etc. Não se trata de um fazer feminino, mas ele traz a marca da luta de mulheres que dedicaram-se e dedicam-se a subverter modos de ciência opressores e mortíferos.

A ciência é um lugar de poder. Maneiras de explicar mundos são maneiras de criar mundos. Maneiras de se contar uma história criam formas de se relacionar com ela e de existir. Ocupar o lugar de cientista, de pesquisadora, é portar este poder e as escolhas subsequentes devem ser responsabilizadas. A maneira como escolho pesquisar, assim como a escolha de como contar o que vi, o que ouvi e o que retiro disso, deve afirmar princípios éticos de quem ousa esperar equidade e justiça social, que seja, outros modos de humanidade. Minha escrita é meu poder de agir. O desejo é de que ela corresponda ao compromisso epistemológico ao qual me proponho.

Capítulo III: Imigração feminina em Montreal, no Quebec e no Canadá

3.1 - Outras histórias pisando esse chão

Contar histórias é um fazer bem diferente do de contar coisas, cabeças, números. Mas os números, eles também contam histórias. Ao contar os uns dentre os milhares, ou os uns a cada cento, eles decodificam o trançar de fios infinitos, tramas cerradas, justas, costuradas a mão mas também por agulhas de aço que tombam de cima. Agulhas perfurantes de um maquinário alto como o céu, alto o suficiente para que não sejam alcançáveis pelas mãos, mas perto o suficiente para laçar as cabeças. Ou agulhas longas e rijas, como as que crocheteiam fios a despeito de seus devires novelo.

Pois bem, se recorremos aos números para contar certas histórias, vemos que, segundo os dados do censo canadense de 2016, uma pessoa a cada cinco habitantes no país declarara ter vindo viver no Canadá por meio de processos de imigração. Uma a cada cinco. Duas a cada dez. Vinte a cada cem. E isso é muita gente. Na cidade de Montreal, um dos centros urbanos que mais recebe imigrantes no país, conta-se mais de trinta por cento da população nascida fora. Uau! Isso explica porque, em minha vida cotidiana, tantos colegas imigrantes, pais dos amiguinhos dos meus filhos, brasileiros aos montes, espetáculos, festivais, mercadinhos e restaurantes das mais diversas culturas e as línguas que se ouve no metrô. Mas isso não explica porque, na terceira equipe de trabalho que eu componho, sou a única cuja língua materna não é o francês.

Mas a história de imigração (ou importação de pessoas) no Canadá data de longe. Sem mergulhar nos meandros da história da colonização destas terras, do massacre e apagamento dos povos originários, da tomada e das disputas pelos territórios, pularemos para um número seco, de 1871, quando contava-se no Canadá aproximadamente 600 mil pessoas nascidas no exterior. 16,1% da população nacional. No início do século XX, o país passa a incentivar a chegada massiva de imigrantes com o intuito povoar seus territórios menos populosos. Desta maneira, a população nascida no estrangeiro seguiu aumentando significativamente até ao início da Primeira Guerra Mundial. Já em 1921, a população de imigrantes atingiria quase 2 milhões de pessoas, um pico desde a Confederação do Canadá (processo que consolidou a união das colônias britânicas da região, formando o domínio do país, em julho de 1867).

Ao longo dos anos iniciais de imigração, as pessoas que aqui se instalavam vinham majoritariamente das Ilhas Britânicas. Gradualmente a participação de outros países

européus, principalmente da Europa do Leste, aumentou e começou a mudar o retrato etnocultural de diferentes regiões canadenses. Quando, a partir da década de 1960, múltiplos fatores internos e externos às fronteiras e interesses canadenses levam a importantes mudanças na política nacional de imigração e o país passa a acolher uma mais significativa quantidade de imigrantes de outras localidades globais. Imaginar a remontagem dessa história me faz rir da expressão “*québécois de souche*” (quebequense de tronco). Talvez se trate finalmente de que o tronco despreza de onde vem suas sementes brancas e europeias.

Em 1967 o Canadá passa a selecionar imigrantes que se voluntariam a se instalar no país. Pioneiro na implementação do sistema de imigração por pontos, na prática, esta nova política se coloca a serviço de preceitos neoliberais, incrementando a população segundo necessidades econômicas locais. Se por um lado desenha-se um universalismo de que “qualquer pessoa” pode candidatar-se como migrante, já que o programa classifica indivíduos segundo uma métrica comum de elegibilidade à imigração, por outro lado, critérios como nível de escolarização, idade, fluência no idioma, dentre outros, são pontuados de forma a recortar um perfil traçado como favorável ao desenvolvimento do país. Na prática, este recorte refaz e atualiza contornos colonialistas de classe, de etnia, de gênero, de capacitismo, de idade, etc, priorizando e privilegiando determinados grupos de pessoas migrantes para quem os portões irão se abrir.

Atualmente, dentre os países do G7, o Canadá é o que registra a maior proporção de estrangeiros vivendo em território nacional e pode contar mais de 200 locais de nascimento dentre seus imigrantes. Montréal aparece como a segunda cidade no país a receber o maior número de novos imigrantes (atrás somente de Toronto), tendo 34% de estrangeiros constituindo a população da cidade. Estes números vão ao encontro da experiência encarnada de sermos muitos e de compormos a cidade em prática. Estamos por toda parte e fazemos a roda girar. Contudo, há imigrantes e imigrantes, imigrações e imigrações pisando este chão. Se nos demoramos sobre a lista dos principais países de origem destas pessoas (no Québec - Haiti, Argélia, Itália, França e Marrocos) não é difícil pintar os diferentes cenários que figuram nesta diversidade. Se a francofonia parece ser uma característica em comum dentre a população de migrantes em Montreal e no Quebec como um todo (salvo para italianos, evidentemente), haitianos, argelinos, italianos, franceses e marroquinos trazem consigo bagagens culturais e histórias pessoais bastante diversas. Em continuidade, os marcadores que se botam a incidir sobre estes corpos dão sequência às diferenciações, cerceando, limitando e prescrevendo inserções e apartamentos. Se no abrigo em que trabalhei a maioria das mulheres-imigrantes era de origem africana, no organismo de atenção à parentalidade

elas, as africanas, eram raras. Já no serviço alternativo em saúde mental, somos alguns poucos imigrantes circulando por ali. Neste último, na equipe, não sou a única imigrante, mas a única não europeia, a única não francófona de nascença. Dentre os usuários, conto três que não dominam completamente a língua francesa (sendo uma canadense anglófona), e no total de pacientes nascidos fora, uma latina, uma europeia, e uma pequenina metade de meia dúzia do Noroeste Africano (Marrocos e Algéria). Não, não transitamos por toda parte e não estamos em todos os lugares. A circulação imigrante é regida por forças opressoras e delimitantes, pois é assim que a sociedade se estrutura. Não se pode escapar.

3.2 - Mais da metade não é maioria

Em 2011, dentre todos os imigrantes no Canadá, 52,3% eram mulheres. Mas entre a população de mulheres no país, 21,2% eram imigrantes. Na mesma época, na região metropolitana de Montreal as proporções sobiam para 63,6% de mulheres dentre os imigrantes e 33,4% de imigrantes dentre as mulheres em geral (CHUI 2011). Por mais que se trate das maiores proporções no último século, e ainda que sejamos de fato numerosas, definitivamente, não somos maioria.

Voltamos aqui a salientar que quando falamos em feminização das migrações, estamos falando menos de um aumento quantitativo do número de mulheres migrando, e mais sobre a marca de gênero quanto aos discursos acerca da migração. Ainda que em muitos cenários possamos ser hoje maioria dentre os migrantes, o que urge é a feminização das maneiras de ver e pensar assim como das políticas de migração. Os condicionamentos interseccionais se fazem presentes de uma maneira ou de outra antes, durante e depois dos movimentos migracionais. Operam relações hierárquicas e patriarcais no interior das famílias e dos grupos migrantes, interferem direta ou indiretamente na decisão de migrar feminina e dão-se nos recursos que uma mulher dispõe para fazê-lo. Os arranjos adjacentes a gênero e outros marcadores nas sociedades de partida e de chegada, as demandas do mercado de trabalho, assim como as próprias leis migratórias, carregam em si a marca de uma sociedade que estrutura-se a partir de registros, hierarquizando e marginalizando sistematicamente aqueles que devem seguir apartados das esferas de poder. O deslocamento geográfico de homens e mulheres não escapa a essas e outras tantas esferas de segregação e por isso há de se trazer gênero, raça, classe, etarismo, capacitismo e etc para o centro das categorias de análise nos estudos migracionais.

Fui designada menina ao nascer, cresci mulher e na minha construção identitária feminina não escapei dos padrões que me arrastavam a dar centralidade ao cuidado na minha (privilegiada) escolha de ofício. Na passagem do estudo primário (numa escola municipal) para o secundário, eu tinha inventado de ir atrás de bolsa de estudos e me formei numa das principais escolas privadas da cidade. Isso me colocou em vantagem nos processos de acesso à universidade pública no Brasil. Fiz excelentes estágios e até intercâmbio. Aperfeiçoei minhas capacidades de comunicação em outras línguas e de retorno ao país, me formei e fui selecionada para empregos consistentes. O diploma debaixo do meu braço não era como qualquer outro. Nesse percurso ganhei conhecimentos mas principalmente um sentimento de confiança própria que me fez seguir empurrando limites ou navegando com certo conforto entre eles, sempre resguardada pelo guarda-chuva da branquitude, ainda que eu viesse de uma classe social desfavorecida (sim, uma pobre que fez intercâmbio em Paris, é raro mas existe). Grada Kilomba fala sobre o peixe que sente o peso da água mas segue a cortando (KILOMBA, 2019). Eu sentia o peso da água sob meu corpo de mulher, mas seguia a cortando. Eu sabia que outras águas, outras profundidades, outras correntezas existiam, mas elas incidiam sobre outros corpos, não o meu. Até que me tornei mulher-mãe. Até que me tornei mulher-mãe-migrante. Essas palavras, assim costuradas, e o peso da água nunca mais foi o mesmo. Nunca mais desexistiu.

Quando eu cheguei, meu primeiro trabalho aqui foi em um brechó de roupas infantis. Apesar da hiper qualificação para a função, me entusiasmava o caráter disruptivo e ecológico da proposta da lojinha. Mas como eu, havia a amiga que apesar de administradora concursada no Brasil, embalava queijo em Montréal. Não há romance em embalar queijo. E eu sei que meu salto posterior do brechó ao abrigo, como *intervenante* real oficial, só se deu pelo meu privilégio de não ter a língua francesa como obstáculo intransponível e muito também pelo privilégio da cara-de-pau-branco. De vez em quando fico sabendo de ex-psicólogas brasileiras se reinventando por aqui. Algumas chegam a mim por intermédio de amigos em comum, curiosas de como me foi possível fazer funcionar essa coisa de trabalhar na área. Eu conto de mim, elas me contam delas, e as diferenças vêm nas miudezas nada miúdas de contrariedades como, o mais comum: meu companheiro estava estudando, eu tive que ir atrás do salário antes de ir atrás da língua. Era o caso da amiga administradora que embalava queijo. Não é preciso falar nem entender muito de francês nem de inglês para embalar queijo.

Há mais de década, as estatísticas canadenses mostram a maior incidência dos fatores de risco num processo migracional abatendo-se sobre mulheres. Elas são a maioria a ter dificuldades em manter satisfatoriamente uma conversação em ao menos uma das línguas

oficiais. Somos nós a categoria de mulheres a estar menos ativa economicamente, em situação de desemprego ou a trabalhar em tempo parcial. Demoramos mais que os homens migrantes a adentrar o mercado de trabalho local e demoramos mais que as nascidas no país para nos retirarmos dele ao aposentarmos (CHUI, 2011).

Cheguei ao Canadá com um filho de quatro anos. E mesmo sabendo que, milagrosamente, ele estaria com uma professora que falava um pouquinho de português, não era sem angústia que eu entregava meu menino na escola a cada manhã. Demorei seis meses para tomar coragem de ir atrás de um trabalho que me ocupasse e me pagasse algo pelo tempo em que eu não estava com o garoto nem cuidando daquela casa-frankenstein que a gente estava montando. Claro, os boletos estavam pagos e eu podia me dar ao luxo da não urgência. Quanto fui atrás de trabalho, minha estratégia foi: andei pelo bairro atrás de plaquinhas de “*nous embauchons*” (estamos contratando). Trabalhei há duas quadras da escola. *Easy*. Ao mesmo tempo, contatos acadêmicos me levaram a conhecer pessoas, fazer trabalhos voluntários e finalmente tomar a iniciativa e insistir nas tentativas inicialmente frustradas de um emprego justificado pelo meu diploma. Eu não sou psicóloga por essas bandas, mas aqui ninguém é psicólogo sem doutorado e eu de fato não tenho um. Justo, serei *intervenante*. O que eu queria mesmo era estudar, mas isso não seria possível. Outra vez, a lógica neoliberal faz com que uma pessoa como eu, estrangeira, tenha que pagar uma taxa suplementar para acessar o ensino superior no Quebec. Impeditivo. Este plano seria suspenso.

Ao chegar no Canadá, imigrantes em geral tendem a declarar um melhor estado de saúde autopercebida que a população local. Isso se explicaria pelas barreiras atravessadas por estes indivíduos, incluindo tantos os critérios de seleção quanto a crença na própria capacidade de dar seguimento ao empreendimento migracional. A descoberta deste fato me surpreende. Mas o que descubro a seguir me deixa estupefata: essa “vantagem” se esvai ao longo dos anos de imigração, especialmente dentre as mulheres. Após os primeiros dez anos de migração, homens tendem a atingir o mesmo patamar de saúde auto percebida que a população local. Contudo, dentre as mulheres imigrantes, passados os mesmo dez anos, observa-se um déficit se comparamos o mesmo índice entre as mulheres nascidas no país. Esta estatística me cai como uma profecia: completei cinco anos de imigrante, cinco anos de desgastes físicos e mentais. Adoecei, entristeci, vi minha saúde se deteriorar: sem tempo, sem lugar, sem energia, sem grana, meus escapes, minha gente, meus eventinhos, cadê? O corpo padece. Mais outros cinco anos e estarei como? Problemas coletivos, da máquina de moer gente, para as quais estratégias individuais são significativamente onerosas. As rotas de fuga não me parecem nada evidentes e é atordoante. Deposita crianças na creche, na escola,

trabalha, resgata criança da creche, da escola. Querem passar no parquinho mas a janta está por fazer. Banho cama, tudo de novo amanhã. O peso da água, outra vez. O recuo na saúde da mulher-migrante atribui-se ao estresse ligado à migração, em razão das dificuldades encontradas para estabelecer uma fonte adequada de renda, problemas da ordem linguística e a dificuldade de constituir uma nova rede social de apoio e pertencimento (SIMICH e JACKSON, 2010), os pesquisadores sabem e eu também. E a minha amiga administradora também. Ela já não embala mais queijo agora, mas a vida ainda não é fácil.

3.3 - Outras histórias, outras dores

Quando falamos de imigrantes no Canadá, estamos falando de uma grande horda de pessoas. Mais da metade delas chega pela política de pontos, inserindo-se então pela modalidade de imigração econômica, o que significa: pessoas selecionadas por suas capacidades de contribuir para a economia canadense, seja como trabalhadores, investidores, empresários ou empreendedores. Mas há realidades muito diversas dentre um número tão grande de indivíduos. Há quem venha se juntar a um familiar, estudar, ou claro, refugiar-se. Há quem seja apadrinhado, há quem chegue com tapete vermelho estendido, há quem encontre logo um canto pra chamar de seu e há quem peleje pra pousar as malas e, com sorte, aquietar. E há ainda quem não tenha status nenhum, pessoa alguma, coisa sequer, e viva sob a lâmina da desproteção legal e o medo da deportação. Há ainda quem não tenha nem um país para onde voltar.

Segundo relatório das Nações Unidas, de 2012 a 2021 dobrou a quantidade de pessoas forçadas a se deslocar no mundo, chegando a marca de 89,3 milhões de refugiados em torno do planeta, o número mais alto já registrado desde a Segunda Guerra Mundial (UNHCR, 2013). A realidade enfrentada por um refugiado conta com complexidades múltiplas às quais todo um campo deve se dedicar. Na descrição legal canadense o refugiado é aquele que, *por bons motivos, teme ser perseguido em razão de sua raça, religião, nacionalidade, pertença ou opiniões políticas, se encontra fora de seu país de nacionalidade e pode reivindicar a proteção do país de exílio* (ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, 1951). Na prática, ser um refugiado ou demandante de asilo é ver incidir sobre o próprio corpo dores, violências e desteros inomináveis.

*

Nosso encontro aconteceu entre 2019 e 2020. Ela vinha de Ruanda, um país sobre o qual eu só conhecia aquilo que retratou o filme *Hotel Ruanda*, que assisti muitos anos antes. Ela era uma mulher grande, jovem, bonita e recolhida. Falava pouco e baixo, mas sorria um sorriso que fazia sua silenciosa presença especialmente agradável. A maneira que estabelecíamos uma conversa começava sempre pelas beiradas, pelos assuntos corriqueiros, ordinários, as anedotas, e só às vezes falávamos de coisas sérias de verdade. Por ela eu não soube muito mais sobre Ruanda. Ela me contou que seu pai tinha um cargo importante na força armada mas que pairava sobre ele uma desconfiança. Achavam que ele agia duplamente, como espião, e por isso ele deveria ser cauteloso com tudo o tempo todo. Ao mesmo tempo que motivo de incertezas, o status do pai teria garantido a esta mulher uma infância confortável, educação de qualidade e a possibilidade de deixar o país se/quando necessário. Ao completar 18 anos, ela deveria obrigatoriamente se juntar ao exército. Mas a “reputação duvidosa” do pai faria recair sobre ela retaliações que a família não queria vê-la viver. Seria então enviada à Londres. Mas uma vez findado o curso de língua, perdeu o direito de permanecer no país. A família continua não considerando a possibilidade de que ela volte à Ruanda e dessa vez ela é mandada para a casa de um “tio”, em Montréal. Este homem não seria entendido bem como tio nem no Canadá nem no Brasil, mas ele era nomeado assim entre os seus, num sentido de família próprio. A casa do Tio não é um lugar onde ela se sinta capaz de viver e aparentemente ela também não é bem vinda ali. Após algumas buscas, ela chega ao abrigo onde trabalho à época.

Esta mulher é uma demandante de asilo. Ela tem um processo judicial aberto para comprovar que voltar ao país de origem significa uma ameaça a sua vida e integridade. É preciso um advogado que aceite o trabalho, mas é difícil encontrar um que esteja suficientemente familiarizado com a realidade ruandesa, a ponto de se sentir capaz de construir uma cadeia argumentativa favorável. Alguém que tope a empreitada, isso ela encontra, parece. Esta mulher precisa de um advogado, de um emprego, de acesso à saúde. Aos meus olhos ela parece mais que entristecida, seu humor me indica algo mais severo que isso, mas a mim ela não confia esta dor indizível. Ela desconhece as redes de amparo possíveis, e eu tampouco, igualmente recém chegada. Me angustia me ver limitada no suporte que posso ser para ela. Eu me preocupo, de verdade. Conversamos sobre como seria possível conhecer pessoas, tentar laços, como preencher os dias vazios de afeto. Do meu lado vou tentando me informar e ela do dela também. Conversamos sobre comida, sobre roupa, sobre unhas pintadas com capricho escondidas em luvas grossas... e das desimportâncias vão surgindo pequeninos ramos de frágeis raízes que se agarram quebradiças a territórios

provisórios. Estarmos ali, juntas nas nossas vulnerabilidades, já é algo. Minha condição de gestante me fez encerrar antecipadamente meu trabalho neste abrigo, e a esta altura não me lembro de ter me despedido adequadamente dela. Apesar disso, ela segue comigo numa memória carinhosa. Se eu a visse de novo queria saber dela, e poderia contar que eu li um livro lindo de uma autora ruandesa contando as histórias de sua mãe. A mulher de pés descalços, de Scholastique Mukasonga. Se eu a visse, certamente a agradeceria por ter compartilhado comigo aquele pedaço da história, e aí seguiremos nossos caminhos outra vez, de pés descalços, nós também.

*

Os fatores de estresse experienciados ao longo do processo de migração (planejamento, viabilização, partida, traslado, chegada, acomodação, etc) variam drasticamente segundo a natureza da migração e a exposição a adversidades nos diferentes contextos. No pós-migração, os diferentes status migracionais falam não só da estabilidade / instabilidade na condição de imigrantes mas também do acesso ou não a diferentes serviços públicos, incluindo saúde, educação e justiça. As nuances dessas experiências não são mostradas pelo censo. Elas aparecem em outros números. Um importante retrato dessa população se faz ver em pesquisas acerca da saúde mental dos recém-migrados e refugiados: em 2011, o *Canadian Guidelines for Immigrant Health* reuniu nove dos principais estudiosos em imigração no país para uma publicação dedicada aos problemas em saúde mental comumente enfrentados por imigrantes e refugiados no país e no mundo (KIRMAYER et al, 2011). Neste guia, encontramos considerações de alta relevância.

Um dos pontos-chaves que o estudo trás é a observação de uma menor prevalência de problemas em saúde mental entre imigrantes recentes, coisa que ao longo do tempo passa a atingir os mesmos patamares da população em geral. Por outro lado, nota-se que refugiados (que, podemos dizer, atravessaram uma importante exposição à violências) mostram um índice elevado de estresse pós-traumático, depressão, dores crônicas e outras doenças somáticas. Vemos por aí que para se considerar os fatores de risco à saúde mental de um indivíduo migrante, há de se levar em conta as condições pré-migratórias, os fatores de estresse e incertezas durante a migração e o processo pós migratório de reassentamento, adaptação e integração.

De maneira geral, as pesquisas quantitativas e qualitativas levadas pelos nove estudiosos reunidos nesta publicação, fazem ver a importância de considerar a incidência

concomitante de diferentes fatores de risco e marcadores sociais como raça, gênero, país de origem e idade, por exemplo. Juntam-se às dificuldades de comunicação e às diferentes concepções de saúde e doença, as diferentes nuances de aceitação social e integração, por sua vez fortemente marcada pela pertença a determinados grupos. Os efeitos destes fatores variam segundo sua severidade mas também segundo a significação que toma para os sujeitos, suas famílias e comunidades. Da mesma maneira, faz-se notar pelas pesquisas que os efeitos dos fatores pré-migracionais sobre a saúde mental podem ser atenuados por políticas públicas efetivas, especialmente no que diz respeito à empregabilidade e estabilidade econômica.

Se dentre os imigrantes recentes no Canadá nota-se um menor índice de adoecimento psíquico do que no restante da população, há de se considerar as diferentes peneiras que deixam passar quem aqui chega. Vale lembrar que a maioria destas pessoas é composta de imigrantes econômicos, o que traz consigo uma série de fatores de proteção. A mesma tendência diminuída de adoecimento psíquico não se verifica junto aos refugiados, que ao contrário, demonstram um número até dez vezes mais alto de diagnósticos específicos em saúde mental, numa relação direta à exposição a guerras, violências, torturas, imigração forçada e exílio, além das incertezas quanto a sua estabilidade no país de acolhimento.

O guia canadense para saúde mental de imigrantes traz ainda um intrigante dado observado na Inglaterra: grupos étnicos minoritários estariam expostos a um risco aumentado de esquizofrenia (tanto na primeira quanto na segunda geração de migrantes), especialmente para a população negra, demonstrando uma correlação entre o diagnóstico, imigração, raça e a vivência de racismo e discriminação.

Outra variação que as pesquisas relatadas neste guia puderam encontrar foi com relação à experiência de fracasso do projeto migracional. A desilusão, queda de moral e depressão fazem parte da sintomatologia descrita entre migrantes que relatam uma experiência de perda quanto às expectativas iniciais para com a migração. As duras contrariedades de barreiras estruturais de desigualdade agravadas por políticas de exclusão, racismo e descriminação seriam os principais motivos apontados para o quadro encontrado nas referidas pesquisas.

Ainda outras correlações que nos interessam aparecem: segundo um dos estudos, no Canadá, mulheres-mães-migrantes demonstram de duas a três vezes mais chances de desenvolver depressão durante o período pós parto do que mulheres-mães nascidas em território nacional. Por outro lado, os jovens migrantes (os filhos das mulheres-mães-migrantes) que vivem em comunidades com uma elevada proporção de

imigrantes oriundos da mesma origem, seriam considerados como “melhor ajustados”, coisa que, segundo as pesquisas, em parte se justificaria por um processo identitário positivo e um sentimento mais forte de orgulho étnico e de apoio social. Tais laços seriam um diferencial para lidar com fatores como pobreza, discriminação religiosa ou racismo.

Em grandes linhas, o que o guia aponta como principais desafios para o cuidado em saúde mental de migrantes inclui: as dificuldades de comunicação e compreensão da língua e dos códigos culturais, a maneira como se apresentam as sintomatologias e o comportamento do indivíduo em sofrimento psíquico (diferentes concepções de saúde e doença), as diferentes configurações familiares e possíveis conflitos intergeracionais quanto ao processo de aculturação (integração e assimilação da cultura local) e, por fim, as políticas públicas que facilitam ou entram a adaptação e integração social por parte da sociedade receptora.

Em conclusão, a publicação aponta evidências consistentes, de estudos qualitativos e experiências clínicas em cuidados primários interculturais. Em se tratando de um guia, a publicação traz diretrizes de que estes desafios devem ser abordados em prática através da investigação específica sobre o contexto sócio-cultural dos indivíduos tomados para o cuidado, sendo de grande valia, para isso, o uso de intérpretes e mediadores culturais e o cuidado ampliado que inclua as famílias, assim como organizações comunitárias. O guia indica ainda a importância do levantamento de considerações acerca de processos identitários do indivíduo migrante, aspectos de sua realidade psicossocial e fatores da relação profissional de saúde / paciente. (Nota: Acho que a obstetra que acompanhou minha gestação nunca soube deste guia...)

3.4 - Na encruzilhada: outras histórias de violência conjugal

A violência doméstica no contexto de imigração e diversidade cultural é um fenômeno extremamente complexo. Mulheres imigrantes vítimas de violência doméstica encontram-se no centro de diferentes discursos que as colocam em situação de significativa vulnerabilidade. As múltiplas camadas e componentes que dificultam possíveis rotas de fuga da violência intrafamiliar incluem fatores pré-migracionais, incidências durante a migração propriamente, os desafios de integração na nova sociedade, as violências estruturais enfrentadas por imigrantes e refugiadas, aos quais se acrescentam ainda as barreiras no acesso ao cuidado ligadas também, tantas vezes, às interseções de raça, religião, orientação sexual, expressão de gênero, etc. Ou seja, uma encruzilhada e tanto.

Violência doméstica constitui um ataque aos direitos das mulheres e um problema de saúde pública. Diferentes países ao redor do planeta mostram variações de 9% a 71% na prevalência da violência doméstica (ZAVALA, 2013) e tamanha discrepância se faz sentir no contexto cosmopolita canadense, na diversidade de países de origem dentre os imigrantes que aqui se instalam. Contudo, as diferentes culturas não são o único fator determinante da gravidade deste quadro. As variações nos números se explicam pelos distintos papéis atribuídos às mulheres nas sociedades e pelas fontes de opressão que se fazem presentes nas suas vidas com maior ou menor intensidade. No cenário que se pinta numa migração, além dos efeitos das desigualdades de gênero vividas pelas mulheres em geral, as mulheres-migrantes enfrentam desafios específicos ligados ao contexto do deslocamento geográfico, como o isolamento social, o desconhecimento das línguas oficiais, a precarização econômica, a desqualificação profissional, o racismo e a discriminação (MARCHAND e RICCI, 2010; ROJAS-VIGER, 2008). Se somamos a isso a existência de filhos no conflito conjugal, uma outra camada se junta à combinação deteriorante vivida pela mulher-mãe-migrante vítima de violência doméstica.

Estudos interseccionais permitem uma melhor compreensão das diversas camadas que influenciam neste quadro. É somente através de um olhar amplo e que comporta a multifatoriedade que se pode dar o justo lugar, por exemplo, às políticas de imigração que notadamente vêm a atuar como uma forma de violência estrutural que aumenta o risco de violência doméstica quando, por exemplo, circustancia mulheres a situações limitantes quanto a seus status de imigração, atrelando seu direito de permanência no país a seus parceiros, corroborando assim com uma relação de dependência (econômica, social, afetiva e/ou legal), incrementando a precarização de suas possibilidades de vida, reduzindo direitos e dificultando a circulação destas mulheres no território. Falamos aqui de modalidades de vistos como o apadrinhamento ou vistos temporários de trabalho e estudo (muitas vezes condicionados aos vistos do/da cônjuge), mas também pessoas que não têm os documentos legais necessários para permanecer no país ou que aguardam regularização de sua situação migratória.

O impacto de tais políticas nas respostas das mulheres imigrantes à violência doméstica limita drasticamente as estratégias de fuga possíveis, reiterando e atualizando múltiplas violências, apartando-as e perpetuando discrepâncias, ao passo que distribuem desigualmente o poder (incluindo o poder de ação), colocando mulheres migrantes em uma situação de desvantagem inclusive em comparação a mulheres nascidas no país. Muitas vezes, para a imigrante, o pedido de ajuda e proteção pode envolver grandes riscos, para além

das represálias do agressor. A imigrante que decide abandonar uma relação abusiva pode de fato ficar sem status legal de imigração, ter seus direitos limitados - inclusive quanto ao acesso a programas e serviços sociais, e até mesmo estar sujeita a ordens de remoção do país. Estamos lidando com uma situação de dupla violência: uma sendo a violência doméstica e a outra relacionada à condição de migrante, ambas marcadas pelo gênero, às quais ainda podem se somar, repetimos, violências raciais, religiosas, capacitistas, etc, além das limitações e exigências impostas à mulheres-mães.

A realidade de redes de apoio diminuídas ou inexistentes experimentada por migrantes pode tornar particularmente difícil um pedido de ajuda. As dificuldades com a língua, o desconhecimento e a inadequação dos serviços públicos a esta realidade são agravantes extras. O isolamento social ligado ao processo de integração, assim como as diversas práticas discriminatórias, quando somados ao controle exercido por um cônjuge violento coloca a mulher migrante em uma situação de vulnerabilidade agravada.

É importante considerar que a maioria de migrantes econômicos no Canadá demonstra o viés financeiro que rege a admissão de estrangeiros no país. As políticas neoliberais favorecem, direta e indiretamente, um modelo de imigrante do sexo masculino, chefe de família, autossuficiente e produtivo, com um determinado nível de escolaridade, falando ao menos uma língua oficial, com recursos financeiros e capacidade para contribuir economicamente para o desenvolvimento da nação. Este tipo de política baseia-se na categorização de pessoas, que funciona em prática como um instrumento de controle que limita e restringe os direitos e possibilidades. Esta categorização implica uma hierarquia que torna alguns corpos plenos em direitos enquanto outros serão relegados a uma categoria de pessoas com direitos cerceados.

Pesquisadoras em Estudos Feministas na cidade de Montréal como Sastal Castro Zavala e Ghayda Hassan denunciam: a classificação das pessoas com base no conceito de dependência/independência encontrado nas políticas de imigração tem consequências diferentes para mulheres e homens. Para as estudiosas, as políticas de imigração sendo construídas dentro da perspectiva neoliberal faz com que as mulheres continuem a assumir papéis tradicionais e a realizar atividades que as prejudicam. Estatísticas mostradas anteriormente, de fato, vem comprovar que mulheres-migrantes continuam a estar ligadas à esfera privada do cuidado, seja em suas próprias casas ou em relações contratuais. Embora as políticas canadenses evitem criar categorias especiais para as mulheres, para Zavala elas reforçam o modelo de família patriarcal ao passo que favorecem a imigração de homens provedores, apresentando sistematicamente mulheres como companheiras e dependentes.

Desta maneira, as políticas de imigração canadenses estariam contribuindo direta ou indiretamente para perpetuar as desigualdades entre homens e mulheres (HASSAN, 2013).

Conclusão

O meu gosto por museus eu não sei bem de onde vem. Na cidade em que nasci e cresci não havia nenhum. Talvez dessa não familiaridade tenha surgido o fascínio. Lembro de uma excursão da escola, ou duas. Algo sobre uma pintura, uma mordalha de ferro no rosto de uma mulher escravizada e o quarto onde o presidente se matou, um dia. Tudo isso na cidade grande, a 2, 3 horas de distância. Quando desci a Serra e passei a morar numa cidade com Museu, de tempos em tempos eu rendia visita, no dia que a gente pagava pouco pra entrar. Repetia o que era mais fácil de ir, às vezes ia mas nem entrava... mas a partir daí passei a ser uma enamorada deles, dos museus. Quando morei na Cidade Luz, eles eram as pepitas de ouro! O que eu mais amava mapear. Muitas das minhas viagens foram orientadas por esse gosto também: cidades museus-a-céu-aberto, cidades e seus museus-recortes, museus e as cidades que os cercavam.

Ao me tornar mãe, eu não abriria mão desse gosto. E mais que isso, queria transmiti-lo ao meu filho. E mais que isso, queria afirmar, com a presença dos nossos corpos, que museu é lugar de criança também. Com seus gritinhos, sim, eventualmente, e com passos apressados as vezes. Tudo dentro dos conformes, sem ameaçar nenhuma obra com dedinhos rechonchudos e sujos, mas estaríamos lá, e apreciaríamos o que estava ali para ser apreciado.

Eu me lembro agora de ter chorado em três visitas desse tipo. Mas uma era uma sinagoga-museu, não sei se conta. Conta. O desenho de uma criança em campo de concentração nazista, uma mesa posta e o guarda armado. Chorei. As outras duas vezes que chorei em museu conversam bem com essa história-pesquisa. Em 2012, muito antes de ser uma migrante no Norte Global, eu visitei a cidade de Nova York. De lá pegamos um barco que nos levaria à Estátua da Liberdade e depois a um lugar chamado Ellis Island, que era o destino que me interessava de fato. Trata-se do lugar onde eram recebidos (e examinados, escrutinados, aceitos, postos em quarentena, mandados embora) aqueles que pretendiam migrar para a América. Chorei vendo as práticas, as instrumentalizações, as caras e os pertences de pessoas que por ali passaram. Havia um sapatinho de criança, gasto, que me fez imaginar os pezinhos que atravessaram aqueles salões. Naquele dia os sapatinhos me fizeram chorar, e hoje me fazem chorar outra vez, lembrando do tênis de cano longo que eu comprei pro meu menino usar, meses antes de migrar, achando que sabia o que era frio. Era um tênis cinza, acolchoado e ele só usou até o outono daquele ano.

Onze anos depois, volto à Ellis Island. Junto comigo, dois rebentos que não existiam em 2012. O pai deles se ocupou de entretê-los durante a visita pois sabia que a mãe estaria imersa nas dores e delícias de ser uma mulher-mãe-migrante-pesquisadora. Eu chorei de novo, mas dessa vez, diferente da outra, não foi imaginando minha trisavó, minha bisavó. Foi vendo o fio que fazia aquelas histórias tão minhas e a minha tão delas. Eu me vi nos olhos de mulheres fotografadas no cais do porto, no chão da fábrica, no apinhado das moradias. Eu chorei nossa coragem e nossas mazelas. Foi uma visita doce e severa, de encontros e austeridades. No fim, passei pela lojinha do Museu, como sempre gosto de fazer, mesmo que eu não compre nada quase sempre. Mas dessa vez um livro me chamou atenção: *Essays on Immigration* (2013), onde estavam publicados ensaios de 29 imigrantes nos Estados Unidos, de diferentes épocas (1623, 1782, 1883, 1918, 1987, 2003..). Dentre eles, seis mulheres. Seis em 29, mas né? Estão lá, as seis. Trouxe o livro e as seis comigo.

Meses depois, abro o livro pra ler. Eu não poderia me surpreender mais. Ele é uma arca do tempo, um baú de tesouro. Por ora não li mais do que as seis mulheres, mas talvez depois eu leia mais. Dentre estas seis, duas me chamam especial atenção. A primeira delas, escrita em 1906, conta a história de Sadie Browne, uma imigrante judia, polonesa, de 16 anos de idade. O texto fora ditado ao escritor Sydney Reid, que, por encomenda de uma revista, recolheu diversos relatos de pessoas imigrantes, publicando-os em um volume intitulado *The life stories of undistinguished americans as told by themselves*¹⁵. Me encanta que, no início do século, o relato desta mulher tenha sido ouvido, escrito e publicado, e que hoje ele chegue a mim. Me encanta sua oralidade, me encanta que ela tenha se atido a contar quantos dólares ganhava por semana, quantos gastava para pagar o aluguel, o pão, e a escolha de se dar o direito de comprar um chá de qualidade. Ela conta da amiga com quem dividia o quarto e sobre a relação de irmandade das duas. Eu quase posso ouvir a voz de Sadie Browne e me maravilho em tê-la viva naquelas páginas. Ela vive porque sua história vive, imortalizada pela escrita.

A segunda história a me fascinar é a de Rose Cohen, escrita em 1918. Incentivada pela professora da escola para adultos, Rose escreve, aos 38 anos, um texto-regalo sobre o tempo que antecedeu sua partida da Rússia para os Estados Unidos (ou seja, sua emigração). Ela conta que tinha 12 anos quando a avó decidiu que a enviaria para viver junto do pai, que havia emigrado anos antes. Tomada pela preocupação com o futuro da neta e de uma filha mais nova, a avó decidira que o melhor para as duas seria ir embora para a América, como o

¹⁵ As histórias de vida de americanos indistintos contadas por eles próprios - tradução nossa.

filho fizera. A mãe de Rose acata a ideia, prevendo um dia se juntar à filha. A família então agenda a partida da menina e da tia. Rose conta dos meses de preparação e de como o anúncio de sua partida havia lhe conferido um estatuto distinto na comunidade. Ela havia sido destacada: simultaneamente, posta em evidência e separada dos demais. A história contada por Rose Cohen me comove. A maneira como ela descreve o lugar onde vivia, as flores em sua última primavera russa, o lago onde brincava com os irmãos... e a avó: seu corpo curvado, os olhos que já não enxergavam mais, e a certeza resignada da senhora que nunca voltaria a encontrar a neta: “*True, I have not had a happy life. But happy or not I have lived it. And now, it is almost at an end.*”¹⁶ Saudades da minha avó. Será que terei netos? Onde será que eles vão viver? Eu não sei, mas o fio da vida segue. A avó de Rose imigrou com ela naquilo que dela foi transmitido à neta. Minha avó vive, em mim, nessa terra, assim como eu irei viver nos que me sucederão. Mas onde, como? O quão se parecerão comigo? Quão brasileiros serão?

Me perguntar essas perguntas é só mesmo um exercício de botar palavra nessas incertezas. Eu sei que elas não são respondíveis. Mas botar pergunta nesse imponderável me permite tatear esse troço que empedregulha meu peito sobre ter uma filha “canadense”. Sim, canadense, e não há aspas que me permitam escapar dessa factualidade. O quão minha é essa menina se o que ela é eu não sou e o que eu sou ela não é. Seria essa uma ferida narcísica? E eu me ponho a costurar, e remendar, e cozer retalhos que a atem a mim? Um eu-Brasil que me recuso a desfazer, mesmo que desmorone um pedacinho aqui outro lá... minha batalha íntima de integração/desintegração.

Daqui eu posso trazer essa outra vez que eu chorei em Museu. Foi agora, recente, já na reta final da escrita desta pesquisa. Meu menino tinha ido ao Museu com a escola (ele pega só o metrô pra fazer isso, não precisa de 2 horas de estrada, como a mãe dele na mesma idade). Chegou em casa contando do que viu e atiçou a curiosidade da irmã, que pediu pra ir ao Museu também. Fomos. Eu estava mais empenhada naquela coisa de crianças e museus que em fomentar minha pesquisa. Mas surpreendentemente, um dos elementos da exposição permanente do tal museu endossava o que eu vinha concluindo: maternidades estão em disputa, e isso ganha uma camada espessa quando incluímos o colonialismo na conversa.

A exposição, intitulada *Voix Autochtones d'aujourd'hui - Savoir. Trauma. Résilience*.¹⁷ (2023) fora construída a partir de depoimentos coletados pela curadora Elisabeth Kaine, ela

¹⁶ É verdade que não tive uma vida feliz. Mas feliz ou não, eu a vivi. E agora, está quase no fim - tradução nossa.

¹⁷ Vozes Indígenas de Hoje - Saber. Trauma. Resiliência. - tradução nossa.

mesma uma *autochtone* (uma outsider within - COLLINS, 1986), durante uma vasta consulta realizada entre 2010 e 2018 com 800 pessoas das 11 nações indígenas no Quebec. Uma jóia de exposição! E foi lá que eu chorei um choro doído. Na segunda, das quatro salas. A primeira era verde verde verde. A segunda era branca, clara, iluminada. A terceira era escura, sombria. E lá, dados do passado, do presente, e da dobra de um sobre o outro: a terra, a língua, os festejos, roubados. As crianças roubadas. A juventude e a alta taxa de suicídios.

*De toutes les pertes incessantes que nous avons subies à la suite de la colonisation, celle de nos enfants fut la plus dévastatrice. Elle se poursuit encore aujourd'hui, le taux de suicide de nos jeunes étant parmi les plus élevés au monde, jusqu'à sept fois plus chez les Premières Nations et onze fois plus chez les Inuits que dans la population canadienne en général.*¹⁸

A denúncia feita por uma integrante de um das Primeiras Nações é seguida da reprodução de dois anúncios da década de 60 onde se pode ver a ilustração de um bebê que, apesar dos traços atenuados, podemos notar os cabelos pretinhos e os olhinhos miúdos, característico dos povos originários nestas terras que vieram a ser o Canadá. O bebê é tocado por mãos brancas em uma das imagens e na outra está nos braços de uma sorridente mulher branca. As imagens vêm acompanhadas dos dizeres “*Safe! in your hands*” e “*Out of nowhere, into here...*”¹⁹. Outra peça do quebra-cabeças está no vídeo gravado do relato emocionado de uma mulher, de cerca de 60 anos (ou seja, nascida no entorno da década de 60) contando sobre os bebês que a mãe nunca viu e que disseram ter morrido no parto. O que estes recortes estão contando é algo que os noticiários vêm mostrando também. A denúncia contundente do sistemático roubo de bebês indígenas por organizações religiosas cujos pais eram julgados (pelo único júri do preconceito colonial) incapazes de criá-los adequadamente. A questão é densa, complexa, data de longe, e eu não tenho familiaridade suficiente para tecer muitos comentários. Mas uma coisa eu posso afirmar: está aí disposta a arena. Maternidades estão em disputa, muito antes de eu pisar nesse chão. Não se trata de mim, nem da minha migração, mas da criação de um outro antagonista com o qual se deve lutar ou morrer (MORRISON, 2016). A base do racismo. A base do colonialismo. A base da xenofobia, do preconceito, da

¹⁸ De todas as perdas incessantes às quais fomos subjugados em consequência da colonização, a dos nossos filhos foi a mais devastadora. Ela se segue ainda hoje, a taxa de suicídio entre os nossos jovens está entre as mais altas do mundo, até sete vezes mais elevada entre as Primeiras Nações e onze vezes mais elevada entre os Inuit do que na população canadense em geral. - tradução nossa.

¹⁹ “Seguro! em suas mãos” e “De lugar nenhum, para cá...” - tradução nossa.

intolerância, das exclusões. E isso revira o estômago. Não pode não revirar. Se não revira, é porque algo está errado.

*

A maternidade como entendida contemporaneamente é uma construção histórica, não podemos esquecer. E essa construção começa longe na linha do tempo. Autoras feministas se dedicaram e continuam se dedicando a retraçar esse fio para mostrar que a coisa toda atende a uma lógica bem alheia às mulheres ou um pretense instinto materno. Anna Tsing e Silvia Federici são duas autoras que costuram o passado europeu e as forças opressoras que recaem sobre corpos femininos até hoje. Tsing (2022) liga a mudança nos modos de produção de alimentos, principalmente os cereais, à tomada da mulher por forças patriarcais e capitalistas que passam a circunscrevê-las no âmbito doméstico-familiar, onde cumpririam o papel de produtoras de pessoas-mão-de-obra-rural e da manutenção da vida (cozinhar, limpar, cuidar), enquanto o homem, representante hierárquico do Estado, seria o encarregado da gestão do empreendimento de agricultura familiar, assegurando a produção e o pagamento das alíquotas (impostos ou dízimo). No que se segue a esta mudança de paradigmas, as formas de controle sobre o corpo feminino vão ganhando requinte e força, desenhando as primeiras linhas do que depois veio a se configurar como a família nuclear burguesa, com cujos mandatos viemos, de uma maneira ou de outra, nos debatendo até os dias de hoje. Como aponta Federici (2017), a caça às bruxas empreendida na Europa visava o controle sob o corpo das mulheres, a serviço da expansão do controle estatal, do patriarcado e, à reboque, da monetização das relações humanas. A maternidade, neste contexto, passa não só a ser incentivada mas ganha a modulação de uma missão divina a ser cumprida com exímio, cuja falha seria punida com penas severas no âmbito social e também espiritual.

A importância de explorar a maternidade como constructo social se faz presente para que possamos compreender a serviço de que mulheres-mães estão colocadas a trabalhar na função reprodutiva, a que papéis tentam responder e de onde podem surgir os sentimentos de inadequação ou fracasso. Com a separação do público e do privado e a subsequente ascensão do modelo de família nuclear, passa a recair sobre a mãe biológica a tarefa de zelo e educação de suas crianças, instituindo um código moral e normas de uma maternidade dita convencional e satisfatória. Desta maneira, a maternidade passa a enredar mulheres num

modo de circulação peculiar, cerceador e altamente exigente. A maternidade como tal ganha então propriedades de forma de controle dos corpos femininos.

A função que passa a ser outorgada à mulher-mãe não seria absorvida se não viesse numa roupagem de escolha amorosa e seu revés, a culpa cristã. O apelo ao amor materno entra como estratégia e funciona na manutenção dos papéis prescritos, jogando em plano de fundo com o sentimento de culpa - herança religiosa. Não que não haja amor no exercício da maternagem, mas ele não deixa o trabalho menos trabalhoso, somente o imperativo mais palatável. A reprodução humana constitui uma função que exige altas doses de dedicação, tempo, disposição, além de investimento psíquico e financeiro. Recai ainda sobre a mulher a obrigação moral de executar tal trabalho por amor e devoção, ao preço de ter questionada sua retidão e integridade.

O modelo de maternidade assim desenhado atende a lógica da repartição público-privado, passando o cuidado infantil para o âmbito privativo do núcleo familiar, concernindo-o ao indivíduo-mulher, desinvestindo a coletivização deste fazer e desimplicando os demais atores nos agenciamentos da reprodução humana (homens, cidades, Estados, etc) sem que estes deixem de exercer poder sob as formas ditadas de se criar novos pequenos cidadãos. Ou seja, a mulher quando mãe deve estar a serviço de forças que por fim estão a oprimi-la. A maternidade como tal seria, enfim, mais uma forma de controle sobre corpos femininos.

Este modelo de cuidado e manutenção da vida ocupa lugar central na forma como sociedades se estruturam. Como aponta Federici em *O ponto zero da revolução* (2019), é somente garantindo que as casas e as crianças estejam cuidadas que o restante das macroestruturas capitalistas patriarcais pode se manter em funcionamento. Se alargamos essa perspectiva para o cenário mundial e as dinâmicas de mercado transnacional, é ainda para responder a este “modelo de negócios” que as migrações femininas vem crescendo em número e importância ao longo das últimas décadas. Mulheres-migrantes, advindas de outras realidades - empobrecidas justamente pelos jogos de forças do sistema capitalista e suas estruturas coloniais, misóginas, racistas e de tantas formas excludente - vêm se deslocando pelo mundo para cobrir o desfalque aberto pelas mulheres que alcançaram um lugar estável no mercado de trabalho nos países desenvolvidos e que, por isso, deixam de se ocupar em tempo integral da casa, dos filhos, dos familiares. Desta forma, **pelo entendimento das práticas de cuidado e maternagem**, grifo, gênero está mais uma vez posto ao centro das análises de migrações, sem esquecer do que nisso, nessa organização transnacional, carrega em si das marcas coloniais, racistas, etc.

Mas estas mulheres que migram continuam sendo mulheres. E continuam sendo mães. E continuam tendo de responder às exigências dos papéis que devem desempenhar. Estariam então as mulheres-mães-migrantes postas sob a sobreposição de uma dupla camada de intersecções destes significantes? Mulheres que atendem ao que transborda das exigências que outras mulheres não respondem; mães dos filhos de um Estado pelo qual não é considerada cidadã; estas mulheres estariam a trabalhar por si, pelos seus, pelo dos outros... Dia após dia, inventando modos de vida, emendando retalhos daqui e de lá, nos intervalos entre um mandato e outro, entre o nascer do Sol e a hora do jantar, tecendo mundos com os fiapos puídos que restam, do supermercado às palavras que escapam, sustentando com suas parcas redes o peso do universo. A mulher migrante costura, com os elementos que encontra, a bolsa (para retomar Le Guin) na qual carregará aquilo que conserva de sua cultura de origem e aquilo que incorpora do país de acolhimento. Nessa bolsa carrega o tesouro com o qual se ornamenta e também a herança que deixa para filhos bastardos das duas nações (minha menina é chamada canadense pela avó e de brasileira pela educadora da creche). A mãe-migrante desfaz o *tempo*, liga passado e futuro numa composição do antes com o que virá a ser. Ela liga *lugares* ao fazer, a si e a seus rebentos, seres de cultura e referenciais híbridos, subvertendo pertencimento e identidade, numa invenção cotidiana da arte de fazer e de viver. Ela enfim desliza pelo mundo criando territórios antes inimagináveis.

*

Me surpreende passar por aquela esquina e saber o que tinha ali antes. Agora está lá um prédio vistoso, grande, corpulento. Antes era um terminal de ônibus mingauado. Me espanta estar aqui há tempo suficiente pra ver brotar algo como aquilo. Me espanta a ponto de uma certa náusea. Há pegadas minhas num chão recoberto de concreto novo. Eu estava aqui antes daquela construção que de tão grande parece ter estado ali desde sempre.

Dia desses coloquei as crianças pra catar feijão. Não que eu achasse que elas encontrariam algo que os maquinários não tivessem pego lá na linha de produção (“linha de produção” de feijão, que disparate!), mas é que não era sobre feijão. Era sobre a Roberta menina que catava as pedrinhas em meio aos grãos e descascava alho na cozinha da avó.

Quando minha menina nasceu, fiz a certidão de nascimento, como deve ser. Chegou em casa pelo correio, um papel azul, com aquelas flores de lis que monarcas fizeram atravessar o tempo como símbolo sei lá do que. Província Quebec, país Canadá. Com aquele papel na mão, um gelo percorria minha espinha. Perguntei no grupo de mães brasileiras se mais alguém havia sentido aquela angústia. Pro meu espanto: não. Disseram inclusive ter sentido alívio, e uma frase que eu jamais esquecerei: “ela é um deles”. A mãe em questão me contava da sua sensação de sucesso ao parir uma canadense, e eu, num cabo-de-guerra querendo a filha pra mim, me perguntando como ela poderia ser “um deles” se ela era minha. Mesmo sem nenhuma perspectiva de ir ao Brasil, eu fiz o passaporte brasileiro dela, e chorei quando ele ficou pronto. Mandeí foto pra minha mãe. Chorei e me emociona ainda, lembrar daquela sensação. Ela é uma de nós! Sempre será.

Recentemente ouvi uma marroquina dizer da sua estranheza ao ver compatriotas que vivem há anos aqui e continuam tão referidos ao país de origem. Como se nenhum outro modo de vida fosse concebível, dizia ela. Não entendo, ela insiste, eles parecem ter medo! E num clique eu entendi o revés da integração: o medo da desintegração. Eu temo me desintegrar, desexistir, me tornar canadense demais... e sigo batendo o pé, firme, me agarrando ao que há de Brasil *à portée des mains*²⁰... das roupas que eu visto à comida que como, as músicas que eu ouço e as histórias que eu conto. Sucesso pra mim é ouvir meus filhos cantando *Ara Ketu* e falando “bugiganga”, “mequetrefe”. Eles são brasileiros porque eu sou, e a brasilidade deles confirma a minha.

A cada viagem ao Brasil, uma mala de livros, infantis e adultos. Temos aqui jogo da memória com animais da Amazônia, uma onça esculpida em madeira, coleção de apitos que imitam pássaros, e na parede a gravura de uma praia onde se lê - em português, claro - “zona de conforto”, dentre outros objetos transicionais que materializam esse apego. Mas engraçado mesmo é, ainda assim, me orgulhar do meu francês de sotaque discreto e de saber a cara do gelo que escorrega nas calçadas. Isso sim é intrigante... saber que quando faz -20 a neve brilha “tipo swarovski” e ao pensar nisso lembrar da musiquinha que tocava no camelódromo a cada pré-carnaval. Doido é não achar mais que vou morrer de frio no caminho de casa até o metrô, e ao mesmo tempo pisar numa outra terra quente e úmida, que não é Brasil, mas meu corpo se sentir em casa. Descobrir que cheiro de maresia é casa. Que música é casa. Que língua é casa... descobrir isso na carne, nos ossos, sentir com cada fio de cabelo. Me entender

²⁰ ao alcance das mãos

com o ar gelado que teima em entrar pelo punho da manga do casaco e achar óbvio que assim como nas estradas, nos corredores e nas escadas rolantes, os desapressados devem se colocar à direita (o Canadá tem cada código...). Fila no ponto de ônibus, antes mesmo do ônibus apontar? Eu demorei pra pegar essa. Você chega pra esperar e já se coloca ali, em fila.

Eu fiquei embargada quando fomos assistir a um jogo de hockey e tocou o hino canadense. E eu chorei quando fomos ver o amistoso Brasil e Canadá de futebol feminino. Mas eu entendo perfeitamente a mãe que me contou que sentia raiva quando a filha voltava da casa do pai falando inglês. Uma guarda compartilhada por dois pais, duas nacionalidades, dois mundos. Uma filha compartilhada e a continuidade posta em cheque... Se a menina fala inglês, é preciso que eu entenda. Se minha filha é canadense, é preciso que eu seja também, um pouquinho pelo menos. Ela me desaloja do lugar que eu insisto em não ceder. E eu topo, tenho que topa. Irei com ela, seremos duas a habitar esse entre, então. Obrigada, minha menina. No fim, você também compartilha seu país comigo.

*

Quando eu me tornei mãe, se tornou indigesto pra mim ler o que homens tinham a dizer sobre o assunto. De alguma forma, seguir nessas leituras me trazia um desconforto de navegar escritos onde o teórico parecia arrumar, confortável, palavras desencarnadas. A cadeira do analista não tem os mesmo espinhos que o divã. Nessas minhas leituras, não se fazia uma aliança entre mim e o autor do texto. Talvez por uma flama militante, talvez por um embaraço epistemológico. Outros textos me propunham outras conciliações, onde meu corpo se apaziguava. Orna Donath, em seu livro *Mães arrependidas* (2017) foi um ponto de virada nos meus encontros com a teoria. Em seu livro, ela conta que ela própria não desejava ser mãe, e por ser tão questionada sobre este fato, decidiu dedicar-se a saber mais sobre porque mulheres desejam (ou “deveriam desejar”) a maternidade. O livro é um primor, a pesquisa um afago. Recentemente, para o estofado desta pesquisa, li o texto de Michèle Vatz Laaroussi, *Femmes, mères et immigrantes: des enjeux de société et un appel au féminisme*²¹. Lendo Michèle, uma outra forma de aliança com o texto: ela pesquisa mulheres como eu,

²¹ Mulheres, mães e imigrantes: questões sociais e um apelo ao feminismo - tradução nossa.

mães como eu, imigrantes no Quebec, Canadá, como eu. Michèle pesquisa pessoas como eu. E quando ela relata o que ouve em seus grupos focais, Michèle fala sobre mim, para mim. Esse espelhamento que encontro em sua leitura é peculiar e tem efeitos que não se encerram no acadêmico. Tem efeito curativo, tem empoderamento, tem validação. Esses elementos não estão no texto, estão no encontro, e se encascatam no que fazem vibrar em mim, que transborda na minha escrita e segue rumo a quem vier a ler estas linhas.

Na pesquisa de Michèle, encontro dados interessantes, destacados por sua escuta, que me falam ao coração, de certo. Mas as conclusões às quais ela chega interessam mais nesse momento. A autora enuncia a pergunta que interroga cada mãe imigrante: o que está sendo transmitido para as crianças que são o futuro do nosso país? O controle da maternidade migrante resumido em uma frase, simples e curta, a despeito da qual seguimos tecendo mundo e nos afirmando criadoras pelas memórias, pelos saberes, pelo arranjo de novos esquemas, novos agenciamentos, de modelos alternativos à norma, de experiências originais, e oferecendo à nossas crianças, no cotidiano de nossas maternagem, no miúdo (e no não tão miúdo assim) dos dias, a continuidade das nossas próprias mudança.

Quanto à escolha impossível da aculturação compulsória ou da marginalização excludente (não somente para si mas também para suas crianças), Michèle observa que:

Parece que a maternidade revela a estas mulheres uma visão positiva de seu desenvolvimento pessoal, familiar e cultural, que as permite situar tempo, nas mudanças entre as gerações, mas também espaço, no seio das diferenças geográficas e culturais. Finalmente, as modalidades de legitimação da mudança as permite transpor dois desafios da reconstrução identitária na imigração: assegurar a continuidade ao se proteger perante o desconhecido, mas também, permitir a reivindicação e a diferenciação identitária, tanto com relação à sociedade de origem quanto para a sociedade de acolhimento. (página 452 - tradução nossa).

Na pergunta nomeada pela pesquisadora, “o que está sendo transmitido para as crianças que são o futuro do nosso país?”, não está marcado se quem questiona é a sociedade de acolhimento ou a de origem, justamente por entender que ambas as sociedades exercem tal pressão. O malabarismo da mãe-migrante entre as ameaças de exclusão se faz tão pungente quanto suas necessidades (de diversas ordens) de estabilidade, aliança e proteção.

Temos aqui, mais uma vez, o esfacelamento das barreiras entre o público e o privado, escancarando as engrenagens do estatuto político dos processos de subjetivação: pelos múltiplos pertencimentos, práticas e filiações (étnicas, migrantes, familiares, femininas), estas mães põem em cheque barreiras estabelecidas, na reconstrução de si e de suas maternagens, se (re)apropriam de referências e solidariedades, vindas de ancoramentos diversos, compondo montagens que as permite abrir e ocupar espaços em suas trajetórias, em suas famílias e em sociedade. Neste sentido, abrem vias alternativas de cidadania, feitas de laços plurais e **redes** de pertencimento.

O maternar e o fazer inacabável que vai junto do comer, do vestir, do entreter, do educar, trabalho marcadamente feminino, ainda que não exclusivamente operado por mulheres, não se trata de mera repetição, mas agenciamento e atualização de modos de vida. Os estudos de migração e diáspora relançam questões fundamentais acerca de identidades sociais coletivas. Quando nos colocamos a fazer circular histórias de mulheres-mães-migrantes, estamos adentrando arenas com o que vem com elas de dizeres polifônicos acerca de migração, sim, mas também sobre repetição e inovação, proximidade e distância, autenticidade e representatividade. Criar modos de *habitar o entre* e fazer da existência um elo, inventar sentidos, vinculações, inscrições para si e para os filhos, subverter os sentidos dados para casa, família, lugar, isso é o *tecer mundos* que viemos circundando.

Em *Birth, belonging and migrant mothers: narratives of reproduction in feminist migration studies*, a autora Irene Gedalof (2009) apresenta estudos realizados por ela acerca do que fazem de fato, mulheres-migrantes, para produzir sentido de pertencimento para si e para seus filhos. Para a pesquisadora, em suas decisões cotidianas, estas mulheres firmam um senso coletivo de pertencimento em espaços diaspóricos ao mesmo tempo que se inscrevem dentro da sociedade de acolhimento. Equilibrando-se entre os papéis de mãe, de trabalhadora, de imigrante (referidas ao país de acolhimento), de emigrantes (referidas ao país de origem), estas mulheres, segundo Gedalof, estão muitas vezes dispostas a muito para garantir estabilidade para si e seus rebentos, submetendo-se a circunstâncias culturalmente desconfortáveis, trabalhos para os quais são hiper-qualificadas ou que jamais considerariam fazer em suas vidas pré-migração, ou ainda, deixar os filhos sob os cuidados de pessoas ou instituições com as quais não possuem laço de confiança. Desta forma, quando se fala de estabilidade no contexto migracional, isso pode comportar tanto continuidade como mudanças radicais. Aceitando certas inovações por um lado e mantendo tradições por outro, mulheres-mães-migrantes negociam/agenciam dualidades, não como binariedades opostas mas partes de um mesmo processo.

Na mesma pegada, para Gedalof, a *casa* aparece como uma construção que desafia as compreensões de público-privado. Ela, a casa, para famílias migrantes, se configura como um lugar que está para além do espaço doméstico do lar, fazendo-se também por localizações discursivas, institucionais, ou por narrativas e uma poética que comportam em si mais do que o singular da família nuclear. Contudo, o que acontece no trabalho de construção de lares concretos e afetivos não é apenas fruto da tensão entre estes arranjos, não é apenas um malabarismo entre duas estruturas de pertença pré-existentes e relativamente imutáveis. As identidades culturais são sempre dinâmicas e mutáveis, filiar-se a tais identidades envolve necessariamente processos históricos de adaptação, negociação e reformulação, num emaranhado complexo. Da mesma maneira, então, que a maternidade-migrante abre formas de conhecer o migrar, e o materno, e a parentalidade e o trabalho reprodutivo, ela reclama conceitos como casa, lugar, identidade, pertencimento.

A (re)produção de identidades coletivas é política. Bell hooks, em *Anseios: Raça, gênero e políticas culturais* (2019) aponta que a construção do *self* e do pertencimento é necessária para a capacidade de resistência coletiva de uma comunidade. Se isso é verdade para uma minoria, não deixa de ser verdade para uma maioria dominante que se empenha em manter o *status quo*. O “cabo de guerra” está posto, a arena está armada. Mas na incumbência outorgada à mãe, cabe a possibilidade de expandir, de explodir limites na força e na potência da tarefa: a maternidade pode enfim ser via de valente disrupção de lógicas patriarcais, racistas, xenófobas, **excludentes**, na medida em que costura pertencimentos e que transita entre fronteiras empurrando suas bordas.

A capacidade do corpo feminino de engravidar e parir novos seres corporifica o *non-sense* do individual, do singular, do privado. Este corpo-migrante que habito mas de onde surgem novos integrantes de uma tribo que me rechaça mas reivindica minha prole. Eu, criatura inflamada que sou, não passaria por essa sem ódio, sem sangue (o que pulsa nas veias e o que escorre das feridas). E é o fogo dessas ventas que move meu pesquisar. Sorte, deusas, é não ser a louca do rolê. É encontrar quem grite o mesmo brado, que tenha se feito as mesmas perguntas, irrompido a mesma rebelião. De mãos dadas com essas outras mulheres mães migrantes trabalhadoras pesquisadoras feministas escritoras eu me sinto capaz de avançar mas também de negociar certas concessões que amenizem minhas batalhas e me deem fôlego para seguir. Mais ainda, é gratificante chegar a conclusão, junto com Gedalof (2009), que quando falamos de histórias de migração e de corpos-migrantes que dão à luz, estamos colocando em questão dualidades como o eu e o outro, mesmidade e diferença, casa e alhures. Eu realmente não sou a louca do rolê! Ufa! Enfim, repensar o lugar e a natureza do

trabalho reprodutivo pode ser um recurso útil para os estudos feministas sobre migração, e vice-versa, indagar a maternidade migrante para compor uma melhor compreensão do trabalho de (re)produzir lar, cultura, pertencimento, na construção e reconstrução de novas identidades.

A figura interconectada da mãe-casa é arena. A legitimação e os processos de exclusão jogam seus jogos, buscando quem poderá enfim pertencer ou não pertencer a horda, quem responde aos critérios de pertencimento nacionais e/ou étnicos, quem não. O quanto de diferença pode ser absorvida? O quanto de diferença pode ser tolerada? O compromisso entre pertencimento e mesmidade e a interseccionalidade de marcadores de apartamento. A mãe migrante transita a linha da negociação da diferença, da distribuição de mesmidades:

Se a identidade for problematizada desta forma, o fardo da reprodução e representação cultural aceitável será sempre suportado desproporcionalmente pelo “forasteiro”. E o medo do que escapa será sempre reproduzido através de uma sensação generalizada de que existem limites pré-determinados para a quantidade de diferença que pode ser acomodada. (GEDALOF, 2007, p. 81 - tradução nossa)²²

Na vida de cada dia, tais práticas podem se traduzir de muitas formas. Políticas públicas, práticas institucionais, discursos, acesso a bens e serviços, e o ruído branco do imperativo tácito de gratidão unilateral. Neste sentido, a maternidade imigrante pode ser entendida como condição, antes de ser determinante. Se revisitarmos a ideia de lar, retirando-o do lugar mítico, caseiro e imaculado, livre do desconforto do estranho, e recusarmos sua adesão ao que é repetição e mesmice, abrimos a possibilidade de entender este espaço como tecido composto de fios de pertencimento sempre tensionados por gênero, raça, classe, nacionalidade, deficiência, idade, etc, etc, etc. Pertencer a este *lar* não significa, enfim, a afirmação e proteção de um “nós” estável e previamente desenhado. A reprodução é o surgimento do novo, e o lugar que chamamos de lar nunca está lá, suspenso no tempo, mas sempre por ser (re)feito.

²² Texto original: “If identity is problematised in this way, the burden of acceptable cultural reproduction and representation will always be disproportionately borne by the ‘outsider’. And the fear of ‘leakiness’ will always be reproduced through a pervasive sense that there are predetermined limits to the amount of difference that can be accommodated”

Mas nem tudo é potência e nem toda dor pode se transmutar em força. A exemplo do racismo, como nos aponta Grada Kilomba, nem sempre há lugar para a diferença, e os diferentes podem permanecer perpetuamente incompatíveis, “elas e eles nunca podem pertencer, de fato, pois são irreconciliavelmente *Ausländer*” (KILOMBA, 2019, p 113). A janela de tolerância da diferença tem, sim, bordas intransponíveis para quem for “demasiado outro”, como no caso do racismo para a branquitude, como aponta Grada.

Essa outridade inacessível e enigmática pode ser experimentada de outras maneiras, próprias, na maternidade em contexto migracional. Em pesquisa realizada por Sophia Koukoui, Ghayda Hassan e Jaswant Guzder acerca da experiência de maternidade de mulheres submetidas à “mutilação genital”²³ criando filhas “*uncut*”²⁴, pode dar exemplos do equilíbrio fino de filhas “demasiado outras” para mães-migrantes. As mães ouvidas pela pesquisa relatam preocupar-se com a aceitação de suas filhas em suas comunidades de origem, o que as faz se empenhar para esquivar da pressão social quanto à decisão pela não intervenção cirúrgica, chegando a ocultar a decisão das famílias no país de origem. Por outro lado, estas mães relatam uma preocupação significativa com a vivência da sexualidade de suas meninas em consequência de serem “*uncut*”. Ao mesmo tempo que relatam orgulho e alívio por terem a possibilidade de romper com a prática, estas mães contam da angústia perante o desconhecido experimentado por suas filhas, fazendo-as inclusive revisitar a própria sexualidade e atributos de suas feminilidades. O deslocamento geográfico não preserva estas mães da pressão social pela manutenção da tradição da FGC, mas as resguarda. A distância e o rompimento com a tradição impõe uma nova camada de complexidade à tarefa de transmissão de valores, assim como no desafio de criar filhas diferentes de si.

Finalmente, a maternidade migrante escancara um maquinário complexo experimentado por mulheres mães em geral, acentuado pelo contexto e pelas interseccionalidades que experimentam. O trabalho reprodutivo que inclui, além dos cuidados inerentes ao corpo dependente e vulnerável infantil, a tessitura fina das identificações, filiações, laços afetivos, identitários e de pertencimento, acrescidos ainda da transmissão de

²³ Apesar do termo “mutilação genital” ser mais imediato à compreensão, o termo em inglês me soa menos impregnado de julgamentos morais. A *Female Genital Cutting* é uma prática que consiste na remoção ou alteração da parte externa da genitália feminina por razões não médicas. É uma prática profundamente enraizada culturalmente que progressivamente perde em adesão na maioria dos países em que é praticada. Tal intervenção altera a experiência da sexualidade feminina, já que amputa parcial ou completamente o clítoris, órgão responsável pela sensação de prazer durante o ato sexual. O contexto migracional da atualidade tem feito com que mais e mais mulheres que tenham sido submetidas a tal intervenção criem suas filhas em países favoráveis à não perpetuação da tradição. A experiência de maternidade destas mães é o objeto de pesquisa da referida pesquisa.

²⁴ Não cortadas - tradução nossa

valores, memórias e culturalidades. A mulher-mãe-migrante, por sua condição, se vê desprovida de aparatos (sociais) que viriam em apoio a estas incumbências do social, muitas vezes tomando para si agenciamentos complexos, tanto na manutenção das tradições quanto na assimilação do novo. Com fiapos recolhidos daqui e de lá, tece enfim uma trama que sustenta este corpo e seu trânsito no mundo.

Ao mesmo tempo, a maternidade migrante dá a ver também a reinvenção de si posta para a mulher ao se tornar mãe (pela primeira vez ou novamente), e todo o rearranjo necessário para se começar algo novo, ampliado desta vez pela concomitância de uma migração. A maternidade pode então servir de esteio para resgates identitários da mesma forma que incorpora novas configurações, de novas formas de ser e estar no mundo.

Maternar-migrar, circundar recomeços, inventar modos de vida, tecer mundos.

*

Minha diferença se fez sentir logo nas minhas primeiras semanas por aqui. Eu sabia, e aparentemente todos ao meu redor também, que eu era um elemento solto, avulso, uma peça sem encaixe para um quebra-cabeças complexo e desconhecido. Montreal tem a peculiaridade de se compor pela heterogeneidade, ainda que mantenha seus bolsões de mesmidade. Está dado que as pessoas serão diversas e há muitas caixinhas pré-etiquetadas onde pessoas e grupos serão alocados segundo um traço qualquer, eleito sei lá como. E eu desconhecia quais palavrinhas estavam sendo escritas em meu rótulo. O privilégio branco que eu sempre conheci já não funcionava mais. Eu era *Outra*.

A minha *outrização* se dava discretamente, sem nome, sem lugar ou significação precisa. E nessa sensação estranha de desconhecer a mim mesma, a *eu* cujos títulos não haviam sido completamente dispostos, passei a questionar que outra o outro fazia de mim. Quando me era endereçado um “você vem de onde?”, sem pensar muito, querendo realmente saber o que supunham e duvidando um pouco do que meus traços traçavam, eu perguntava de volta: de onde você acha que eu venho? O que eu não me dava conta, à época, era que a minha pergunta *outrizava* de volta o meu interlocutor. Mesmo que não intencionalmente, essa minha pergunta era um ato de resistência. Era uma recusa a responder prontamente ao gozo alheio da descoberta de algo exótico e extra-ordinário. Era uma pergunta que questionava o

que maquinava secretamente meu inquisidor. E no lugar de dar-lhes elementos para fantasiar, eu muitas vezes desconcertava. Me lembro de um rapaz a quem respondi: vou te deixar adivinhar. Pode começar pelo continente, de que continente você supõe que eu venho? América do Sul, ele respondeu. Disse que era pelo meu sotaque, não pelos meus traços. Sim, você acertou, e as estatísticas estão a seu favor, eu venho do país mais populoso da América do Sul. E pra minha surpresa, ele não sabia o que responder. Ele não sabia qual era o país mais populoso da América do Sul, ou o maior país em extensão do continente. Um jovem universitário. Não sabia. Eu dei-lhe a resposta e a conversa não seguiu. Porque ali ele era quem não sabia e era preciso saber pra seguir com a ilusão de superioridade.

A invenção do *outro* é efeito do exercício de poder. Para Toni Morrison, por exemplo, a identificação e a exclusão segundo marcadores específicos não começaram com a racialização do povo negro. A cultura, características físicas e a religião figuraram e figuram entre os precursores das estratégias que visam obter ascensão e poder. Sendo assim, quando abordamos o ser um *estrangeiro*, um elemento marginal, um *Outro*, deve-se guardar em mente o que significa essa relação.

Eu sinto que não sou mais “tão branca assim” pois no meu lugar habitual de branca, no meu contexto social de origem, minha existência dificilmente seria questionada. Mas a minha pele não escureceu. Pelo contrário, com oito meses de frio por ano eu estou ainda mais alva. Eu sigo branca e sigo recolhendo os efeitos da minha branquitude. Mas incidem sobre meu corpo outras marcas. Meu sotaque e erros linguísticos, o jeito como me visto, o tom da minha voz ou da minha gargalhada... sei lá, mas de alguma forma parece que eu exalo alguma exotividade. E além disso eu sigo sendo uma mulher. E mãe. Signos diversos sob um corpo marcado para ser dominado, colonizado.

Se encontrar com os efeitos de ser posta à margem é perturbador. Ainda mais para a branquitude desavisada. Sei bem. Eu me vi buscando freneticamente me conectar aos meus. Amigos brasileiros, música, comida. Eu quis falar português. Eu quis ler, eu quis escrever em português. Eu voltei à Universidade e não para *l'université*. Eu me nego a ser outra. Os canadense que o sejam! Mas eu me despi das cores vivas, dos vestidos e das saias, eu vesti casaco e botas porque é preciso passar despercebido às vezes, e sobreviver aos dígitos negativos do termômetro. Eu amei mais do que nunca os meus e reivindiquei a filha pra mim. Nacionalidade é uma coisa, pertencimento é outra. Eu hoje espero pelo meu passaporte gringo e talvez eu até me sinta um pouquinho daqui, mas estou atenta que essa incorporação ao coletivo de cidadãos é estratégica, transitória e polimorfa. A rejeição continua a me espreitar.

Hoje, as minhas fronteiras sou eu quem desenho e eu as risco no traço da letra.

Referência Bibliográfica

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *Os Perigos de uma História Única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

ALBUQUERQUE, Rosana. Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre gênero, classe e etnicidade. In: *Imigração e etnicidade: vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 2005.

ANZALDÚA, Gloria. *A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaio*s. Trad. de Tatiana Nascimento. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

ARAUJO, Frederico de, CABRAL, A. C., ARAÚJO, F. et al. Caosgrafias cidade. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, pp. 899-920, 2016. ISSN 2236-9996. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3714>. Acesso em: 13 dez. 2022.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. 1951. Artigo 1A(2).

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 3, pp. 745-772, 2007. ISSN 1806-9584. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000300015>. Acesso em: 18 out. 2022.

BAICHWAL, Jennifer; POWERS, Thom (Direção). *Dead Ringers*. 2007. Série de TV. Canadá: Mercury Films Inc. Temporada única, 13 episódios de aproximadamente 45 minutos cada.

BILGE, Sirma. Théorisation s féministes de l'intersectionnalité. *Diogenè*, Paris, n. 225, p. 70-88, 2009.

BON, Henrique. *Os imigrantes: a saga do primeiro movimento migratório organizado rumo ao Brasil às portas da independência*. Nova Friburgo, RJ: Imagem Virtual, 2004.

CAPERNE DO, M.; NARDI, H. Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres. *Cadernos Pagu*, n. 49, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700490012>. Acesso em: [inserir a data de acesso aqui].

CABRAL, A. R.. *Limiares Cidade Subjetividade*. In: Reis, Alice Casanova dos (Org.); Hernandez, Aline Reis Calvo (Org.); Galindo, Dolores (Org.); Tittoni, Jaqueline (Org.); Magiolino, Lavínia lopes Salomão (Org.); Costa, Luis Artur (Org.); Lages, Rodrigo (Org.)..

Psicologia Social em experimentações: arte, estética e imagem. 1ed. Florianópolis: EdUFSC, 2015, v. 6, p. 9-28.

CABRAL, A. R.; TAVARES, A. ; SOUZA, E. . *Recordar o presente: memória em ensaios renitentes*. In: MONTEIRO, Ana Claudia Lima. (Org.). *Processos psicológicos: perspectivas situadas*. 1ed. NITEROI: Eduff, 2020, v. 1, p. 73-107.

CABRAL, Ana R.. *Histórias que não se ouvem: Investigações acerca do estatuto político dos modos de subjetivação contemporâneos*. Projeto de pesquisa não publicado, submetido ao PIBIC, 2021.

_____ et al. *Oficinas de montagem: construções metodológicas e experimentações estéticas em direito à cidade*. In: SIGETTE, E. R. et al. (Org.). *Experiências e lutas por direitos humanos no Sul Fluminense* [livro eletrônico]. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2021.

CARON, Daniele. *Narratividade e território: processos e práticas divergentes*. 2020. Disponível em: <http://enanparq2020.s3.amazonaws.com/SL/22006.pdf>. Acesso em: 2023.

CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

_____ *Learning from the outsider within: the sociological significance of black feminist thought*. *Social Problems*, v. 33, n. 6, p. 14-32, out.-dez. 1986.

CHUI, Tina. *Les femmes immigrantes*. Composante do produto no 89-503-X no catálogo de Statistique Canada. *Femmes au Canada: rapport statistique fondé sur le sexe*. Statistique Canada, 2011.

DONATH, Orna. *Mães arrependidas: uma outra visão da maternidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

EVARISTO, Conceição. *A Escrivência e seus subtextos*. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. Aula Magna *Escrivências com Conceição Evaristo*.

_____ *A Da Grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita*. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. (Org.). *Escrivência: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

- ÉVORA, Iolanda. De emigrantes/imigrantes a migrantes transnacionais: possibilidades e limites de uma nova categoria de análise da identidade e migração cabo-verdianas. Comunicação apresentada ao 3º Congresso da APA - Afinidade e Diferença, Lisboa, 2011.
- FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019.
- _____. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FELISBERTO, Fernanda. Escrivivência como Rota de Escrita Acadêmica. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (Orgs.). *Escrivivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. São Paulo: Editora XPTO, 2022.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- GAGO, Verônica. *A potência feminista ou o desejo de transformar tudo*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- GEDALOF, Irene. Birth, Belonging and Migrant Mothers: Narratives of Reproduction in Feminist Migration Studies. *Feminist Review*, v. 93, p. 81-100, 2009. DOI: 10.1057/fr.2009.23.
- _____. Unhomely Homes: Women, Family and Belonging in UK Discourses of Migration and Asylum. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 33, p. 77-94, 2007. DOI: 10.1080/13691830601043513.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- HASSAN, Ghayda. Violence conjugale et diversité culturelle. *Alterstice*, v. 3, n. 2, p. 5-7, 2013. DOI: 10.7202/1077515ar.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.
- _____. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. Tradução de Jamille Pinheiro. São Paulo: Elefante, 2019.
- HUDON, Tamara. Les femmes immigrantes. In: *Femmes au Canada: rapport statistique fondé sur le sexe*, Statistique Canada - Statistics Canada, 2015.
- KHANLOU, Nazilla et al. Scoping review on maternal health among immigrant and refugee women in Canada: Prenatal, intrapartum, and postnatal care. *Journal of Pregnancy*, 2017.

- KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KINGSTON, Dawn et al. Comparison of maternity experiences of Canadian-born and recent and non-recent immigrant women: Findings from the Canadian Maternity Experiences Survey. *Journal of Obstetrics and Gynaecology Canada*, 2011.
- KIRMAYER, Laurence J. et al. Canadian guidelines for immigrant health: Common mental health problems in immigrants and refugees: general approach in primary care. *CMAJ - Canadian Medical Association Journal*, v. 183, n. 12, p. E959-E967, 2011. DOI: 10.1503/cmaj.090292.
- KNIBIEHLER, Yvonne. *Histoire des mères et de la maternité en Occident*. Paris: Puf, 2000.
- LAAROUSSI, Michèle Vatz. Femmes, mères et immigrantes: des enjeux de société et un appel au féminisme. In: *Espaces et temps de la maternité*. Montréal: Les Éditions du Remue-Ménage, 2002.
- KLEBA LISBOA, Teresa. Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência. *Revista Estudos Feministas*, [S.l.], v. 15, n. 3, p. 805-821, 2007. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38115317>>. Acesso em: 2023.
- LE GUIN, Ursula K. The Carrier Bag Theory of Fiction. In: _____. *Dancing at the Edge of the World*. New York: Grove Press, 1986.
- LUTZ, Helma. Gender in the Migratory Process. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v. 36, n. 10, p. 1647-1663, 2010. DOI: 10.1080/1369183X.2010.489373.
- MARCHAND, Isabelle; RICCI, Sandrine. Sexisme et racisme: la diversité ethnoculturelle, défi au mouvement féministe. In: CORBEIL, Christine; MARCHAND, Isabelle (Orgs.). *L'intervention féministe d'hier à aujourd'hui: portrait d'une pratique sociale diversifiée*. Montréal: Éditions du Remue-Ménage, 2010. p. 65-92.
- MARINUCCI, Roberto. Feminização das migrações. *REMHU – Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 15, n. 29, 2007.
- MARTIN, Nastassja. *Escute as feras*. São Paulo: Editora 34, 2021.
- MISZKURKA, Malgorzata et al. Contributions of immigration to depressive symptoms among pregnant women in Canada. *Canadian Journal of Public Health*, 2010.
- MORAES, Marcia. PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Marcia; KASTRUP, Virgínia. *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.
- MORRISON, Toni. *L'origine de l'autre*. Paris: Christian Bourgois, 2016.

MOROKVASIC, Mirjana. Birds of Passage Are Also Women... *The International Migration Review*, vol. 18, no. 4, pp. 886–907, 1984. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2546066>. Acesso em: 18 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris, 1948.

RAMOS, M. Natália; DIAS, Marly Sá. Migrações contemporâneas e feminização: impactos e desafios para as políticas públicas e para a integração nas cidades. *Revista de Políticas Públicas*, v. 24, EDUFMA, p. 456–473, 2020.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RITSNER, Michael et al. Gender differences in psychosocial risk factors for psychological distress among immigrants. *Comprehensive Psychiatry*, 2001.

ROBERTO, Sandra; MOLEIRO, C. Processos de Resiliência em Migrantes: Narrativas Biográficas de Brasileiros em Portugal. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 2, p. 295-307, 2015.

ROJAS-VIGER, Celia. L’impact des violences structurelles et conjugales en contexte migratoire: Perceptions d’intervenants pour le contrer. *Nouvelles pratiques sociales*, Montréal, v. 20, n. 2, p. 124–141, printemps 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.7202/018452ar>.

SAFI, Mirna. Immigration theory between assimilation and discrimination. *Journal of Ethnic and Migration Studies*. DOI: 10.1080/1369183X.2023.2207250. 2023.

SIMAS, Luiz Antonio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SINCLAIR, Isabelle et al. Variations in Relationships Between Perceived Stress and Birth Outcomes by Immigration Status. *Maternal and Child Health Journal*, 2020.

TSING, Anna Lowenhaupt. *O Cogumelo no Fim do Mundo: Sobre a Possibilidade de Vida nas Ruínas do Capitalismo*. Tradução de Jorge Menna Barreto e Yudi Rafael. São Paulo: n-1 edições, 2022.

UNHCR - THE UN REFUGEE AGENCY. *Global Trends 2012: Displacement The New 21st Century Challenge*. 2013. Disponível em: <https://reliefweb.int/report/world/unhcr-global-trends-2012-displacement-new-21st-century-challenge>. Acesso em: 2023.

VERGÈS, Françoise. *Un féminisme décolonial*. Paris: Payot, 2019.

VOIX Autochtones d’aujourd’hui - Savoir. Trauma. Résilience. (2023) Musée McCord Stewart, Montréal, Québec, Canada.

SIMICH, Laura; JACKSON, Beth. Déterminants sociaux de la santé des immigrants au Canada: Pourquoi certains immigrants sont-ils en santé et d'autres pas? *Bulletin de recherche sur les politiques de santé – La santé des migrants*, Santé Canada, n. 17, pp. 26-29, 2010.

ZAVALA, Sastal Castro. Politiques d'immigration: femmes et violence conjugale dans le contexte québécois. *Alterstice*, v. 3, n. 2, p. 97–109, 2013. Disponible en: <https://doi.org/10.7202/1077524ar>.